

CEARÁ **VELOZ** 3.0

TOMO 1



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DA FAZENDA
SECRETARIA DA CULTURA
SECRETARIA DO TURISMO
SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fortaleza, 2021

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Casa Civil	Flávio Jucá
Chefe da Casa Militar	Coronel Andrade
Assessoria para Assuntos Internacionais	Cesar Augusto Ribeiro
Assessor de Comunicação do Governador	Francisco das Chagas Cipriano Vieira
Assessora Especial do Governador	Janaina Carla Farias
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos Piúba
Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco de Assis Diniz
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte e Juventude	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Saúde	Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	André Santos Costa
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Cândida Maria Torres de Melo Bezerra

EQUIPE DE COORDENAÇÃO ELABORAÇÃO

Coordenação Técnica

Elaboração-SEDET

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Francisco José Rabelo do Amaral
José Sydrião de Alencar Júnior
Maurício Cabrera Baca
Daniel De Oliveira Sancho
Filipe Rabelo Távora Furtado
Patrícia Maria Campos Pinheiro

Elaboração - IPECE

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Alexandre Lira Cavalcante
Alysson Inácio de Oliveira
Cleyber Nascimento de Medeiros
Daniel Cirilo Silviano
Nicolino Trompieri Neto
Paulo Araujo Pontes
Witalo de Lima Paiva
Ana Cristina Lima Mais
Rogério Barbosa Soares

Assessoramento Técnico - SEDET

Joanna Magalhães Cruz
Maria Cairamir Arruda Braga
Edmilson Moreira Lima Filho
Natasha Marina Melo Grzybowski
Ingrid De Sales Rabelo
Luana Lima Bandeira Araújo
Bruna Delfino Cabral
João Osmar Santos Paiva
Rubenildo Falcão de Melo
Tereza Monica Elpidio De Carvalho
Jorge Alberto Sales de Lima
Francisca Marta Campelo Lima
Sergio Araújo de Sousa
Pedro Henrique Martins Lopes
Vandemberk Rocha de Oliveira
Letícia da Silva Feitosa

Equipe Setorial de Elaboração e Assessoramento Técnico

SEFAZ	Alexandre Adolfo Fabrizio Gomes Santos
SETUR	Denise Carra
IDT	Leôncio José Bastos Macambira Júnior Erle Cavalcante Mesquita
JUCEC	Carolina Monteiro
ADECE	Jean Brasileiro Alan Willame de Souza Silva Helena Martins Teofilo Ana Beatriz Sugette Rodrigues
CODECE	Roberto Capelo Feijó Frederico Jorge Barbosa Acário
SDA	Felipe Matias
ADAGRI	Antônio Albuquerque

Colaboradores Técnicos “Ad Hoc”

Célio Fernando Bezerra Melo
Juliana Rabelo Melo
Mara Limonge Macedo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CARTA AO LEITOR	10
O Planejamento Estratégico Para O Contexto Pós-Pandemia.....	11
Acelerar o Desenvolvimento para Melhorar a Vida das Pessoas.....	13
Cultura, Desenvolvimento e Transformação	14
O Turismo É Mola Propulsora do Desenvolvimento no Ceará.....	16
Um Novo Paradigma para a Gestão da Agricultura Familiar	18
Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior por um Ceará Veloz	19
A Transição no Novo Mapa do Pós-Pandemia do Estado do Ceará.....	21
INTRODUÇÃO	23
MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ - DIRETRIZES E MAPA DE INTERCONEXÕES.....	27
DIRETRIZES BÁSICAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ.....	27
TOMO I.....	30
CAPÍTULO 1. OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA CRISE DO NOVO CORONAVIRUS NA ECONOMIA	31
1. MUDANÇAS NOS CENÁRIOS MUNDIAL E NACIONAL	31
1.1. ECONOMIA MUNDIAL.....	31
1.2. ECONOMIA NACIONAL.....	35

2. DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE NO PERÍODO DA PANDEMIA	41
2.1. COMPORTAMENTO DO PIB DO CEARÁ E PROJEÇÕES PARA 2020	41
2.2. IMPACTOS SETORIAIS DA CRISE DO NOVO CORONAVIRUS.....	44
2.2.2. INDÚSTRIA	58
2.2.4. COMÉRCIO VAREJISTA	90
2.2.5. TURISMO.....	108
2.2.6. COMÉRCIO EXTERIOR	113
2.2.7. MERCADO DE TRABALHO	123
2.2.8. OS IMPACTOS DA CRISE SANITÁRIA NA ARRECADAÇÃO DE ICMS	158

APRESENTAÇÃO

O mundo vive um contexto difícil. E nesses momentos é comum voltar nossos esforços apenas para os problemas imediatos e deixar de lado a preocupação com o futuro. Portanto, é fundamental pensar questões estruturais e de longo prazo para se chegar a um mundo melhor.

Junto com o trabalho de preservar vidas, no contexto dessa pandemia, estão a reorganização das finanças do estado, viabilizar liquidez e solvências das empresas e manutenção dos níveis de emprego dos cidadãos cearenses.

Tais objetivos estão consubstanciados numa proposta para o desenvolvimento econômico do estado, que busca atenuar os efeitos deletérios da pandemia covid-19, bem como apontar ações que nos encaminhem para um futuro com desenvolvimento mais justo e sustentável de todos os cearenses.

Este conjunto de iniciativas foi concebido com a utilização de conhecimentos provenientes dos vários segmentos do mercado, contribuições do mundo acadêmico e sociedade, até porque se respalda nos vários instrumentos de planejamento do estado, e que contaram com a participação desses atores.

Neste momento a economia do estado se encontra fragilizada, com perdas para o Governo, empresas e famílias. Mas temos forças constituídas ao longo de uma trajetória responsável e de respeito às pessoas.

A proposta ora apresentada tem como objetivos:

- recuperação das empresas, com medidas de desburocratização, postergação de obrigações tributárias, e preparação para atuação mais competitiva no futuro;
- recuperação dos níveis de emprego da população, ações de qualificação em especial com relação aos mais jovens, visando um futuro melhor;
- recuperação das finanças do estado e preparação da máquina pública para oferecer serviços essenciais de excelência ao cidadão;
- iniciativas para melhor eficácia e retorno financeiro das riquezas pertencentes ao governo do estado, em especial para melhoria de vida de todos os cearenses;

- preparação do estado para que seja um ambiente favorável para a realização de negócios pelos diversos segmentos de mercado;
- uma proposta sustentável do ponto de vista ambiental e social.

Em termos de atuação na economia, essa proposta sinaliza volume de captações para as empresas do estado, da ordem de R\$ 14 bilhões num período de 10 anos, com reflexos no incremento de receitas da ordem de R\$ 9 bilhões, além de desonerações de despesas do estado em torno de R\$ 1,2 bilhão nesse período.

Transformados em investimentos qualificados, serão capazes de modificar o padrão econômico do estado. Mostram que são capazes de impactar o Produto Interno Bruto do Estado no dobro dos valores investidos, além da geração de imposto e incremento na massa salarial, um dos objetivos estratégicos para a redução das desigualdades econômicas e sociais da nossa população.

CAMILO SANTANA

Governador do Ceará

CARTA AO LEITOR

O contexto mundial é desafiador. Desemprego, desigualdade e fraco desempenho nas soluções. Novas oportunidades estão surgindo, mas em novos contextos empresariais, setoriais e geográficos. Para que possamos ultrapassar esses desafios criando crescimento, prosperidade e paz social, precisamos planejar essa transição e estar atentos ao ritmo dessas mudanças e, se possível, influenciá-las positivamente.

Nesse cenário, devemos ter ações e programas mais customizados para acelerar a inovação, impulsionar a criação de empregos, promover o crescimento com resiliência e equidade, aumentando a prosperidade econômica e social dos cidadãos, especialmente daqueles pertencentes às camadas mais vulneráveis. Neste sentido precisamos fazer escolhas. Foco no desenvolvimento de clusters estratégicos, buscando identificar os stakeholders que possam atuar conosco de forma a potencializar o crescimento econômico inclusivo e integrado em âmbito local e extrarregional.

Outra vertente é o suporte à decisão por meio do desenvolvimento de capacidade analítica, para garantir que se tomem decisões informadas e baseadas em evidências. Abandono do “achismo”. A promoção de tecnologias digitais e inteligência artificial, fomento ao ecossistema de inovações e apoio à criação de startups, estabelecimento de sistemas de desenvolvimento de capital humano, com uma cultura voltada para o desempenho, mas sem desprezar os programas de proteção social.

Outro ponto é a questão dos investimentos. Formulação de ações adequadas por parte do estado, processos organizacionais éticos, fomento a projetos estratégicos e um ambiente de negócios facilitador das atividades privadas, podem subsidiar o governo a implementar incentivos apropriados que tragam os resultados esperados. O Ceará Veloz 3.0 busca, enfim, apontar essas escolhas, com o intuito de que possamos acelerar a consecução dos nossos objetivos enquanto sociedade que anseia o desenvolvimento em seu sentido mais amplo.

Francisco de Queiroz Maia Junior

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado do Ceará

O Planejamento Estratégico para o Contexto Pós-Pandemia

O CEARÁ VELOZ 3.0 representa o esforço do Governo Camilo Santana no sentido de apresentar à sociedade um instrumento representativo do planejamento estratégico que molde os novos caminhos que o Estado do Ceará deverá seguir nesse novo contexto de grandes transformações, contemplando políticas públicas qualificadas que levem o Ceará a seguir em ritmo de progresso continuado, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, que pressupõem, fundamentalmente, um maior crescimento econômico, com melhoria de produtividade e modernização produtiva, mais educação de qualidade, menos pobreza e desigualdade e mais serviços sociais, especialmente nas áreas de saúde e habitação e segurança pública.

A crise decorrente do Coronavírus afetou fortemente as economias do mundo todas, ao mesmo tempo, criou novos e grandes desafios para os Governos, os quais, certamente, exigirão mais eficiência na forma de gerir o Estado e mais resultado para o cidadão. É nesse contexto que o Planejamento Governamental assume um papel fundamental, uma vez que possibilita o Estado atuar com as estratégias mais eficazes, capazes de capturar esses movimentos que ocorrem nas escalas mundial e nacional, de forma a implementar políticas corretas para o atingimento dos objetivos definidos.

Assim, as ações que estão incorporadas de forma sistematizada neste documento Ceará Veloz 3.0 representam uma cartilha inovadora de políticas públicas para a retomada do crescimento sustentado do Ceará, visando o aproveitamento das inúmeras oportunidades de negócios que já estão emergindo nesse contexto inicial de pós-pandemia. Os desafios não são fáceis, pois governos e empresas estão saindo dessa crise bastante fragilizados, mas só com essa visão de futuro e de pensamento estratégico, o Estado será capaz de proporcionar desenvolvimento econômico e social sustentável.

O Ceará sai dessa crise com uma situação razoavelmente confortável, pois está com suas contas equilibradas, o que lhe garante uma posição de destaque no ranking de investimentos públicos dos estados brasileiros. Naturalmente, nesse cenário pós crise da pandemia, a destinação mais relevante e apropriada dos recursos disponíveis deverá ser a diminuição da desigualdade e, principalmente, redução acentuada da pobreza existente no Ceará.

Portanto, vencer desafios e aproveitar as oportunidades, constitui o esteio principal das ideias aqui expostas, cujos elementos condicionantes estão associados à maior capacidade de o Estado atuar como um agente importante para elevação da competitividade da economia cearense, favorecendo, principalmente, a criação de um ambiente de negócios que estimule a eficiência produtiva privada, fortalecendo o mercado e, conseqüentemente, ampliando os investimentos privados.

Carlos Mauro Benevides Filho
Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará

Acelerar o Desenvolvimento para Melhorar a Vida das Pessoas

Em tempos de crise como a da pandemia de Covid-19, a presença do Estado nunca se fez tão necessária. A atuação estatal ganha relevância no momento atual em que precisamos fortalecer as políticas públicas na área da saúde e da assistência social, como também apresentar soluções para acelerar a retomada do crescimento econômico.

O desafio é enorme. Temos de buscar caminhos para aumentar a geração de emprego e melhorar a distribuição de renda, a fim de que os negócios alcancem mais rapidamente o patamar pré-pandemia, os cearenses voltem a consumir e as indústrias retomem a produção. É preciso que a roda da economia volte a girar com mais velocidade. Para isso, tanto as empresas locais como as que pretendem se instalar no Ceará têm de encontrar um ambiente favorável, com menos burocracia e mais simplificação das obrigações tributárias.

Com o objetivo de facilitar a atração de investimentos, a Secretaria da Fazenda do Ceará vem implementando medidas que buscam facilitar as rotinas das empresas, mediante estratégias de diálogo, transparência e inovação. A meta é construir uma relação de mais confiança com os contribuintes.

Além disso, o Estado tem feito o dever de casa quando o assunto é gestão fiscal. Desenvolvemos uma cultura de sustentabilidade e equilíbrio que nos permitiu um aporte de recursos necessários para combater a pandemia e continuar na liderança de investimentos públicos no País. Com o projeto Ceará Veloz 3.0, teremos a aceleração do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, um incremento nas receitas do Estado, fundamentais para a manutenção dos investimentos públicos.

Nunca foi tão importante pagar tributos como agora, pois são esses recursos que vão financiar os mais diversos serviços públicos, proporcionando o bem-estar da população cearense. Velocidade, eficiência e confiança norteiam as ações da Sefaz para melhorar a vida das pessoas, arrecadando com justiça e gerindo com excelência os recursos financeiros do povo cearense.

Fernanda Pacobahyba
Secretária da Fazenda do Ceará

Cultura, Desenvolvimento e Transformação

A cultura como um setor primordial de desenvolvimento no Ceará é uma medida estratégica e urgente, capaz de gerar autoestima, transformação territorial e social. Temos um Ceará que precisa ser revelado, reconhecido e divulgado em sua diversidade cultural e potência criativa e econômica no Brasil e no mundo. A indústria criativa no país representa 2,7% do PIB nacional. Já o Ceará é o 4º estado do Brasil e o 1º do Nordeste em número de pessoas com ocupação profissional na economia criativa. Os dados são da pesquisa da FIEC de 2017 intitulada “Rotas estratégicas setoriais: estudo socioeconômico - turismo e economia criativa”.

Trazemos três eixos de articulação para a promoção do desenvolvimento econômico no Ceará a partir da cultura no Ceará Veloz 3.0. O primeiro deles é “Criatividade, empreendedorismo e inovação”, em que reunimos iniciativas como o HUB Criativo do Ceará, para atração e propulsão de empreendimentos e negócios criativos; a Estação das Artes, novo complexo cultural do estado, que irá reunir o Mercado da Gastronomia e das Artes, a Pinacoteca do Ceará e Circuito internacional de artes; e o Ceará Filmes, um programa de desenvolvimento do Audiovisual e Cultura Digital. Também incluímos aqui o Observatório da Cultura do Ceará com a chegada do programa Cientista Chefe da Cultura, que realizará pesquisas, com geração de indicadores e medição dos impactos sociais e econômicos da cultura.

O eixo 2, “Juventude, inclusão social e geração de renda”, tem como prioridade o Programa Superação e a formação de jovens a partir da rede das escolas da cultura. O objetivo é a qualificação e ampliação da oferta de formação para a juventude e de possibilidades de mobilidade social por meio das escolas criativas, como também ações de fomento a empreendimentos e negócios no campo da economia da cultura. Aqui abordamos a ampliação do repertório cultural, da capacidade de expressão e da autonomia intelectual da juventude cearense, também trabalhando para o desenvolvimento de competências dos jovens e para a geração de riquezas através da conformação de novos modelos de negócios.

Por fim, temos o eixo “Rotas, roteiros e territórios criativos”, que tem como pontos centrais a candidatura da Chapada do Araripe no Cariri como patrimônio cultural da humanidade junto à UNESCO; a criação do Centro Cultural do Cariri; a concepção da Rota Cariri, um projeto da Secretaria do Turismo do Ceará (Setur), em parceria com a

Secretaria da Cultura do Estado (Secult) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); a implementação das Rotas Culturais do Centro de Fortaleza, da Praia de Iracema e das cidades históricas; a criação da Pinacoteca do Ceará na Estação das Artes e o novo MIS – Museu da Imagem e do Som; bem como o fortalecimento do calendário cultural do estado, em sua diversidade.

Fabiano dos Santos Piúba
Secretário da Cultura do Estado do Ceará

O Turismo é Mola Propulsora do Desenvolvimento no Ceará

O turismo sempre se mostrou, no contexto do nosso Estado, como um componente importante para o desenvolvimento socioeconômico, uma mola propulsora para a nossa economia. O atual cenário, no entanto, atingiu a todos com muitas restrições e nos fez reavaliar estratégias. E é por essa razão que acreditamos que, nesse novo momento que se apresenta, as palavras chave são: inovação, desenvolvimento, emprego. E esse será o caminho que iremos trilhar.

A política de isolamento resultante das medidas de contenção à pandemia do Covid-19 afetou frontalmente a dinâmica econômica da cadeia produtiva do turismo, restando quase nenhuma possibilidade de receita. Como é uma atividade fortemente geradora de empregos em todas as faixas de renda no Brasil, seu enxugamento trouxe consequências significativas, o fechamento das fronteiras trouxe bilhões em prejuízo em todo o mundo. Com parte da população fechada em casa e um cenário de incertezas, a retomada do setor se apresenta como um grande desafio. Mas algumas mudanças podem abrir portas e incentivar novas aventuras de viajantes cansados do isolamento. As expectativas para a retomada são extremamente positivas.

Vimos um fortalecimento do turismo doméstico por várias razões: as fronteiras fechadas, a possibilidade da volta da quarentena no país, os protocolos sanitários, o câmbio desfavorável, a necessidade de as pessoas se encontrarem com seus entes queridos, e, por fim, o avanço da vacinação no país. Contudo, a nossa expectativa de retorno de viajantes internacionais está prevista ainda para 2021.

É fato ser essencial um planejamento estratégico para o turismo. A administração pública e a iniciativa privada devem trabalhar em conjunto e se organizar para criar mecanismos para potencializar o crescimento do nosso setor e assim, juntos, promovermos políticas de fomento do desenvolvimento sustentável e crescimento econômico para nosso Estado. A construção de um planejamento estratégico para o nosso crescimento e retomada do nosso turismo deve ser prioridade para todos os envolvidos na atividade: poder público, iniciativa privada, turismólogos, organizações, associações, comunidade local e a população em geral.

Reforçamos que, para estabelecer uma atividade turística de qualidade, potente e atraente, é necessária a integração e cooperação de todos, porque até mesmo a educação

de uma população expressa em termos comportamentais é um fator preponderante para a escolha do local para o turismo.

No contexto no qual foi criada, a Secretaria de Turismo atinge seu objetivo quando exerce esse papel aglutinador, trabalhando dentro de suas competências, mas também se integrando às ações das outras Secretarias e Órgãos do Governo, na medida em que concilia os interesses do setor do turismo com as demais atividades destes órgãos, maximizando resultados. Buscamos participar diretamente do desenvolvimento econômico sustentável do Ceará, numa visão de longo prazo, baseada na parceria e na gestão descentralizada.

Arialdo de Mello Pinho
Secretário de Turismo do Estado do Ceará

Um Novo Paradigma para a Gestão da Agricultura Familiar

O Estado do Ceará se prepara para uma nova fase de desenvolvimento e o desafio de enfrentar a pandemia do Covid-19 só acelerou este processo. O voluntarismo na gestão fica no retrovisor diante de soluções cada vez mais baseadas em evidências e resultados palpáveis. Estamos, cada vez mais, em busca de informações e dados estratégicos para tomadas de decisão.

Como era esperado, também não haverá retorno à normalidade no âmbito comercial. Isso porque o modelo virtual se mostrou mais lucrativo para quem produz e acessível e ágil para o consumidor final. A mudança é inevitável e cabe ao Poder Público oferecer a vitrine a quem ainda não consegue acompanhar este ritmo frenético.

Na produção, o acesso à água e a inclusão das juventudes rurais são outras das nossas preocupações da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Neste âmbito, o Governo do Ceará se prepara para um novo patamar com investimentos em tecnologias sociais de convivência com o semiárido e inovação, com o Projeto São José IV, e a reestruturação da assistência técnica prestada pela Ematerce.

As parcerias internacionais nos cobram este novo olhar e compreendem que não haverá desenvolvimento se este não for ambientalmente e socialmente sustentável. O Ceará Veloz 3.0 e o Ceará 2050, claro, nos elevarão ao crescimento inclusivo e integrado. Ainda assim, é preciso reafirmar que 351,1 mil agricultores familiares cearenses também precisam estar integrados ao novo paradigma que se avizinha.

Francisco de Assis Diniz
Secretário de Desenvolvimento Agrário

Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior por um Ceará Veloz

Em consonância com as nações mais desenvolvidas, o Governo do Ceará possui a compreensão de que Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) têm papel decisivo na geração de riquezas, sendo, ainda, setor imprescindível para melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Neste sentido, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) tem coordenado importantes iniciativas em CT&I que se enquadram em três eixos do Ceará Veloz: Infraestrutura Social, Economia do Conhecimento e Oportunidades de Negócios. A ideia é proporcionar aos cidadãos o acesso universal ao conhecimento científico e tecnológico e o direito de viver num Estado que produz tecnologia e oportunidades.

Um dos exemplos dessa importante decisão é a destinação de 2% da receita tributária líquida do Estado para ações em Ciência e Tecnologia. O repasse desses recursos representará, no final de 2027, mais de R\$ 2 bilhões para o setor. A implementação de programas como o InovaFIT também tem ajudado a acelerar a Inovação no Ceará, a partir da concessão de recursos não-reembolsáveis para que empresas desenvolvam produtos ou processos inovadores. O InovaFIT já destinou cerca de R\$ 30 milhões (contando com os editais em andamento) para o financiamento de projetos na área.

O investimento em pesquisa e formação acadêmica, mesmo em cenários adversos, como o da pandemia da Covid-19, demonstra o relevante papel da Ciência e da Educação Superior na superação dos desafios. Essa estratégia resultou na aplicação de recursos da ordem de R\$ 92 milhões em bolsas de formação acadêmica e pesquisa, concedidas pelo Governo do Ceará, por meio da Secitece e da Funcap. Os dois órgãos também coordenam o Programa Cientista Chefe, que une meio acadêmico e gestão pública na identificação e implantação de soluções que melhoram os serviços e, desta forma, facilitam a vida dos cearenses.

O Estado que hoje é ponto de conexão e hub tecnológico, ancorando cabos submarinos que interligam o Ceará a vários continentes, também é lugar de gente capacitada, que produz e exporta tecnologia através de empreendimentos de alto impacto, concebidos aqui e incentivados por iniciativas como o Programa Corredores Digitais. Nosso objetivo, enquanto Secretaria de Estado, é colocar, na mesma mesa, gestão pública,

universidade e setor privado, demonstrando na prática a transversalidade da CT&I, a fim de desenvolver, ainda mais, o Ceará Veloz, por meio do Ceará Inovador e do Ceará do Conhecimento.

Inácio Arruda

Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará

A Transição no Novo Mapa do Pós-Pandemia do Estado do Ceará

O Estado do Ceará vem se preparando há muitos anos para o Futuro. Construiu um Plano de Estado, o Ceará 2050, baseado e direcionado pelos 17 (Dezessete) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definido pela Organização das Nações Unidas e em observância aos Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial. O Ceará Veloz atualiza as ações de curto prazo em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico de Longo Prazo em sua Plataforma. Durante a pandemia, o Estado pôde acelerar muitos dos caminhos apontados e rever direções e suas derivadas.

O Hidrogênio Verde é o caso emblemático dentre as cadeias produtivas prioritárias apontadas por todos os planos em andamento, fruto das Energias Renováveis, eólica e fotovoltaica, oferecendo ao Estado a potencialidade de ser a capital mundial do Hidrogênio Verde e, nas expectativas mais conservadoras, a principal referência no Brasil e América Latina. Nesse contexto e momento, o Ceará pleiteia a participação na COP26, em Glasgow, no “side events” para apresentar o protagonismo e competitividade em um dos maiores projetos ligados à redução de emissão de carbono em seu HUB.

Nas questões ambientais, dentre os principais do desenvolvimento Sustentável do Estado, há hoje um portfólio de medidas de preservação do meio ambiente do Estado focados na Economia do Mar associada à ênfase na Década das Ciências Oceânicas 2021-2030. A sustentabilidade socioambiental é carro-chefe do Estado do Ceará nesse processo que se associa de forma equilibrada ao Desenvolvimento Econômico, com total pacto intergeracional. Além das iniciativas internas, o Estado do Ceará, por meio do Governo Federal, se credenciou para participar do “Peers Review” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE. O Estado tem buscado a simplificação e melhoria do Ambiente de Negócios com ações pioneiras nessa construção, facilitando os processos que apoiam a atração de investimentos produtivos no Ceará. A OCDE reforça o compromisso do Estado nos processos de Desburocratização e Desregulamentação, na busca de um alinhamento com as melhores práticas do mundo desenvolvido.

Os esforços na redução dos hiatos são tratados no Ceará 2050 e pavimentados pelo Ceará Veloz, acelerando o futuro também nessa direção. Relacionamento com organismos internacionais de combate à fome, como as agências da ONU em Roma (FAO-FIDA-PMA), que poderão alavancar os esforços em projetos como o Mais

Nutrição e o Mais Infância. A UNICEF está no Estado do Ceará desde 1999 e poderemos, com as ações em curso, nos aproximar, cada vez mais, de agências como a UNESCO em prol do maior avanço na Educação, Ciência e Cultura. Somente assim, os resultados poderão ser alcançados pelos planejamentos de curto, médio e longo prazos em execução no Estado do Ceará.

As ações de Saúde associadas ao plano no pós-pandemia foram reorganizadas numa plataforma com programas inovadores em políticas públicas de Estado para melhor atendimento à população, tendo como principal exemplo as ampliações de leitos e UTIs, a tenção primária e os Distritos de Inovação de Saúde, criando uma cadeia competitiva na Economia da Saúde.

Completando esse breve ensaio de interconexão entre os planos de curto prazo (Ceará Veloz) e médio-longo (Ceará 2050) prazos e o Pós-Pandemia, o Estado tem buscado uma transformação digital importante para atender melhor a população e reorganizar-se internamente com maior eficiência na sua estrutura de Governo. As ações por si só respondem a melhoria do Estado do Ceará, sem uma rubrica ideológica, e em favor da sociedade cearense, sem medir os esforços diante das muitas restrições.

A Indústria e a Agroindústria têm batido recordes importantes de crescimento e produtividade. Os Investimentos Públicos em relação à Receita Corrente Líquida obtiveram pelo 6º. Ano consecutivo a melhor relação do País. A Educação Pública é exemplo no Brasil, alcançando os melhores indicadores de avaliação dentre as Escolas Públicas. Não obstante, muito ainda tem que ser realizado para chegarmos a um espaço sustentável e justo em todo o Estado do Ceará.

O Pós-Pandemia será um desafio e é necessário estarmos preparados com Plataformas de Planejamento com um olhar no presente e no Futuro, acelerando o que for possível e abrigando na proteção necessária aos mais vulneráveis. Esses papéis de *design* estão postos no Ceará Veloz e Ceará 2050.

Célio Fernando Bezerra Melo

Secretário Executivo de Regionalização e Modernização da Casa Civil

INTRODUÇÃO

O reconhecimento em escala global da existência de um processo de pandemia no início de 2020 teve consequências econômicas e sociais em escala equivalente a crise de 1929. A interrupção de atividades estratégicas como fluxo de produtos e serviços em escalas nacionais e internacionais afetaram as cadeias globais de valor.

O Brasil e por consequência o estado do Ceará sofreram impactos diretos. Em janeiro de 2020 as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) situavam-se tanto em termos nacional e estadual em um patamar acima de 2%. Em junho deste ano estas previsões indicavam uma queda do PIB superior a 5%, denotando impacto tanto na magnitude dos números como em um intervalo curto do tempo, adicionando ondas de instabilidades e incertezas para o futuro da economia.

As medidas tomadas pelos diversos governos nacionais convergiram para uma forte intervenção do estado no campo econômico, com subsídios para as empresas e afrouxamento da política monetária, esta última refletida nos juros negativos trabalhados por grande parte dos Bancos Centrais. Quanto às ações em relação às famílias, os governos patrocinaram transferências de renda direta e fortes gastos na área de saúde pública.

O governo brasileiro em linhas gerais seguiu a tendência de intervenção dos outros países, apesar de algum atraso e problemas de acesso dos recursos por parte das empresas e das pessoas. O Governo do Estado teve maior agilidade nas tomadas de decisões em relação às medidas mitigadoras dos impactos da pandemia, em especial as intervenções ligadas à saúde e as de caráter emergencial de atendimento às empresas e pessoas.

A crise derivada da pandemia teve como consequência importante a antecipação de tendências que se materializariam nos próximos anos, contudo foram antecipadas, exigindo, por conseguinte, medidas imediatas e estruturais. Pode-se exemplificar estas mudanças: a tendência de trabalhar em “home”, a “digitalização” dos processos econômicos e sociais e os novos papéis das “fintechs”.

Este trabalho tem por objetivo pensar propostas de interações do estado do Ceará no campo econômico, tanto do ponto de vista público como privado, indicando novos padrões de atuação do estado e o uso eficiente dos recursos públicos, tanto na

otimização nos gastos públicos, como potencialização de receitas não tributárias. Outro aspecto importante relaciona-se aos padrões de intervenção do governo do Estado, em especial no que toca as mudanças estruturais no sistema de incentivos fiscais e na construção de uma ambiência para atração de negócios estratégicos para o desenvolvimento do estado.

O trabalho tem a seguinte estrutura: a primeira parte em que se avalia os impactos econômicos da crise do novo coronavírus na economia cearense, levando em conta as mudanças nos cenários mundial e nacional e uma análise do desempenho da economia cearense nos seus diversos setores econômicos no período do início de janeiro a julho de 2020.

Assim, tendo em vista que este trabalho está sendo publicado somente em 2021, os organizadores decidiram preservar na sua integralidade, as discussões refletidas no texto do Tomo I, como forma de mostrar aos leitores a análise técnica desse momento histórico vivenciado pela população cearense, notadamente em relação aos efeitos econômicos e sociais da pandemia, contemplando os meses mais incertos e contundentes da crise do coronavírus.

Por fim, é importante destacar que as intervenções do governo estadual tomadas neste primeiro momento se mostraram acertadas em termos da contenção dos riscos sociais e econômicos para a economia do Estado. O governo do estado teve agilidade nas tomadas de decisões em relação às medidas mitigadoras dos impactos da pandemia, em especial as intervenções ligadas à saúde e as de caráter emergencial de atendimento às empresas e pessoas.

Na segunda parte investigam-se os principais fatores condicionantes do crescimento econômico do estado no novo cenário. Assim, elaborou-se uma avaliação do contexto econômico no pós-pandemia, em especial a importância da coordenação do estado em políticas anticíclicas, as alterações no processo de globalização em aspectos cruciais como mudanças no mercado de trabalho, a importância cada vez maior da tecnologia da informação, fatores esses que impactaram na matriz de risco global e novas formas de mitigação.

Após esta contextualização das realidades internacional e brasileira em relação ao estado do Ceará, destacam-se os seus diferenciais competitivos, a exemplo de sua estabilidade fiscal e liderança de investimentos públicos no Brasil, a sua localização

geográfica, reconhecido também pela sua trinca de Hubs: Aeroportuário, Marítimo e Tecnológico, com cobertura de fibra ótica que coloca o Ceará como um dos estados mais conectados do país. Além disso, tem o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) que abriga um dos melhores portos do país, englobando ainda a única Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em funcionamento no país. O estado ainda foi pioneiro no setor de energias renováveis no país.

A terceira parte do trabalho trata das ações estratégicas transversais para estimular o crescimento econômico do estado, que teve como estudos referenciais os “Ceará 2050”, “Fortaleza 2040”, “Rotas Estratégicas” elaborado pela Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), Plano de Governo do Ceará - Estado Criativo, Inovador e Transformador; “Ceará Veloz” documento de planejamento estratégico da SEDET, a Política Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE, coordenada pela SUDENE e o trabalho Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS elaborado pela ONU.

Esta parte do trabalho trata dos desafios estruturais para o desenvolvimento do estado, e o detalhamento das propostas de ações estratégicas contendo as ações de natureza transversal, contemplando as áreas de infraestrutura, tributação, simplificação e desburocratização, capital humano, economia do conhecimento e inovação, trabalho, empreendedorismo e informalidade. Nas ações setoriais são detalhadas ações especiais relativas ao agronegócio, a indústria, e ao comércio e serviços. Nessa fase, também são apresentados os principais projetos do orçamento estadual a partir de 2020.

Por fim, desenha-se um conjunto de iniciativas inovadoras e estruturantes para alavancar o desenvolvimento, como “otimização da riqueza pública do estado” com objetivo de otimizar o conjunto de riquezas que o estado possui e monetizá-lo à medida das necessidades. Isso pode ser viabilizado por meio da realização de concessões, vendas, PPP’s de equipamentos públicos atrativos ao setor privado. A seguir cita-se alguns equipamentos que o estado poderá utilizar para esse fim: Arena Castelão, Centro de Formação Olímpica, CEASA, Aquário, CIPP, Cinturão Digital, Sistema Metroviário, Centro de Eventos e infraestrutura de Energia Fotovoltaica.

Em termos de alternativas de financiamento das ações de desenvolvimento destaca-se o fortalecimento do papel da ADECE, Cearapar (holding de ativos do Governo Estadual) e JUCEC através da sinergia de suas ações. A ADECE através de parcerias com o sistema de bancos públicos e privados, organismos multilaterais, instituições financeiras

internacionais e empresas inovadoras como as fintechs, poderão alavancar os recursos necessários para investimentos em modernização da economia do estado, com geração de emprego e renda.

No campo de financiamento foram indicadas ações de parcerias com o Banco do Nordeste em relação ao FNE, ao BNDES, a FINEP e organismos multilaterais, como também instituições financeiras do mercado nacional e internacional, destacando-se fundos de investimentos e outros instrumentos do mercado de capitais.

Com um foco econômico, não adentrando de modo mais específico em outras áreas, a exemplo da reforma administrativa, essa proposta sinaliza para captações de recursos para as empresas do estado, da ordem de R\$ 14 bilhões num período de 10 anos, com reflexos no incremento de receitas de R\$ 9 bilhões, além de desonerações de despesas do estado em torno de R\$ 1,2 bilhão nesse período.

A última parte do documento, mostra a relação entre os investimentos projetados para o período 2020-2025 e os impactos econômico-sociais, embasada na metodologia da Matriz Insumo-Produto, mostrando que ações e investimentos qualificados serão capazes de influenciar e promover um novo padrão econômico para o estado. Mostram que podem impactar o Produto Interno Bruto cearense em até 2,9 vezes os valores investidos, além da geração de impostos e incrementos na massa salarial, que são capitais para a redução das desigualdades econômicas e sociais da nossa população.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ - DIRETRIZES E MAPA DE INTERCONEXÕES

DIRETRIZES BÁSICAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ

1- Aderência das políticas públicas de desenvolvimento econômico aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com destaque aos aspectos Sociais e Ambientais;

2- Observação e acompanhamento dos impactos dos Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial, nas categorias Econômica, Ambiental, Geopolítica, Tecnológica e Social;

3- Melhoria do Ambiente de Negócios, priorizando a desburocratização dos processos de Alvarás, licenças e demais documentos de instalação e funcionamento de unidades produtivas;

4- Maior seletividade nos investimentos públicos privilegiando os de alcance social e de maior multiplicador fiscal;

5- Estabelecimento de um Estado Competitivo e Sustentável no apoio a infraestrutura e logística intermodal;

6- Incentivo Econômico a cadeias produtivas alavancadoras do Desenvolvimento;

7- Garantia da Segurança Alimentar e Segurança Sanitária com o Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais sem a dependência de insumos importados;

8- Avanços nas bases de Ciência e Inovação para a transformação digital do Estado-Mercado, com apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e aquisição de tecnologias;

9- Elevação e acesso a padrões altamente qualificados de capacitação profissional da mão de obra;

10- Estabelecimento de formações contínuas do Estado-Mercado na Gestão, Governança e Lideranças.

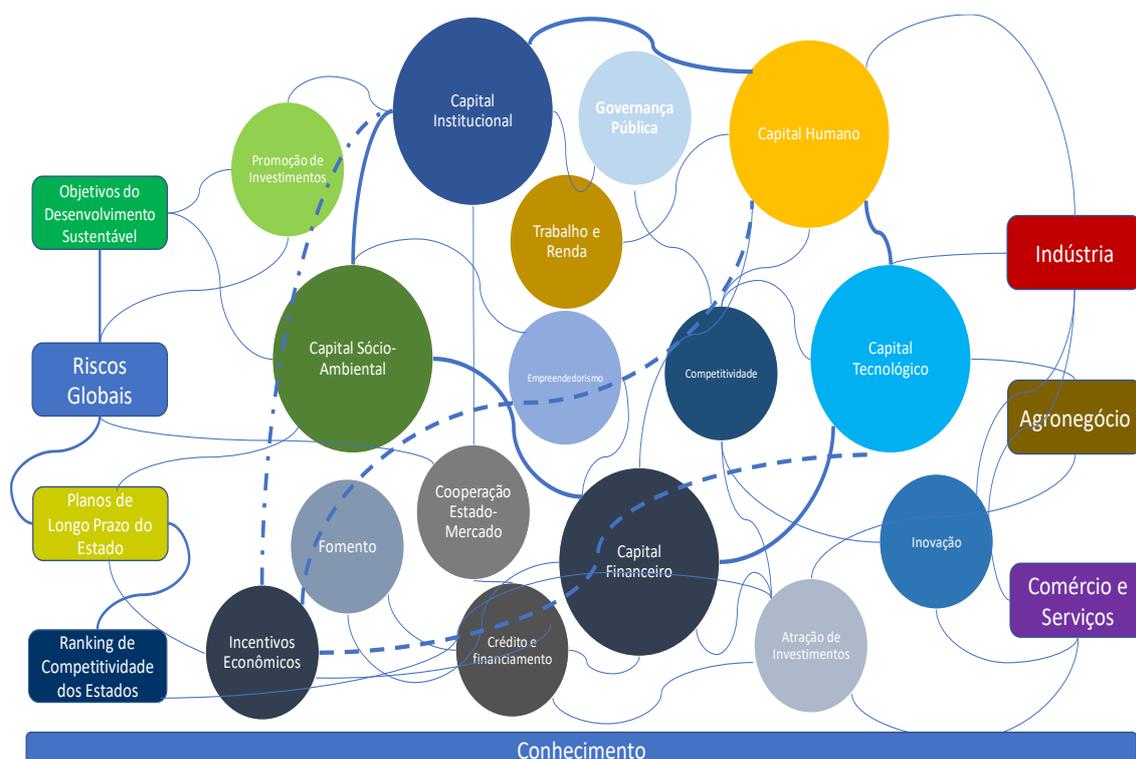
11- Fomento a financiamentos e parcerias de investimento que alavanquem a promoção e atração de investimentos produtivos para o Estado e Mercado.

12. Interlocução com organismos multilaterais tais com Banco Mundial, BID, Eximbanks, Agências de Crédito à Exportação e demais Agências de Fomento, objetivando a formação de Funding para o desenvolvimento de projetos de impacto econômico e social.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ – MAPA DE INTERCONEXÕES

O modelo de desenvolvimento estabelece interconexões a partir dos capitais financeiro, tecnológico, humano, institucional e sócio-ambiental, tendo como pressupostos os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Riscos Globais, Planos de Longo Prazo do Estado e avaliação da competitividade. A direção dos processos se reflete nas atividades produtivas: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços. As dimensões são ilustrativas e baseadas no conhecimento. A visão sistêmica reflete a conectividade e impacto dos capitais e dimensões na construção do Desenvolvimento, caracterizando as interconexões e interdependências para se obter resultados sustentáveis.

Mapa 1 – Modelo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – Mapa de Interconexões



Elaboração: SEDET

TOMO I

DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES ECONÔMICAS DA CRISE DO CORONAVÍRUS

CAPÍTULO 1. OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA CRISE DO NOVO CORONAVIRUS NA ECONOMIA

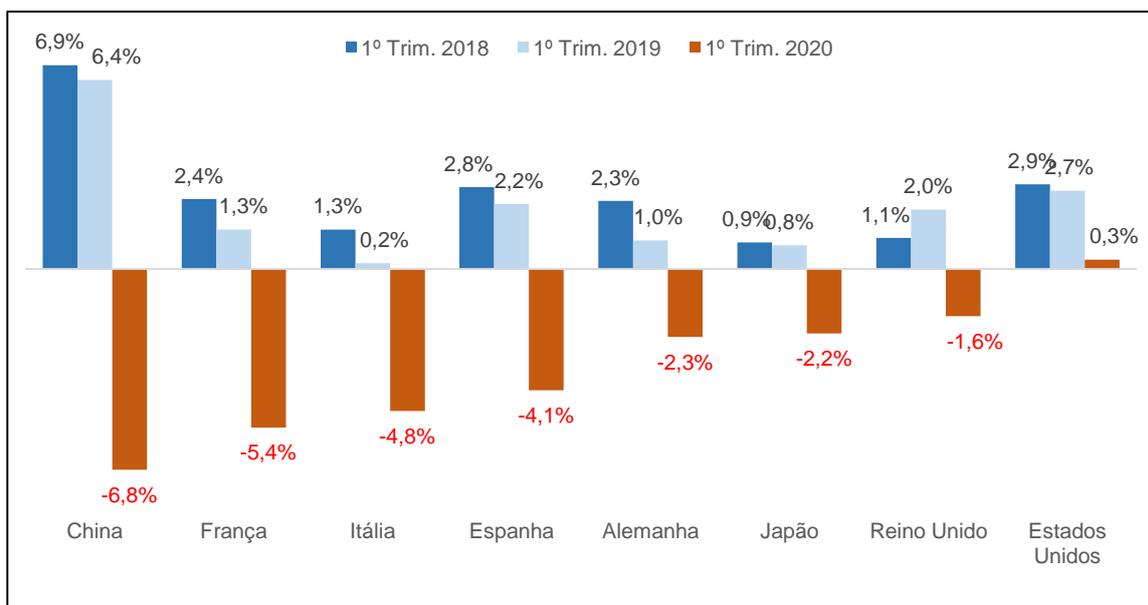
1. MUDANÇAS NOS CENÁRIOS MUNDIAL E NACIONAL

1.1. Economia Mundial

A Organização Mundial da Saúde decretou em onze de março de 2020 o estado de Pandemia mundial devido à doença causada pelo vírus da Covid-19. Desde então muitos países passaram a verificar aumentos exponenciais de casos de contágio e de óbitos da doença, e dado a ausência de uma vacina, bem como de um tratamento eficaz, a única medida eficiente de combate passou a ser o isolamento social por meio do fechamento de setores econômicos não essenciais, afetando fortemente atividades ligadas aos serviços e indústria. Tal medida acarretou uma forte retração do consumo das famílias e nos investimentos privado e público, nas principais economias do mundo.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o comportamento do PIB de alguns países no primeiro trimestre de 2020 em comparação com os primeiros trimestres dos anos de 2018 e 2019.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) de Países Selecionados – 1º Trimestre de 2018 a 2020



Fonte: OCDE

Nota: Refere-se ao primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Gráfico 1, acima, mostra que dentre as maiores economias do mundo, a China apresentou a queda mais acentuada no primeiro trimestre de 2020, em relação ao primeiro trimestre de 2019, com uma retração de 6,8%. Esta forte redução é explicada pelo início da pandemia ter ocorrido na cidade de Wuhan, localizada na China, ainda no início de janeiro de 2020, fazendo com que a China experimentasse as consequências econômicas decorrentes das medidas de isolamento social em grande parte do primeiro trimestre. As maiores quedas seguintes ocorreram nos países europeus em que houve grande disseminação da doença, como França (-5,4%), Itália (-4,8%) e Espanha (-4,1%). Já na Alemanha, que obteve bem mais sucesso no combate a Pandemia do que os outros países europeus, a queda verificada para o mesmo período foi menor (-2,3%). O Japão, comparado com as maiores economias do mundo, apresentou relativamente poucos casos da doença nesse período, sem a necessidade da adoção de medidas rígidas de isolamento, mas ainda assim o país registrou uma queda 2,2%, em consequência dos fortes declínios nas exportações de bens industriais. Por fim, o Estados Unidos foi menos atingido nesse período de análise, e apresentou um leve crescimento de 0,3%, dado que a Pandemia só atingiu mais fortemente o país já no final do primeiro trimestre.

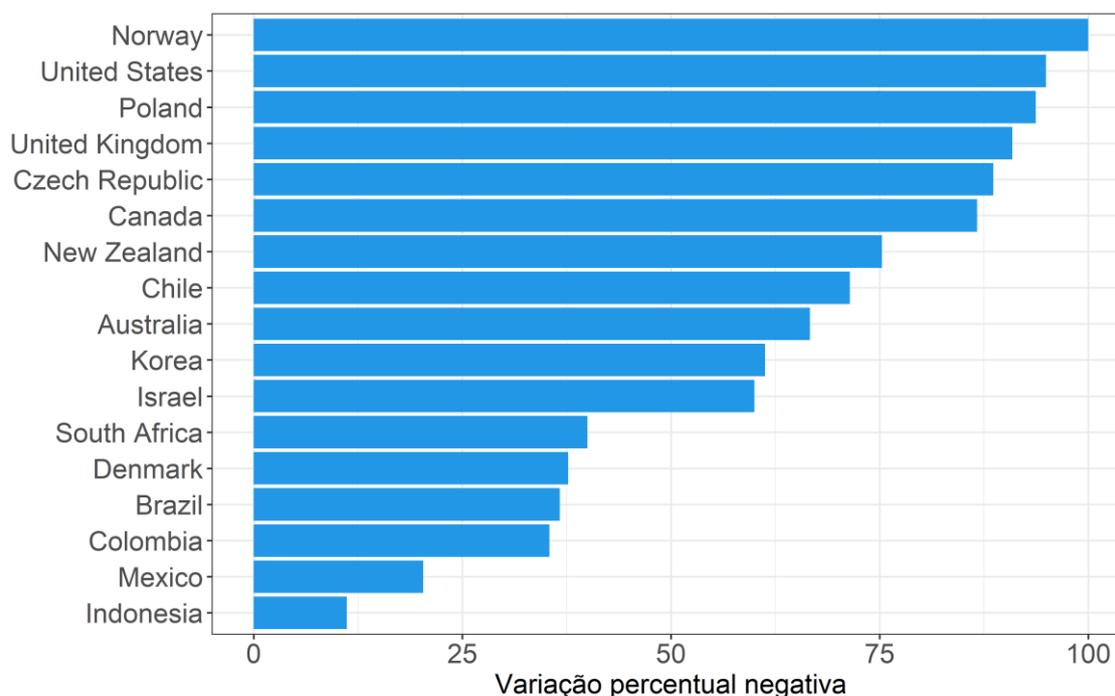
Além da forte queda dos setores da indústria e serviços, gerando retrações no PIB, as bolsas de valores das principais economias no mundo registraram fortes quedas a partir do anúncio da situação de pandemia mundial feito pela OMS em onze de março de 2020, devido às fortes incertezas decorrentes das poucas informações sobre a doença, falta de uma vacina e tratamentos eficazes, além da ausência de horizonte quanto ao fim da Pandemia. Verifica-se que apesar de haver uma sincronização entre os índices de ações, caracterizando assim o efeito global da pandemia, o Ibovespa registrou uma das três maiores quedas nos mercados mundiais de ações, além de apresentar um processo de retomada de crescimento do índice, bem mais lento do que os demais mercados de ações.

Dado o processo de recessão global, muitos países sofreram um forte processo de desvalorização cambial em relação ao dólar americano, porém enquanto a maioria das moedas apresentaram um pico de depreciação cambial a partir do anúncio da pandemia, mas com recuperação das perdas já no início de abril, o Brasil continuou com um forte processo de desvalorização do Real até meados de maio, registrando um pico de mais de 30% de perdas acumuladas em relação ao início da pandemia. Além disso, dado que o país ainda não apresentou um processo de redução do contágio e mortes na maioria dos

estados brasileiros, um novo período de desvalorização cambial iniciou-se em meados de junho de 2020.

A medida de política monetária mais utilizada, entre os países pelo mundo, para o reaquecimento econômico, tem sido a redução da taxa de juros de referência. O Gráfico 2 apresenta as variações percentuais negativas, de fevereiro a abril de 2020, para países selecionados. Verifica-se que alguns países mais desenvolvidos como Noruega, Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, registraram mais de 75% de redução na taxa de juros, enquanto o Brasil registrou pouco mais de 30% de redução para o período analisado, sendo que em junho de 2020 o Banco Central do Brasil reduziu a taxa Selic, de 3% para 2,25% ao ano, atingindo o menor patamar histórico.

Gráfico 2 - Mudanças percentuais negativas nas taxas de juros após o COVID-19 - fevereiro a abril de 2020.



Fonte: ELY, 2020, com dados da OCDE – Main Economic Indicators.

Além da redução da taxa de juros, governos de diferentes países estão tomando outras medidas de política monetária, política fiscal e de crédito para o enfrentamento da crise econômica causada pela Pandemia da Covid-19, como pode ser verificado no Quadro 1 abaixo. Observa-se que dentre as medidas apresentadas, a maioria dos governos tem procurado socorrer as empresas privadas por meio da oferta de crédito facilitado e incentivos tributários e, ao mesmo tempo, essas medidas são complementadas

com o incentivo a manutenção de empregos e medidas de transferência de renda para as famílias. Em resumo, a ênfase dos países tem sido manter a solvência das empresas e assegurar a subsistência dos indivíduos desempregados e impedidos de trabalhar devido às medidas de isolamento social.

Quadro 1 - Síntese das medidas anunciadas por governos de países selecionados.

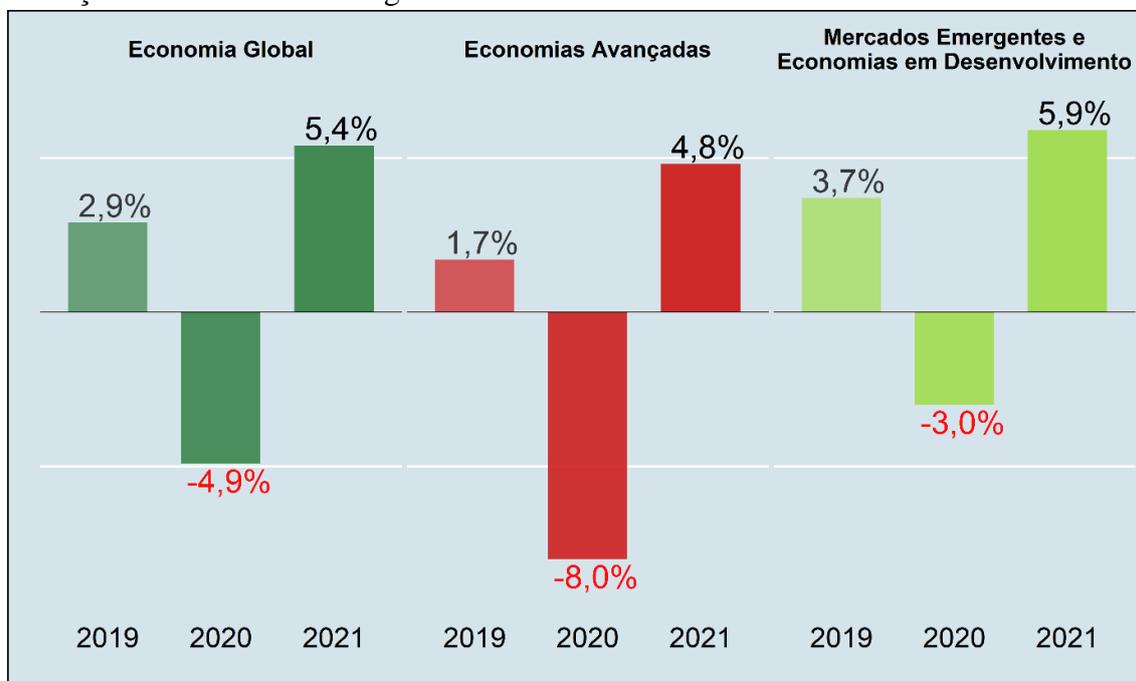
País	Medidas
EUA	Distribuição de renda para a população adulta (US\$850 bilhões)
	Diferimento no pagamento de impostos (US\$300 bilhões)
Alemanha	Adoção de trabalho em tempo parcial com subsídios
	Apoio financeiro ilimitado às empresas
	Aumento dos investimentos públicos (€3,1 bilhões/ano de 2021 a 2024)
Reino Unido	Empréstimos para empresas (£330 bilhões)
	População e empresas solventes
	Incentivos tributários
	Outros pacotes para empresas e famílias (£20 bilhões)
Itália	Recursos extra para sistema de saúde
	Estatizações
	Vouchers para contratação de babás (para trabalhadores)
	Desestímulo às demissões
	Soma das Medidas em € 25 bilhões
França	Suspensão de conta aluguel, luz e água
Espanha	Garantia de crédito e liquidez ilimitada para empresas (€200 bilhões - equivalente a 20% do PIB espanhol)
	Estatizações de hospitais e serviços de saúde
Argentina	Licença aos trabalhadores de risco de empresas públicas e privadas
	Isenções fiscais
	Aumento dos investimentos em obras públicas e assistência social (US\$ 1,58 bilhão)
	Fornecimento de alimentação para os mais pobres
Chile	Ampliação de ajuda a empresas de turismo
	Ampliação da rede de proteção social

Fonte: Mello, R. et al. (2020)

Portanto, diante dos efeitos negativos gerados pela Pandemia nas economias dos vários países, bem como as diferentes ações governamentais para combater a crise, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou uma queda de 4,9% para a economia mundial em 2020, puxada pela forte retração das economias avançadas (-8,0%), e pelo desempenho negativo dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, com uma projeção de queda de 3,0%. (Figura 1). Em relação ao ano de 2021, o FMI já prevê uma retomada do crescimento da economia mundial, com um aumento de 5,4%, levando em consideração que a Pandemia esteja controlada e que alguma das vacinas em estágio

final de testes, seja produzida e distribuída para a população mundial, já no primeiro semestre de 2021.

Figura 1 – PIB de 2019 e projeções de 2020 e 2021 para a Economia Global, Economias Avançadas e Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento



Fonte: FMI. *World Economic Outlook Update Jun, 2020*.

1.2. Economia Nacional

Analisando o desempenho do PIB brasileiro em 2019, verifica-se que a economia vinha gradualmente retomando uma trajetória consistente de crescimento econômico, uma vez que as taxas de crescimento ao longo dos quatro trimestres foram se expandindo, resultando em um crescimento anual, em 2019, de 1,14%. No entanto, essa tendência foi revertida no primeiro trimestre de 2020, quando a economia brasileira foi afetada pelos primeiros efeitos da crise do novo coronavírus, registrando uma queda de 0,3%, em relação ao primeiro trimestre de 2019. (Tabela 1). Esse desempenho negativo foi provocado pelas medidas de isolamento social adotadas em vários estados do Brasil, a partir da segunda quinzena de março, para o combate à crise epidemiológica e sanitária.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Brasil - 1º Trim. 2019 a 1º Trim. 2020 (*)

Setores e Atividades	1º Trim. 2019 (**)	2º Trim. 2019 (**)	3º Trim. 2019 (**)	4º Trim. 2019 (**)	1º Trim. 2020 (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	0,9	1,4	2,1	0,4	1,9	1,6
Indústria	-1,0	0,3	1,0	1,5	-0,1	0,7
Extrativa Mineral	-3,0	-9,3	4,0	3,4	4,8	0,7
Transformação	-1,6	1,4	-0,5	1,1	-0,8	0,3
Construção Civil	-1,7	2,4	4,4	1,0	-1,0	1,7
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	4,7	2,2	1,6	-0,8	-1,8	0,2
Serviços	1,2	1,2	1,0	1,6	-0,5	0,9
Comércio	0,5	2,0	2,4	2,2	0,4	1,8
Transportes	0,5	0,4	-1,0	1,0	-1,6	-0,3
Intermediação Financeira	0,8	-1,0	1,3	3,0	2,0	1,3
Administração Pública	0,3	0,0	-0,6	0,4	-0,4	-0,1
Outros Serviços	1,3	1,5	0,9	1,5	-3,4	0,1
Valor Adicionado (VA) Produto Interno Bruto (PIB)	0,7	1,0	1,1	1,6	-0,2	0,9

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação ao período imediatamente anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Dentre as atividades que contribuíram para a geração do Valor Adicionado no primeiro trimestre de 2020 em relação a igual período do ano anterior, o setor agropecuário foi o único a apresentar variação positiva (1,9%) em relação a igual período do ano anterior, atenuando, dessa forma, a queda mais acentuada do PIB. Este resultado se explica, principalmente, pelo desempenho de produtos da lavoura com safra relevante no primeiro trimestre, como a cultura da soja, e pela produtividade.

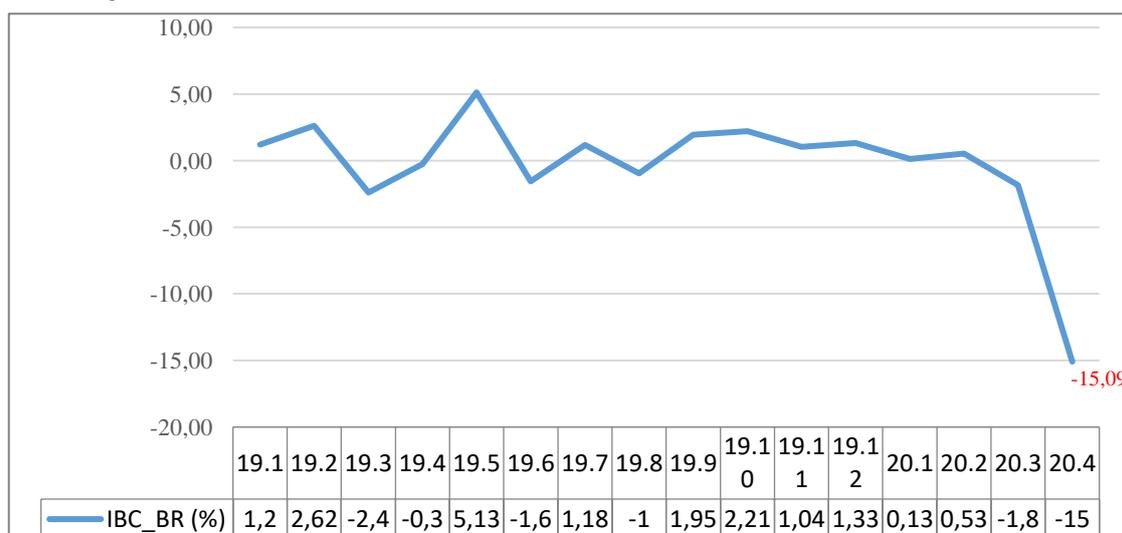
A Indústria teve uma pequena retração (-0,1%), influenciada fortemente pelo declínio na atividade de Eletricidade, Gás e Água (SIUP) (-1,8%), em decorrência não só dos efeitos negativos da Pandemia, mas também devido ao verão menos intenso, diminuindo o consumo de energia e água domiciliares. Já a Construção Civil apresentou a segunda maior queda, com uma retração de 1,0%, por conta da proibição de funcionamento em muitos estados durante a segunda quinzena de março, em decorrência das medidas de isolamento social. Por fim a Indústria de Transformação apresentou uma

queda de 0,8%, puxada pelas quedas na indústria automobilística, confecção de artigos de vestuário e fabricação de outros equipamentos de transporte, enquanto a Extrativista Mineral foi a única atividade industrial que apresentou crescimento, registrando um aumento de 4,8%, explicado pelo crescimento da extração de petróleo e gás no período do trimestre antes do início da Pandemia.

O setor de Serviços caiu 0,5%, na comparação do primeiro trimestre de 2020 com relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Os destaques positivos foram Intermediação Financeira (2,0%) e Comércio (0,4%). Por outro lado, as atividades que registraram retrações foram: Outros Serviços (-3,4%), Transportes (-1,6%) e Administração Pública (-0,4%).

Analisando o IBC mensal, que é um índice de atividade econômica elaborado pelo Banco Central, pode-se observar os fortes efeitos negativos recentes da Pandemia nos meses de março e abril de 2020. (Gráfico 3). Em boa parte dos estados brasileiros, as medidas de isolamento social foram tomadas na segunda quinzena de março, gerando uma queda de 1,84% para o IBC do Brasil, na comparação de março de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado. Já no mês de abril, quando as medidas de isolamento social atuaram durante todo o mês, verificou-se uma forte retração do IBC, onde a economia brasileira registrou uma forte queda de 15,0%.

Gráfico 3 – Evolução do IBC Mensal (%) – Relação a igual período do ano anterior – Brasil – janeiro de 2019 a abril de 2020



Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen). Elaboração própria.

Em decorrência dos fortes efeitos negativos da Pandemia para a economia brasileira, o Governo Federal, por meio do Ministério da Economia, tomou uma série de medidas nas áreas de saúde e assistência social e previdência, bem como medidas de política fiscal, monetária e creditícia. Além das ações apresentadas no Quadro 2, o Governo Federal aprovou, no início de abril de 2020, uma medida de transferência de renda, consistindo em três parcelas de 600 reais para trabalhadores informais, intermitentes inativos e microempreendedores individuais. Podemos observar que as medidas tomadas pelo Governo Federal têm como objetivo principal a proteção social do emprego e renda das famílias bem como a sustentabilidade financeira das empresas privadas durante o período da crise econômica gerada pela Pandemia.

Quadro 2 - Síntese das medidas anunciadas pelo Ministério da Economia

Medida	Saúde	Assistência e Previdência	Política fiscal	Política Monetária e de Crédito
Curto prazo (2020)	Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS	Antecipação do abono salarial em junho	Novos saques do FGTS, com base em recursos não sacados do PIS/ PASEP	Redução do teto de juros do consignado, aumento da margem e do prazo de pagamento
	Desonerações temporárias de IPI para bens importados e produzidos internamente listados que sejam necessários ao combate ao Covid-19	Recursos para o Bolsa Família	Adiamento do prazo de pagamentos de tributos	Crédito do PROGER/ FAT para micro e pequenas empresas
	Isenção de impostos de importação sobre produtos médicos hospitalares até o fim do ano	Antecipação de 1ª e 2ª parcelas do 13º em abril e maio	Diferimento do prazo de pagamento do FGTS por 3 meses	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito
	Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico hospitalar	Suspensão por 120 dias da prova de vida dos beneficiários do INSS para evitar ida às agências	Diferimento da parte da União no Simples Nacional por 3 meses	Incremento das linhas de crédito dos bancos públicos, destinado principalmente capital de giro
		Voucher de R\$200 para famílias do CadÚnico que não recebam outros benefícios.	Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses	
		Facilitar o desembarque de insumos e matérias primas industriais importadas antes do desembarque		

Fonte: Mello, R. et al. (2020)

As medidas para mitigação da crise, tomadas pelo Governo Federal, afetarão fortemente o ano fiscal de 2020, ao mesmo tempo em que as receitas caem por conta da retração da atividade econômica, desonerações e diferimentos do pagamento de tributos, as despesas aumentam principalmente em decorrência dos gastos executados em

transferência de renda para socorrer a situação financeira das famílias, além do aumento de gastos aplicados diretamente ao sistema de saúde. Segundo o Instituto Fiscal Independente (IFI), por meio do relatório de acompanhamento fiscal de junho de 2020, a previsão do impacto das medidas sobre as contas do Governo Federal para o ano de 2020, atinge R\$ 601,3 bilhões, representando 8,7% do PIB brasileiro, sendo que a ajuda aos trabalhadores corresponde à maior parte do impacto das medidas, R\$ 338,8 bilhões. Quanto ao déficit primário do governo central em 2020, a projeção é de R\$ 877,8 bilhões, representando 12,7% do PIB. (Tabela 2).

TABELA 2 - Medidas de Mitigação da Crise e Déficit Primário em 2020

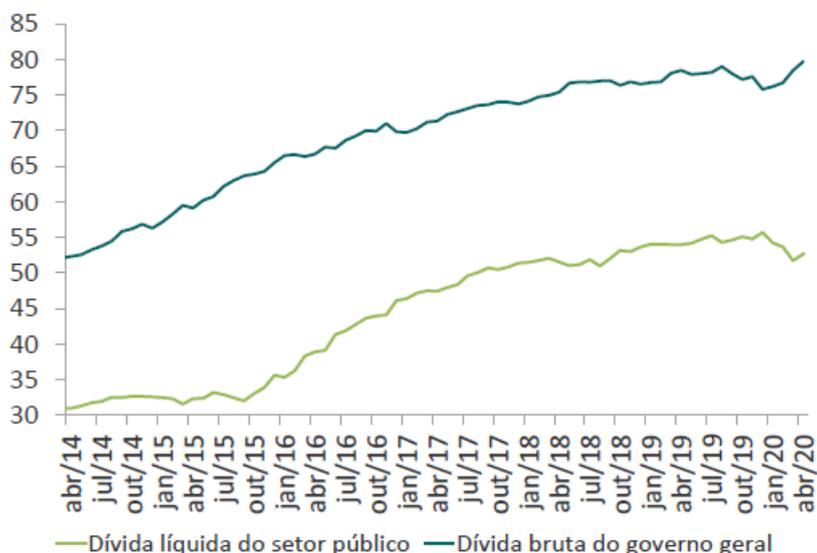
	R\$ bilhões
AJUDA ÀS EMPRESAS	139,6
Diferimento de tributos	96,6
Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20,0
Programa de Apoio às MPE (Pronampe)	15,9
Redução de alíquota de IOF sobre o crédito	7,1
AJUDA AOS TRABALHADORES	338,8
Auxílio emergencial	308,8
Complementação de salário do trabalhador formal	26,1
Aumento dos beneficiários do Bolsa Família	3,0
Redução de tarifa de energia elétrica da renda baixa	0,9
AJUDA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	70,9
Complementação dos Fundos de Participação	11,2
Auxílio por conta da queda de receita	50,2
Suspensão do pagamento da dívida junto ao RGPS - municípios	5,6
Diferimento do Pasep e contribuição patronal	3,9
SAÚDE	52,0
Enfrentamento da emergência de saúde pública	46,4
União	10,1
Estados e municípios	36,3
Redução de alíquota de IPI e imposto de importação	5,6
Total de impacto das medidas (A)	601,3
DESPESA	482,5
RECEITA	118,8
Outros fatores (exceto medidas) (B)	276,5
meta inicial de déficit primário	124,1
outros aumentos de gastos	23,5
outras reduções de receitas	128,9
DÉFICIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (A+B)	877,8

Fonte: Instituto Fiscal Independente IFI - Relatório de acompanhamento fiscal - junho de 2020.

Em relação ao comportamento da dívida líquida do setor público consolidado, em abril de 2020, observa-se no Gráfico 4, abaixo, que esse indicador atingiu 52,7% do PIB, sendo 3,0 pontos percentuais (p.p.) do PIB a menos que seu valor no final de 2019 e 1,3 p.p. menor que o de abril de 2019. Esta redução refletiu, principalmente, o impacto

da desvalorização cambial, de 35% no ano e de 37,5% em doze meses. Já a dívida bruta do governo geral ficou em 79,7% do PIB em abril de 2020, registrando um aumento de 3,9 p.p. em relação a dezembro de 2019 e de 1,3 p.p. em comparação a abril do ano passado.

Gráfico 4 - Evolução da dívida líquida do setor público consolidado (SPC) e da dívida bruta do governo geral (DBGG) (Em % do PIB)



Fonte: Carta de Conjuntura número 47 - 2º trimestre de 2020 - Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Com relação aos investimentos, o indicador mensal Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que é uma medida de comportamento para o investimento bruto no Brasil, mostra uma forte queda a partir de março de 2020, igualmente intensa quanto à ocorrida no início da crise financeira mundial, em setembro de 2008. Conforme a Tabela 3, abaixo, as taxas de crescimento mensal do indicador mensal Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), bem como as taxas abertas para os setores de Máquinas e equipamentos e Construção Civil, que compõem o indicador, mostram as fortes quedas verificadas a partir de março de 2020, nas comparações com os mesmos meses de 2019.

Tabela 3 - Taxas de Crescimento do Indicador IPEA mensal de FBCF

	Contra período anterior dessazonalizado ¹				Contra igual período do ano anterior				Acumulado	
	Mar./20	Abr./20	Mai./20	TRIM ²	Mar./20	Abr./20	Mai./20	TRIM	no ano	Em doze Meses
FBCF	-13,4	-27,5	28,2	-20,6	-0,7	34,2	-19,6	-18,4	-8,6	-2,8
Máquinas e equipamentos	-19,9	-43,8	68,7	-25,5	0,4	49,6	-23,7	-24,6	-10,9	-5,3
Nacionais	-11,9	45,5	22,0	-32,5	-2,9	55,9	-42,2	-34,4	-21,2	-9,8
Importados	-46,9	-33,9	145,6	-16,1	12,9	-23,0	49,4	15,3	27,5	10,8
Construção Civil	-7,4	-19,0	14,1	-14,7	-1,4	-25,6	-16,0	-14,5	-7,4	-1,6
Outros	-7,8	-14,7	2,0	-16,6	-1,8	-19,1	-18,5	-13,1	-6,0	1,4

Fonte: Carta de Conjuntura número 47 - 2º trimestre de 2020 - Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota:¹ Sazonalmente ajustado pelo IPEA – Método X13; ² Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

A Tabela 3 também mostra que em abril de 2020, a FBCF apresentou uma redução de 34,2%, relativamente ao mesmo mês do ano anterior, influenciada pela queda no setor de máquinas e equipamentos (-49,6%), juntamente com a contração das atividades de construção civil (-25,6%). Vale ressaltar que, muito embora a FBCF tenha registrado declínio no primeiro trimestre, já há uma sinalização de recuperação, pois em maio de 2020, na comparação com o mês de abril de 2020, este indicador cresceu 28,2%, estimulado pelo crescimento de máquinas e equipamentos (68,7%), seguido do crescimento na construção civil (14,1%).

2. DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE NO PERÍODO DA PANDEMIA

2.1. Comportamento do PIB do Ceará e Projeções para 2020

Antes da Pandemia, no período de recuperação econômica (2017-2019), após a crise macroeconômica brasileira iniciada no segundo semestre de 2014 e que atuou de forma intensa nos anos 2015 e 2016, o Ceará vinha apresentando um processo de recuperação, com um desempenho acima do Brasil, com exceção do segundo trimestre de 2018, quando a greve nacional dos caminhoneiros afetou com mais intensidade a economia cearense por conta de o estado ser um grande importador de produtos e insumos brasileiros, utilizando em grande parte o transporte terrestre.

No quarto trimestre de 2019, a economia cearense apresentou um desempenho consideravelmente acima do desempenho nacional, com o PIB do Ceará

apresentando um crescimento de 4,36%, contra 1,7% de crescimento do PIB do Brasil, sendo explicado pelo desempenho de atividades do setor da indústria cearense, como indústria de transformação, construção civil e em especial a atividade de produção de energia, que apresentou um forte crescimento em decorrência do acionamento das usinas termelétricas cearenses determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). (Tabela 4).

Essa trajetória de aceleração econômica não se manteve no primeiro trimestre de 2020, uma vez que as medidas de distanciamento social, que incluíam o fechamento das atividades de serviços e indústria não essenciais a partir de 19 de março de 2020 afetaram o desempenho econômico do Estado, provocando uma retração de 0,45% da atividade econômica.

Tabela 4 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 1º Trim. 2019 a 1º Trim. 2020 (*)

Setores e Atividades	1º Trim. 2019 (**)	2º Trim. 2019 (**)	3º Trim. 2019 (**)	4º Trim. 2019 (**)	1º Trim. 2020 (**)	Acumulad o nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	1,74	-5,23	-1,90	5,68	0,66	-0,56
Indústria	-3,15	3,38	3,26	12,06	-0,81	4,63
Extrativa Mineral	-6,50	-10,41	-4,56	-7,39	-9,77	-7,93
Transformação	-2,52	4,35	-0,26	3,44	-0,40	1,77
Construção Civil	-0,90	5,39	2,59	7,37	5,11	5,11
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-7,14	0,03	12,12	40,40	-8,89	11,25
Serviços	1,10	1,76	1,50	2,70	-0,38	1,42
Comércio	2,01	5,61	3,29	5,23	-1,14	3,30
Alojamento e Alimentação	1,70	1,48	0,83	-0,07	1,23	0,86
Transportes	1,96	3,14	1,02	1,92	-0,01	1,50
Intermediação Financeira	0,51	1,46	1,46	4,64	-0,45	1,83
Administração Pública	1,08	-0,27	0,75	-0,08	-0,54	-0,03
Outros Serviços	-1,88	-2,14	-1,66	-1,49	3,40	-0,50
Valor Adicionado (VA)	0,55	1,49	1,46	4,50	-0,44	1,80
Produto Interno Bruto (PIB)	0,59	1,51	1,47	4,36	-0,45	1,77

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação ao período imediatamente anterior;

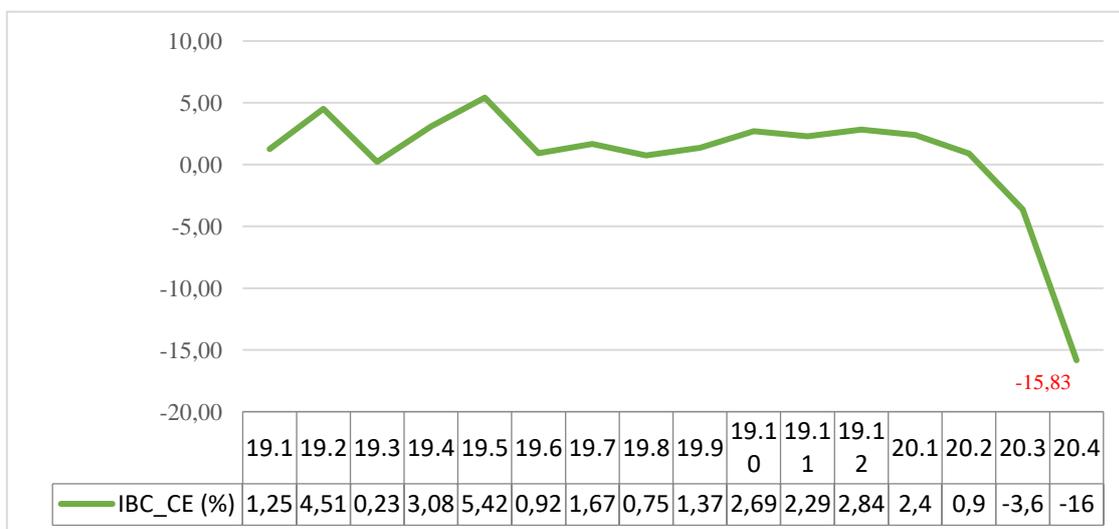
(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do primeiro trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, a Agropecuária apresentou um crescimento de 0,66%. Nesse mesmo período, a Indústria, que vinha apresentando bons resultados a partir do segundo trimestre de 2019, puxado principalmente pelo desempenho da atividade de construção civil, apresentou uma queda de 0,81%.

O setor de serviços cearense apresentou, no primeiro trimestre de 2020, relativamente ao mesmo período de 2019, um decréscimo de 0,38%, decorrente, principalmente, da queda do setor do comércio (-1,14%), por conta do fechamento do comércio de bens não essenciais, ocorrido a partir do dia 19 de março de 2020. Vale ressaltar que esta atividade vinha apresentando o melhor desempenho dentre as atividades do setor de serviços, atingindo fortes expansões no segundo trimestre de 2019 (5,61%) e no quarto trimestre de 2019 (5,23%).

Analisando o IBC mensal para a economia cearense pode-se verificar o forte efeito negativo sobre a atividade econômica decorrente do fechamento das atividades não essenciais. De fato, em março de 2020, com relação ao mesmo período de 2019, o IBC registrou uma queda de 3,63%, capturando, parcialmente, os efeitos das medidas de isolamento tomadas pelo Governo estadual a partir de 19 de março. Já em abril, quando as medidas se mantiveram para todo o mês, a queda foi muito maior, atingindo um decréscimo de 15,83%. (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução do IBC Mensal (%) – Relação a igual período do ano anterior – Ceará e Brasil – janeiro de 2019 a abril de 2020



Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen). Elaboração IPECE.

Considerando os efeitos negativos da Pandemia da Covid-19 para o ano de 2020, bem como as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, prevê para o ano de 2020, uma retração do PIB do Ceará de 4,95%, sendo inferior a queda de 6,5% para o PIB do Brasil, prevista pelo relatório Focus do Banco Central. Para o ano de 2021, a previsão é de retomada econômica, prevendo-se um crescimento de 4,0% para o PIB da economia cearense e de 3,5% para o PIB da economia brasileira. Em relação as previsões das variáveis macroeconômicas selecionadas, dado o processo de retração da atividade econômica brasileira, a previsão da taxa de inflação IPCA é de 1,61%, bem abaixo da registrada em 2019 (4,31%) e da meta estipulada pelo Banco Central para o ano de 2020 (4,0%). O baixo nível da taxa de inflação IPCA permitirá que o Banco Central continue mantendo a taxa de juros SELIC em baixa, com uma previsão de 2,25% a.a. em 2020. Em relação ao câmbio, o Brasil continuará experimentando volatilidades, com tendência de alta, estimando-se uma taxa de 5,20 (R\$/US\$) para o final de 2020. (Tabela 5).

Tabela 5 – Previsões para o PIB e Variáveis Macroeconômicas Selecionadas – 2020 e 2021, e valores realizados para 2019.

Variáveis	2019	2020	2021
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	1,14	-6,50	3,50
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	2,11	-4,92	4,00
PIB Ceará (R\$ Bilhões)	165,08	159,49	170,84
PIB Brasil (R\$ Bilhões)	7.256,93	6.894,47	7.349,85
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,31	1,61	3,00
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	4,03	5,20	5,00
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	4,50	2,25	3,00

Fonte: Relatório Focus/BACEN (19/06/2020), IBGE e IPECE.

OBS: Para o ano de 2019 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R\$ /US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB), enquanto os valores do PIB do Ceará e Brasil são estimativas.

2.2. Impactos Setoriais da Crise do novo Coronavírus

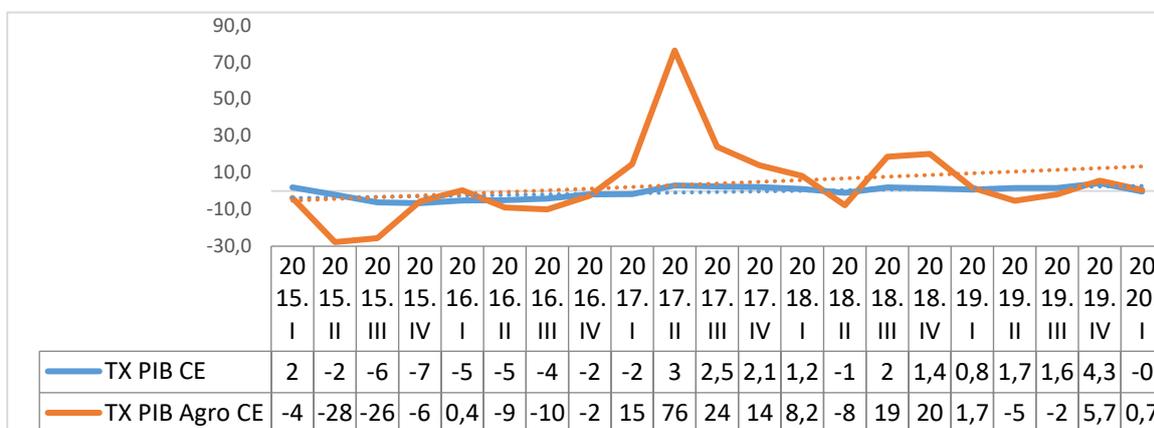
2.2.1. Agropecuária

A agropecuária é considerada de extrema importância para a sobrevivência humana, visto que é o setor responsável pela base da cadeia alimentar. Assim sendo, nesse primeiro momento o setor agropecuário foi o menos afetado pela crise causada pela pandemia da COVID-19. É importante dizer que, historicamente, as oscilações da agropecuária apresentam menor relação com as crises econômicas, diferentemente dos

setores de serviços e da indústria que são bem mais afetados, sendo muito mais influenciada pelas questões climáticas e biológicas (pragas e doenças).

O Gráfico 6 mostra que as variações do PIB trimestral da agropecuária cearense apresentam comportamento bastante diferenciado do PIB trimestral total do estado. À exceção do ano de 2015, quando o Ceará já estava no quarto ano consecutivo de seca e a economia nesse ano foi acometida pela crise econômica que atingiu o país, apresentando assim condições desfavoráveis tanto para a agropecuária como para a economia do estado como todo.

Gráfico 6: Taxas de crescimento do PIB trimestral da agropecuária e PIB total – Ceará – 2015-2020 (1º trimestre)

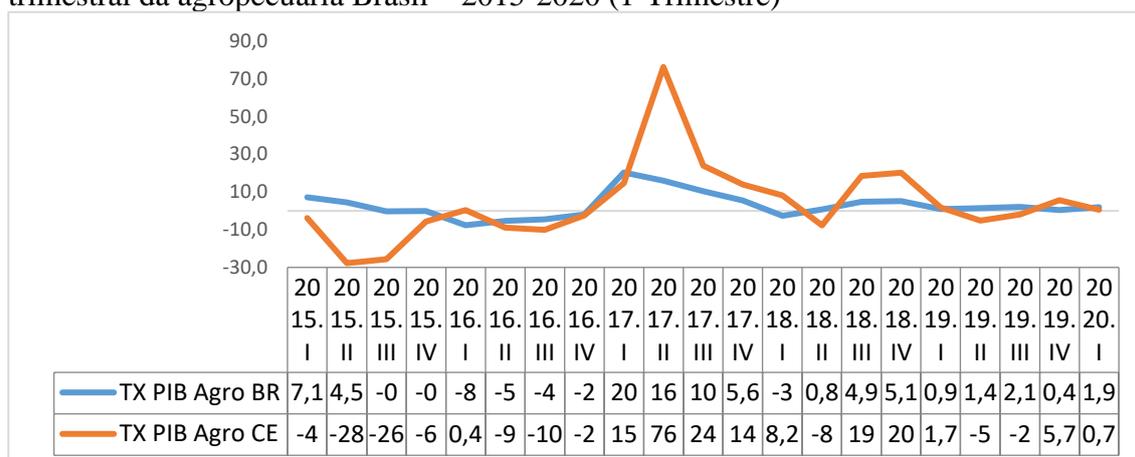


Fonte: IBGE/IPECE

As estimativas do IPECE sobre o desempenho do PIB do setor agropecuário em 2020 indicam um crescimento de 11% desse setor, em um contexto onde a economia cearense deverá apresentar uma queda de 4,92% (última previsão divulgada pelo IPECE). É importante ressaltar que as condições climáticas atuais do Ceará apresentam condições favoráveis para a produção agrícola em 2020.

Embora as características de produção do setor agropecuário do Ceará sejam diferentes dos principais polos agropecuários brasileiros, o comportamento do setor no Ceará apresenta tendência parecida com a tendência do mesmo setor em âmbito nacional, corroborando a ideia de que o setor sofre menos influências em períodos de crises econômicas (Gráfico 7). Mais uma vez, deve-se observar que em anos de forte crise hídrica no Estado, como foi em 2015, a agropecuária cearense apresenta comportamento atípico quando comparada com a nacional.

Gráfico 7: Taxas de crescimento do PIB trimestral da agropecuária do Ceará e PIB trimestral da agropecuária Brasil – 2015-2020 (1º Trimestre)



Fonte: IBGE/IPECE.

Porém, como se sabe, a crise econômica que agora se apresenta é consequência de uma crise de saúde, e assim o setor pode sofrer com questões que até agora não foram verificadas, como a falta de mão de obra (a doença atingindo mais o interior), que pode afetar também o setor de processamento de embalagem.

É importante destacar que o setor agropecuário participava, em 2017, com 5,76% do PIB do Ceará, porém esse valor já foi de 8,9%, em 2003. A menor participação foi em 2015 (4,5%), refletindo a crise hídrica no Estado, onde as condições climáticas desfavoráveis afetam negativamente a produção do setor. Vale ressaltar que o setor é de grande importância para a ocupação e geração de renda no interior do Estado, com força de impulsionar o comércio e outros serviços, e consequentemente gerar maior arrecadação de impostos.

2.2.1.1. A Quadra Chuvosa de 2020

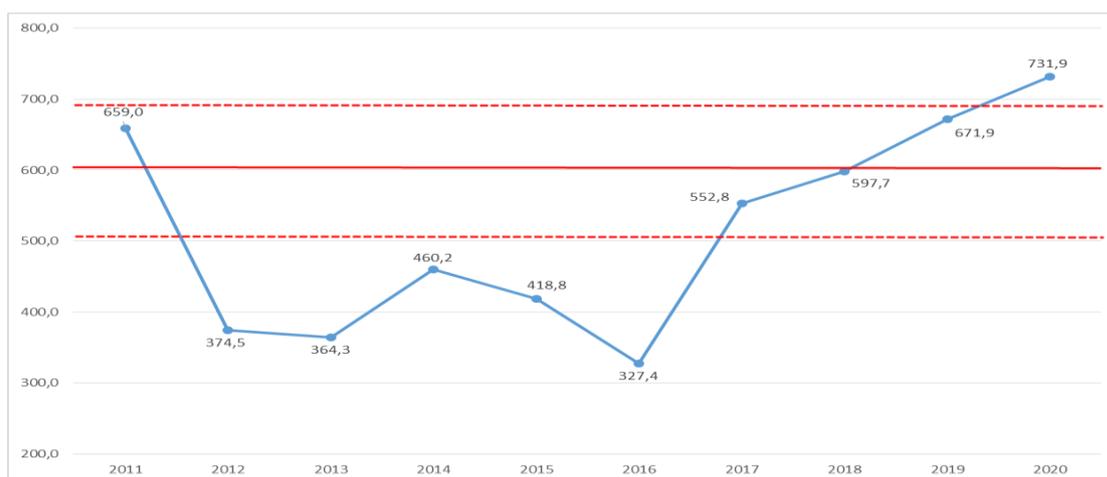
Em 2020, a quadra chuvosa no Estado (meses de fevereiro a maio), conforme informações da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME)¹, registrou precipitação acima da média histórica, apresentando um desvio percentual de 21,86% em relação à normal climatológica (1981-2010), que corresponde a 600,6 mm.

Especificamente, foi registrado durante os meses de fevereiro a maio deste ano o total de 731,9 mm de chuvas, sendo que a média histórica se situa entre os limites

1 Disponível em: <http://www.funceme.br/app/calendario/produto/ceara/media/mensal>

505,6 mm (inferior) e 695,8 mm (superior) nesses quatro meses. O Gráfico 8 exibe o quantitativo de chuvas para os anos de 2012 a 2020 (meses de fevereiro a maio), observando-se que após seis anos de chuvas abaixo da média ocorreram precipitações em torno da média histórica em 2018 e 2019 e acima da média em 2020.

Gráfico 8: Precipitação pluviométrica - Ceará - Fevereiro a Maio - 2012/2020



Fonte: FUNCEME. Elaboração: IPECE. Obs.: A linha vermelha representa a média histórica de precipitação pluviométrica com valor de 600,6 mm, variando entre 505,6 mm e 695,8 mm.

Quanto à capacidade de armazenamento dos reservatórios monitorados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH)², observou-se um crescimento de 62,42% em relação ao mesmo período do ano passado, registrando-se um volume acumulado de água nos reservatórios de 34,92% (6.459,68 hm³) até o final do mês de maio de 2020, bem acima do registrado ao final de maio de 2019 (21,5%). Convém ressaltar que a capacidade total de armazenamento do Estado é da ordem de 18.610,6 hm³.

2.2.1.2. Produção de Grãos - 2020

A Tabela 6 apresenta estimativas da produção de grãos no Ceará tendo como fonte o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA³). De acordo com a Tabela, estima-se uma produção de 929,1 mil toneladas de grãos para o Estado, em 2020,

² Disponível em: <http://funceme.br/hidro-ce-app/reservatorios/volume>

³ A estimativa realizada pelo LSPA/IBGE começa o ano com a estimativa com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratamentos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

representando uma quantidade 64,56% maior do que a safra obtida no mesmo período de 2019 (564,6 mil toneladas).

Tabela 6: Produção (em toneladas) obtida e estimativa de grãos e outras culturas no estado do Ceará - 2019-2020.

Produção de Grãos	Produção 2019	Produção 2020	Var (%) 2020/2019	Participação Grão - 2020
Algodão	2.288	2.272	-0,70%	0,24%
Amendoim	428	444	3,74%	0,05%
Arroz	15.877	16.838	6,05%	1,81%
Feijão	110.067	164.574	49,52%	17,72%
Fava	4.613	4.695	1,78%	0,47%
Mamona	328	192	-41,46%	0,02%
Milho	429.894	737.304	71,51%	79,38%
Sorgo	1.120	2.800	150,00%	0,30%
Grãos	564.615	929.119	64,56%	100,00%
Tubérculos e raízes	733.178	611.862	-16,55%	-

Fonte: IBGE. Nota: (*) A produção de 2019 e 2020 referem-se à estimativas realizadas no mês de maio pelo LSPA/IBGE.

Esse incremento da produção é explicado, em grande parte, pela expansão da área cultivada com grãos da ordem de 23,5% e pelo ganho de produtividade das culturas referentes ao arroz irrigado (6,2%), feijão de corda (50,3%) e do milho de sequeiro (23,3%), proporcionado por condições climáticas favoráveis às necessidades hídricas das culturas de sequeiro (arroz, feijão e milho), além de uma maior disponibilidade de água para as áreas irrigadas com arroz e milho.

Entre as culturas produtoras de grãos que apresentaram crescimento de produção estão: amendoim (3,74%), feijão (49,52%), fava (1,78%), milho (71,51%) e o sorgo (150%). Por sua vez, as culturas que detiveram quebra de safra foram: algodão (-0,70%) e a mamona (-41,46%), juntamente com a produção de tubérculos e raízes (-16,55%), relativamente ao ano anterior.

É importante mencionar que as estimativas de produção de grãos para o ano de 2020 estão baseadas nas informações de área plantada e produtividade previstas em relação à safra obtida no ano de 2019, sendo atualizadas a cada mês ao longo do ano, conforme novas informações geradas pela LSPA.

2.2.1.3. Produção de Frutas

As primeiras estimativas para a produção de frutas no Ceará referentes ao ano de 2020 ainda não estão muito otimistas, conforme pode ser visualizado na Tabela 7. A razão principal para esse resultado consiste nas incertezas do mercado externo, visto que no primeiro trimestre muitos contratos para exportação ainda não estavam fechados devido à pandemia do novo coronavírus que ainda estava muito forte na Europa.

Tabela 7: Estimativa da Produção de Frutas e Hortaliças (em toneladas) no Ceará - 2019-2020.

Produção de Frutas	Produção 2019	Estimativa 2020*	Variação (%) 2020/2019
Coco-da-baía **	302.747	286.991	-5,20
Goiaba	19.795	18.939	-4,32
Manga	42.700	41.557	-2,68
Mamão	118.717	113.903	-4,06
Banana	406.333	395.155	-2,75
Maracujá	145.210	172.944	19,10
Melancia	50.679	51.767	2,15
Laranja	8.847	7.944	-10,21
Melão	68.866	71.080	3,21
Castanha	87.660	95.430	8,86
Tomate	157.059	138.400	-11,88

Fonte: IBGE.

Notas: (*) As quantidades de 2019 e 2020 referem-se as estimativas obtidas pelo LSPA. (**) Produção em mil frutos.

Diante desse cenário, os produtores apresentavam dúvidas para a tomada de decisão quanto ao incremento da produção. Com isso, as estimativas para a produção de diversas frutas no ano de 2020 revelam redução em relação ao ano de 2019, como é o caso, por exemplo, de: coco-da-baía (-5,2%), goiaba (-4,32%), manga (-2,68%), mamão (-4,06%), banana (-2,75%) e laranja (-10,21%). Apenas as estimativas para a produção de maracujá (19,1%), melão (3,21%), melancia (2,15%) e castanha de caju (8,86%) estão mostrando variações positivas. Vale ressaltar que a quadra chuvosa do Ceará, em 2020, mostrou-se favorável para a produção agrícola, com ganho no volume da capacidade armazenada dos açudes, conforme apresentado anteriormente, podendo haver revisões com variações positivas para algumas culturas nos próximos meses.

No que se refere à produção de hortaliças, destaca-se negativamente a produção de tomate que apresentou estimativa de queda de 11,88%. É importante dizer

que, no primeiro semestre do ano a produção de hortaliças em todo o Ceará é menor que no segundo semestre, em virtude das chuvas se concentrarem no primeiro período, dificultando a realização dos tratamentos culturais e favorecendo o ataque de pragas e doenças em virtude da maior umidade.

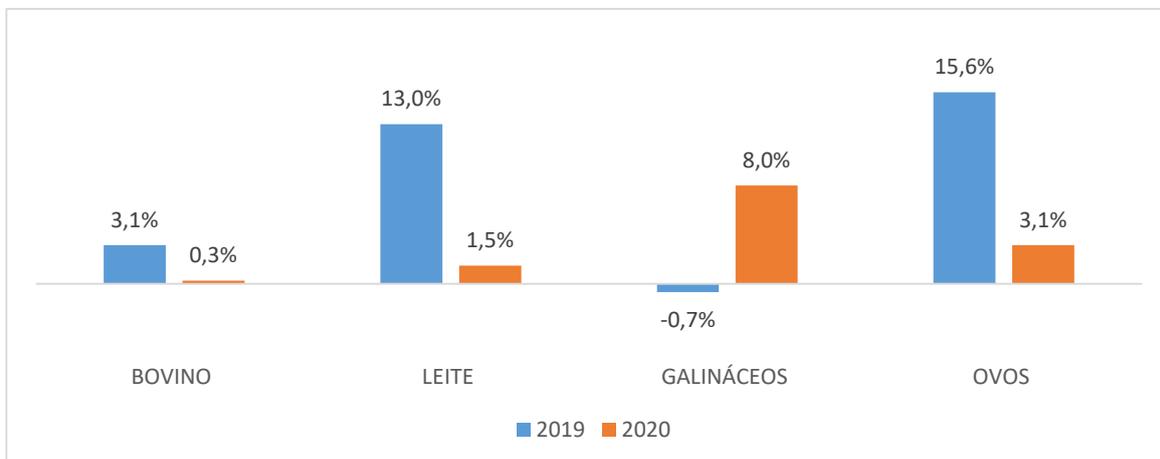
2.2.1.4. Pecuária

A estimativa para a atividade pecuária no Ceará referente ao ano de 2020 indica crescimento do setor, porém em ritmo menos acelerado para a maioria das atividades analisadas. À exceção de bovinos, as demais atividades pesquisadas vinham registrando taxas de crescimento elevadas ao longo dos últimos anos o que exige um esforço ainda maior para manter o ritmo de crescimento.

Dessa forma, conforme o Gráfico 9, a estimativa para a produção de leite em 2020 indica crescimento de 1,5%, comparativamente a 2019. A produção de ovos também exibe uma estimativa de modesta expansão para 2020 (3,1%).

Quanto a produção de galináceos, a expectativa para este ano indica crescimento de 8,0%. Esta estimativa mais otimista vem sendo influenciada pelo aumento da demanda nos primeiros meses do ano, havendo expectativa de que a procura cresça ainda mais com a crise sanitária e econômica causada pelo novo coronavírus, visto que a renda da população está caindo e dessa forma as pessoas tenderão a consumir mais carne de frango, por ser mais barata que seus substitutos (carne bovina e suína). Com relação à produção de bovinos a estimativa indica variação de 0,3% para 2020, relativamente ao ano anterior.

Gráfico 9: Taxa de crescimento das atividades da pecuárias - Ceará - 2019-2020



Fonte: IBGE/IPECE.

2.2.1.5. Exportações do Agronegócio Cearense

Diante da atual conjuntura, onde o desenvolvimento econômico está sendo impactado por uma crise mundial de saúde provocada pela pandemia da COVID-19, a inserção internacional do agronegócio cearense tem enfrentado vários obstáculos, como o aumento de estoque de produtos perecíveis, alteração momentânea do padrão de consumo das famílias, redução de demanda em função do aumento do desemprego e fechamento de algumas atividades consumidoras, como por exemplo, as atividades ligadas aos setores de alojamento e alimentação, além de outras dificuldades decorrentes das medidas necessárias para combater a proliferação dessa pandemia em nível regional e local.

Percebe-se que esses efeitos estão mais presentes nas atividades relacionadas aos setores da indústria e serviços, especialmente nas atividades cuja produção apresenta características mais aglomerativas. É o caso, por exemplo, de alguns produtos que compõem a pauta das exportações do agronegócio cearense, os quais detiveram queda em seu valor exportado no período de janeiro a maio de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, como foi o caso de: Couros e Produtos de Couro e Peleteria (-41,34%); Demais Produtos de Origem Vegetal (-40,45%); Sucos (-5,83%); Pescados (-22,04%); e Fibras e Produtos Têxteis (-36,56%). Dado que estes produtos possuem uma alta participação no valor das exportações do agronegócio do Ceará (53,0%), eles contribuíram para que o valor total exportado do agronegócio do Estado sofresse uma redução de 15,19% no referido período.

Vale ressaltar que de janeiro a maio de 2020, as exportações do agronegócio, em termos de volume, aumentaram 27,69%, indicando que a queda no valor das exportações deste setor sofreu influência de redução de preços no mercado internacional, principalmente nos meses de abril e maio de 2020 em função da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. (Tabela 8).

Tabela 8: Valor (US\$ FOB) e volume (Kg) das exportações do agronegócio do Ceará, Jan-Mai, 2019 e 2020.

Meses	2019		2020		Var (%) 2020/2019	
	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)
Janeiro	44.554.055	19.787.725	37.636.943	15.583.581	-15,53%	-21,25%
Fevereiro	48.777.635	12.938.843	45.000.221	25.734.435	-7,74%	98,89%
Março	38.733.959	11.977.458	40.371.390	18.160.208	4,23%	51,62%
Abril	42.805.904	13.793.926	26.801.525	13.215.726	-37,39%	-4,19%
Maio	39.537.404	15.320.439	32.026.884	21.564.349	-19,00%	40,76%
Jan-Maio	214.408.957	73.818.391	181.836.963	94.258.299	-15,19%	27,69%

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020); MDIC (2020). Elaboração: Ipece.

Embora essa crise de saúde esteja afetando algumas cadeias produtivas do agronegócio cearense, algumas atividades econômicas pertencentes a este setor demonstraram um poder de resiliência encontrando oportunidades de comércio e com isso ampliando suas exportações em termos de valor, comparando janeiro a maio de 2020 com o mesmo período de 2019, como é o caso das atividades com maior vínculo ao setor agropecuário: Frutas (9,7%); Cereais, Farinhas e Preparações (435,46%); Produtos Alimentícios Diversos (2,47%); Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos (107,70%); Produtos Oleaginosos (Exclui Soja) (1.157,61%); Bebidas (118,90%); Chá, Mate e Especiarias (3,14%); Carnes (50,37%); Plantas Vivas e Produtos de Floricultura (31,66%); Complexo Sucroalcooleiro (1.993,73%); Lácteos (96,87%); Demais Produtos de Origem Animal (70,50%); e Cacau e seus Produtos (75,86%). Vale destacar que as atividades pertencentes ao setor agropecuário não sofreram medidas restritivas no Ceará quanto ao seu desenvolvimento durante o período de quarentena (Tabela 9).

Tabela 9: Pauta de Exportação do agronegócio do Ceará, Jan-Mai, 2019 e 2020.

Setor(es)	Valor FOB (US\$) 2019	Peso (Kg) 2019	Valor FOB (US\$) 2020	Peso (Kg) 2020	Participação Valor (US\$ FOB) 2020	Varição Valor (US\$) 2020/2019
Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	59.454.683	31.245.561	65.260.106	45.233.319	35,89%	9,76%
Couros, Produtos de Couro e Peleteria	50.084.261	5.467.789	29.380.039	3.095.079	16,16%	-41,34%
Demais Produtos de Origem Vegetal	40.786.967	10.158.459	24.287.263	4.309.078	13,36%	-40,45%
Sucos	22.914.198	14.887.232	21.577.862	17.767.334	11,87%	-5,83%
Pescados	16.264.296	3.454.499	12.679.451	2.478.537	6,97%	-22,04%
Fibras e Produtos Têxteis	13.580.648	3.107.857	8.615.159	2.397.798	4,74%	-36,56%
Cereais, Farinhas e Preparações	1.481.146	1.016.687	7.930.888	10.702.996	4,36%	435,46%
Produtos Alimentícios Diversos	5.973.203	778.559	6.120.759	500.755	3,37%	2,47%
Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	922.684	2.426.974	1.916.434	4.982.994	1,05%	107,70%
Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	130.335	10.295	1.639.112	1.552.584	0,90%	1157,61%
Produtos Apícolas	2.001.352	777.043	1.182.279	505.023	0,65%	-40,93%
Bebidas	296.396	281.208	648.817	532.991	0,36%	118,90%
Chá, Mate e Especiarias	202.453	44.065	208.811	48.946	0,11%	3,14%
Produtos Florestais	172.498	130.262	158.755	87.873	0,09%	-7,97%
Carnes	62.567	13.173	94.082	20.643	0,05%	50,37%
Plantas Vivas e Produtos de Floricultura	40.619	5.707	53.477	13.366	0,03%	31,66%
Complexo Sucroalcooleiro	1.324	1.400	27.721	11.528	0,02%	1993,73%
Lácteos	13.417	4.836	26.414	10.670	0,01%	96,87%
Demais Produtos de Origem Animal	7.901	3.307	13.471	5.367	0,01%	70,50%
Fumo e seus Produtos	10.064	139	8.463	160	0,00%	-15,91%
Cacau e seus Produtos	3.011	255	5.295	534	0,00%	75,86%
Café	1.652	161	1.314	182	0,00%	-20,46%
Rações para Animais	3.220	2.880				
Total - Agronegócio	214.408.895	181.835.972	73.818.348	94.257.757	100,00%	-15,19%
Total Ceará	952.941.380	803.703.157	1.329.362.490	1.612.612.531		
Participação do Agronegócio	22,50%	22,62%	5,55%	5,85%		

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020); MDIC (2020). Elaboração: Ipece.

No que se refere as exportações de frutas e hortaliças, verifica-se que este é um importante setor do agronegócio do Estado do Ceará ligado a agricultura irrigada, o qual mesmo em meio a esta crise de saúde vem se mantendo como um dos setores importantes para a inserção do Estado no mercado internacional, tendo como destaques as exportações de: castanha de caju (US\$ 41,7 milhões); melões frescos (US\$ 14,0 milhões); bananas (US\$ 4,0 milhões) e melancias (US\$ 2,1 milhões), sendo que as

exportações de frutas de janeiro a maio de 2020 somaram um montante de US\$ 65,2 milhões, correspondendo a um volume exportado de 45,2 mil toneladas. (Tabela 10).

Tabela 10: Pauta de Exportação de frutas do Ceará, Jan-Mai, 2019 e 2020.

Produtos	Valor FOB (US\$) 2019	Peso (Kg) 2019	Valor FOB (US\$) 2020	Peso (Kg) 2020	Participação Valor (US\$ FOB)	Varição 2020/2019
Total - Frutas	9.454.683	31.245.561	65.260.106	45.233.319		9,76%
Nozes e Castanhas	43.127.352	5.448.604	41.700.382	7.030.965	63,90%	-3,3%
Melões	5.971.310	8.929.368	14.048.124	22.576.747	21,53%	135,3%
Bananas	4.699.511	10.568.888	4.005.967	8.992.384	6,14%	-14,8%
Melancias	1.737.050	3.580.379	2.149.437	3.988.361	3,29%	23,7%
Conservas e Preparações de Frutas (Excl. Sucos)	2.107.782	343.786	1.647.709	346.400	2,52%	-21,8%
Mangas	790.817	1.564.929	730.981	1.425.083	1,12%	-7,6%
Mamões (Papaia)	453.922	472.260	465.997	514.219	0,71%	2,7%
Outras Frutas	566.939	337.347	511.509	359.160		

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020). Elaboração: Ipece.

Quanto a cesta de produtos exportados pelo complexo agroindustrial cearense, de janeiro a maio de 2020, os principais setores exportadores foram: Frutas (Inclui Nozes e Castanhas), Couros, Produtos de Couro e Peleteria, Demais Produtos de Origem Vegetal, Sucos, Pescados, Fibras e Produtos Têxteis, totalizando um valor de US\$ 161,8 milhões, representado 89,0% das exportações do agronegócio cearense.

Tendo como principais destinos entre janeiro e maio de 2020, os seguintes mercados: Estados Unidos; (Bloco) - União Europeia 28 - UE 28; China; Canada e Argentina, os quais responderam, conjuntamente, por 80,0% do valor total exportado no período (US\$ 145,4 milhões). Analisando estes mesmos mercados para o mesmo período de 2019, verifica-se que estes contribuíram com 79,7% (US\$170,9 milhões). Ressalte-se que, embora a participação destes principais destinos em 2020 tenha sido um pouco maior do que a de 2019, a análise em termos de valor exportado aponta uma queda de 4,9% em 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019. (Tabela 11).

Tabela 11: Principais destinos das exportações do agronegócio do Ceará – janeiro a maio - 2019 e 2020.

Bloco/País	2019		2020	
	Valor (US\$)	Participação %	Valor (US\$)	Participação %
Total	214.408.957	100,00%	181.836.963	100,00%
Estados Unidos	83.399.749	38,90%	70.939.028	39,01%
(Bloco) - União Europeia 28	62.197.696	29,01%	55.463.122	30,50%
China	11.885.245	5,54%	8.675.597	4,77%
Canadá	6.642.184	3,10%	5.345.626	2,94%
Argentina	6.831.552	3,19%	5.046.672	2,78%
Venezuela	317.956	0,15%	4.703.637	2,59%
Chile	2.978.696	1,39%	3.895.272	2,14%
Colômbia	2.184.817	1,02%	3.600.016	1,98%
El Salvador	168.956	0,08%	3.179.333	1,75%
México	3.891.325	1,81%	2.564.233	1,41%
Japão	5.646.682	2,63%	2.058.687	1,13%
Austrália	1.506.624	0,70%	1.892.561	1,04%
Guatemala	2.708.426	1,26%	1.715.597	0,94%
Peru	1.018.912	0,48%	1.484.903	0,82%
Taiwan (Formosa)	1.757.585	0,82%	976.442	0,54%
Demais Países	21.272.552	9,92%	10.296.237	5,66%

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020). Elaboração: Ipece.

O agronegócio brasileiro no mercado internacional, vem demonstrando uma tendência de crescimento, andando na contramão relativamente a outros setores que vêm sofrendo perdas por causa da crise do COVID-19. De janeiro a maio de 2020, o volume de produtos do agronegócio exportado pelo Brasil cresceu 15,3% em comparação ao

mesmo período de 2019, e seu faturamento externo em dólar apresentou crescimento de 7,2%, somando US\$ 41,9 bilhões frente a US\$ 38,9 bilhões obtidos no mesmo período de 2019, tendo como principais destinos os mercados da China, União Europeia e Estados Unidos.

Neste contexto, o agronegócio representa hoje uma importante frente de expansão econômica para várias regiões mundiais, mas ainda se depara com um futuro desafiador e cheio de incertezas em termos de disponibilidade de mão de obra, cuidado com os trabalhadores, aumento no custo dos processos de pós-colheita e de transporte para o escoamento da produção, manutenção da abertura dos mercados, redução da renda disponível da população, diminuição da demanda e de preços, etc. Fatores estes, que precisam ser trabalhados para a manutenção deste setor em um momento em que a economia está se reinventando para atender aos novos padrões de produção e consumo.

2.2.1.6. Contratos de Empréstimos no Setor Agropecuário

Para entender a expectativa dos empresários e produtores do setor agropecuário nesse período da pandemia é importante observar as contratações de empréstimos.

Verificando-se a finalidade dos empréstimos adquiridos no Ceará, observa-se que houve crescimento dos contratos de custeio na atividade agrícola no acumulado de janeiro a maio de 2020, comparado com o mesmo período de 2019. Já os contratos com finalidade de investimento e comércio para a agricultura tiveram redução de 1,56% e 53,42%, respectivamente. O volume total de empréstimos para agricultura registrou queda de 19,56% nos primeiros cinco meses de 2020, comparado com o ano anterior. (Tabela 12).

Para pecuária, o valor de empréstimos para custeio apresentou pequena redução (-0,66%) de janeiro a maio de 2020, com relação a igual período de 2019. Para investimento, comércio e indústria houve crescimento, com destaque para empréstimos com a finalidade de comércio, que apresentaram elevado crescimento. O volume total de contratos para a pecuária teve aumento de 32,44% no período analisado.

Tabela 12: Valor dos Contratos por Atividade e Finalidade – Acumulado de Janeiro a Maio – 2019-2020

Finalidade	Agricultura		Var (%) 20/19	Pecuária		Var (%) 20/19
	Jan-mai/19	Jan-mai/20		Jan-mai/19	Jan-mai/20	
Custeio	10.768.129	13.726.958	27,48	79.792.642	79.264.381	-0,66
Investimento	38.859.962	38.252.288	-1,56	136.775.060	147.494.587	7,84
Comércio	35.610.481	16.589.015	-53,42	431.408	59.950.000	13.796,36
Indústria	0	0	-	1.000.000	2.000.000	100,00
Total	85.238.571	68.568.261	-19,56	217.999.109	288.708.969	32,44

Fonte: Banco Central do Brasil

NOTA: Valor total de todas as fontes e programas

Analisando-se os valores de empréstimos mês a mês dentro do ano de 2020 para as atividades agrícolas no Ceará, nota-se que no mês fevereiro houve crescimento em relação janeiro do mesmo ano nos valores de empréstimos, caindo em março na comparação com o mês imediatamente anterior, voltando a crescer nos meses de abril e maio.

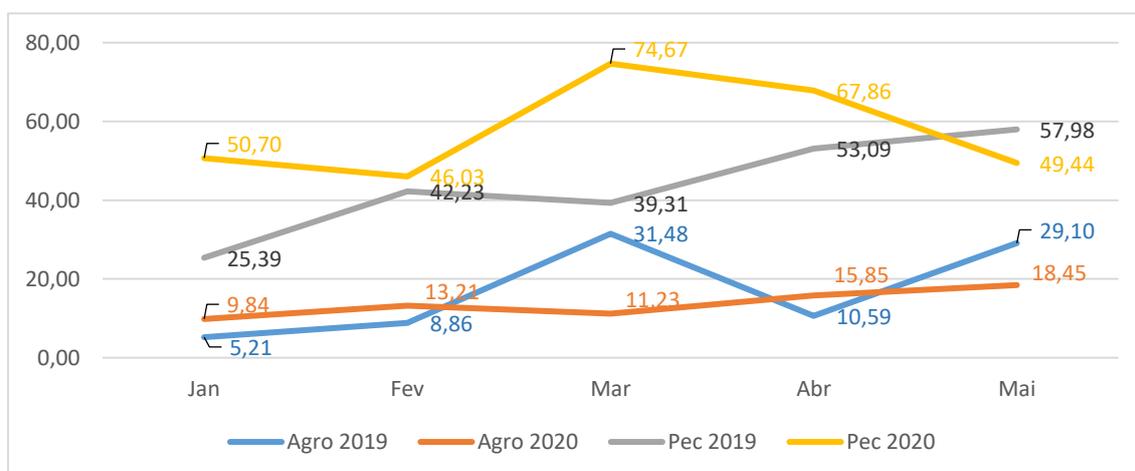
Quando comparado com 2019, verificou-se que o volume de empréstimos de janeiro e fevereiro de 2020 ficou acima dos mesmos meses de 2019. Em março o valor de contrato ficou muito inferior ao adquirido em março de 2019, repetindo esse feito em maio.

Pode-se observar que, embora as condições climáticas de 2020 estejam favoráveis para as atividades agrícolas, o valor dos contratos de empréstimos nos meses de março e maio para a agricultura apresentou forte redução relativamente a 2019, estando associada ao declínio dos empréstimos para finalidade comércio. Ou seja, os produtores apresentaram cautela ao adquirir empréstimos para a comercialização, o que pode estar relacionado com o período em que a pandemia afetou mais fortemente o estado do Ceará.

Para a atividade pecuária o valor dos contratos deu um salto no mês de março, mas nos meses de abril e maio registrou forte declínio. Quando comparado com o mesmo período de 2019, observou-se que de janeiro a abril de 2020 os valores dos contratos ficaram acima do obtido nos mesmos meses de 2019, mas em maio do ano corrente o volume de empréstimos foi menor do que maio de ano passado. Vale destacar que a partir de março de 2020, observou-se uma tendência de queda no valor dos empréstimos, ao

contrário da tendência de crescimento que ocorreu em 2019 para esse mesmo período. (Gráfico 10).

Gráfico 10: Valor dos Contratos por atividade (R\$ milhão) – Janeiro a Maio – 2019-2020



Fonte: Banco Central do Brasil

NOTA: Valor total de todas as fontes e programas

Embora no acumulado dos cinco primeiros meses de 2020 os empréstimos para a atividade pecuária tenham apresentado crescimento com relação ao ano anterior, verificou-se queda nos valores quando analisado mês a mês a partir de abril. A redução do volume de empréstimos ocorreu também no período em que a pandemia afetou mais fortemente o Ceará, indicando assim a precaução dos produtores e empresários da atividade pecuária.

Ainda que o setor agropecuário seja o menos afetado pela pandemia nesse primeiro momento, é importante entender que os tomadores de decisão do setor encontram-se em alerta neste momento. Os dados de empréstimos indicam que os produtores e empresários também reduziram suas expectativas de mercado diante das crises de saúde e economia.

2.2.2. Indústria

2.2.2.1. Introdução

Os efeitos da crise de Covid-19 manifestaram-se de forma bastante negativa em todos os setores da economia nos primeiros cinco meses de 2020, com desdobramentos relevantes no setor industrial, afetando profundamente este setor nas escalas mundial, nacional e estadual. As repercussões dessa pandemia estão propiciando

a consolidação de um ambiente de incertezas, sobre o qual ainda não se tem uma visão clara da magnitude desses impactos e a durabilidade dessa crise, o que, certamente, poderá tornar mais lenta a retomada do crescimento econômico no longo prazo.

Além dessas incertezas, o cenário externo tem sido marcado por um ambiente fortemente recessivo, comparável à Grande Depressão de 1929, induzindo muitos países a adotarem medidas para atenuar os efeitos da pandemia, visando proteger suas economias, o que, certamente, poderá fazer surgir obstáculos que vão comprometer as compras e vendas de produtos e serviços entre as empresas de diferentes países, com redução drástica da abertura econômica das economias nacionais. Diante dessa perspectiva, torna-se necessária a construção de uma nova agenda de inserção global do setor produtivo brasileiro, especialmente para a indústria, de forma que as empresas brasileiras possam se beneficiar de forma rápida e sustentável dos benefícios que poderão advir desse novo ambiente de concorrência global.

Numa perspectiva mais doméstica, e complementar, a crise ocasionada pela pandemia deve retardar o processo de recuperação econômica, ainda não consolidado, iniciado em 2019. Tal prognóstico é válido tanto para a indústria brasileira, quanto para a cearense, embora esta tenha apresentado uma dinâmica relativamente melhor a partir do final do ano de 2019.

2.2.2.2. A Indústria no Cenário Mundial

Os efeitos dessa pandemia atingiram de forma contundente a indústria mundial, cuja produção registrou forte recuo no primeiro trimestre de 2020, aprofundando a tendência de redução que vinha sendo observada a partir de 2019. Conforme relatório da UNIDO (*United Nations Industrial Development Organization*), a queda da produção industrial mundial no primeiro trimestre de 2020 foi de 6,0%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, ficando levemente abaixo da retração observada na Crise de 2008, notadamente no quarto trimestre de 2008, quando a produção do setor registrou queda de -7,1%.

Esse resultado negativo global foi influenciado pelo desempenho das indústrias em todos os grupos de países, mas com níveis de impactos diferenciados, tendo em vista a diversidade na cronologia de disseminação do novo coronavírus entre as nações. Assim, é provável que os números relativos à produção do segundo trimestre de

2020 sejam ainda mais graves, pois muitos países só adotaram medidas mais restritivas de isolamento social a partir de março, quando foram atingidos mais fortemente pela pandemia.

Nesse período, o maior impacto foi na China, primeiro país atingido pelo novo coronavírus, cuja produção industrial registrou a queda mais intensa, dentre todos os países, no primeiro trimestre de 2020 (-14,1%), decorrente das medidas de *lockdown* adotadas. Excluindo a China, no grupo dos países emergentes e em desenvolvimento, a queda foi bem menor (-1,8%), refletindo ainda parcialmente os impactos da pandemia, que só veio a atingi-los a partir do final do primeiro trimestre deste ano. Da mesma forma, a indústria americana experimentou, no primeiro trimestre de 2020, uma queda na produção bem abaixo da obtida pela indústria chinesa (- 2,4%), aprofundando o recuo já observado no quarto trimestre de 2019 (-1,1%).

Nos países do Leste Asiático, a crise também atingiu de forma menos contundente a indústria no primeiro trimestre de 2020, uma vez que a variação da produção foi nula (0,0%) nesse período, muito embora a maior potência industrial da região, o Japão, tenha registrado uma queda de 4,2% na produção industrial no primeiro trimestre. Na direção oposta, outros países da região, como Taiwan, Cingapura, Coréia e Malásia experimentaram variações positivas na produção industrial, com variações de, respectivamente, 9,0%, 6,4%, 4,8% e 1,4%. Por outro lado, os países europeus, que além dos impactos econômicos do novo coronavírus, também enfrentam as incertezas decorrentes do Brexit, registraram uma queda de 4,4% na produção industrial, agravando a crise que vem afetando esse setor há, pelo menos, três trimestres. Dentre os países europeus, a Itália foi o mais afetado pela pandemia no período de janeiro a março deste ano, com uma queda de 11% na produção industrial, bem acima dos índices alcançados pela Alemanha (-6,8%), França (-7,8%) e Espanha (-5,6%).

2.2.2.3. A Indústria Brasileira

Similarmente ao que ocorreu com a indústria mundial, a crise do novo coronavírus também tem rebatido negativamente no comportamento da indústria brasileira, apesar do aumento de produção verificado entre os meses de abril e maio (7%), que refletiu, de certa forma, a retomada de produção (mesmo que parcialmente) em algumas indústrias, cuja produção havia sido interrompida por conta da pandemia. Vale lembrar que no mês de abril de 2020, a produção industrial apresentou drástica redução

(-18,8%), em relação ao mês de março, com ajuste sazonal, sendo o maior ritmo de queda já verificado desde o início da série histórica de acompanhamento pelo IBGE, em 2002.

Esse crescimento da produção industrial brasileira em maio ficou bem abaixo da redução acumulada nos meses de março e abril (-26,3%) e quando se compara com a produção de maio de 2019, observa-se uma diminuição de 21,9% das atividades industriais, como reflexo dos fatores negativos que vêm limitando o comportamento da economia como um todo, dentre os quais destacam-se os impactos das medidas de isolamento social adotadas pelos governos para conter o avanço da pandemia da Covid, a menor demanda e férias coletivas em muitas empresas, o que intensificou as paralisações da produção em diversas unidades produtivas.

Portanto, esse crescimento da produção no mês de maio não significa uma retomada do ritmo de produção, pois na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial mostrou redução de 21,9% em maio de 2020, com quatorze dos quinze locais pesquisados apontando resultados negativos. No entanto, quando se compara com o mês de março de 2020, a produção industrial registrou uma variação positiva, geograficamente disseminada, alcançando doze dos quinze estados pesquisados pelo IBGE, com exceção apenas do Espírito Santo (-7,8%), Pará (-0,8%) e Ceará (-0,8%), os três únicos estados que apresentaram variações negativas da produção no mês de maio. (Tabela 13).

Tabela 13 - Indicadores da Produção Industrial - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - Resultados Regionais. (Base: Igual período do ano anterior)

Locais	Variação (%)			
	Maio 2020/Abril 2020*	Maio 2020/Maio 2019	Acumulado Janeiro-Maio	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Amazonas	17,3	-47,3	-20,7	-3,8
Pará	-0,8	-13,0	0,9	1,3
Região Nordeste	12,7	-23,2	-8,8	-5,9
Ceará	-0,8	-50,8	-21,8	-7,9
Pernambuco	20,5	-13,5	-4,7	-4,5
Bahia	7,6	-20,7	-5,9	-5,1
Minas Gerais	6,3	-15,1	-12,1	-9,1
Espírito Santo	-7,8	-31,7	-18,5	-18,0
Rio de Janeiro	5,2	-9,1	2,8	3,9
São Paulo	10,6	-23,4	-13,6	-5,6
Paraná	24,1	-18,1	-8,9	-2,0
Santa Catarina	5,4	-28,6	-15,4	-6,6
Rio Grande do Sul	13,3	-27,3	-16,6	-7,7
Mato Grosso	4,4	-3,4	-3,8	-4,2
Goiás	3,0	1,5	-0,3	1,5
Brasil	7,0	-21,9	-11,2	-5,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Indústria

* Série com Ajuste Sazonal.

É possível que esse crescimento represente para a indústria uma nova trajetória no desempenho do setor, na direção contrária do aprofundamento da crise, além de sugerir uma melhora no nível de confiança dos empresários industriais, quanto à ampliação do nível de negócios. Essa percepção vem alimentada pelo crescimento de produção observado em vinte dos 26 ramos industriais pesquisados pelo IBGE, com as influências positivas mais relevantes provenientes dos setores de Veículos Automotores, reboques e Carrocerias (crescimento de 244,4%), Coque, Produtos derivados do Petróleo e Carrocerias notadamente (16,2%); e bebidas (65,6%). Apenas seis atividades tiveram queda da produção em maio, destacando-se as indústrias extrativas (-5,6%), celulose, papel e produtos de papel (-6,4%) e perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-6%).

Outros indicadores apontam também para esse abrandamento da crise que vem afetando fortemente a indústria desde março, como é o caso do Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais – definido como a parcela da produção industrial doméstica destinada ao mercado interno acrescida das importações – que registrou uma alta de 3% na comparação entre maio e abril, na série com ajuste sazonal.

A produção interna destinada ao mercado nacional aumentou 1,9% em maio, enquanto as importações de bens industriais cresceram 10,5%.

Da mesma forma, os investimentos industriais apresentaram uma alta de 28,2% em maio, em relação a abril do mesmo ano, com ajuste sazonal, conforme já comentado em seção sobre a economia brasileira. O resultado representou uma recuperação dos investimentos em relação às quedas verificadas nos meses de março e abril imediatamente anteriores. No entanto, comparando-se com o mesmo período de 2019, os investimentos observados nos meses de março, abril e maio estão em patamares inferiores, revelando que a indústria ainda sofre com os efeitos decorrentes da crise gerada pela pandemia de Covid-19.

Diferentemente do comportamento da indústria em geral, os setores considerados essenciais, e por isso tratados de modo excepcional nas medidas de isolamento social, e aqueles relacionados com as mudanças no perfil de consumo experimentaram ampliação da produção nesse período, com destaque para os segmentos de Produtos Alimentares, Produtos farmoquímicos e farmacêuticos e Perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal. Mas o sentimento de forte pessimismo que predominava na indústria nos meses de março e abril, diminuiu tanto em relação à sua disseminação quanto em intensidade, conforme pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria no mês de junho deste ano.

Enfim, os números mostram que o primeiro semestre de 2020 foi bastante desfavorável para a retomada do crescimento da produção da indústria nacional, e isso vai ser um fator condicionante para a desaceleração da atividade econômica do País, cuja previsão mais recente, elaborada pelo FMI, indica uma queda de 9,1% do PIB brasileiro em 2020.

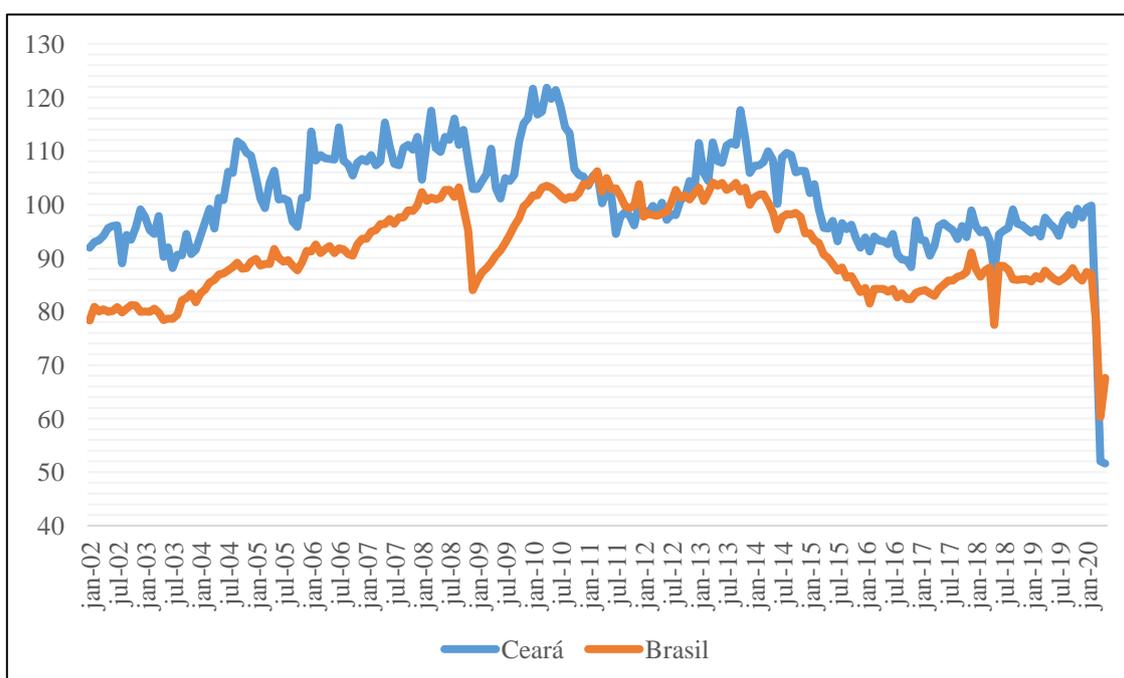
Quanto ao comportamento da indústria nacional em 2020, as expectativas são pouco otimistas, uma vez que as previsões agora indicam queda da produção industrial em torno de 8,5%, bem acima do que era esperado no começo do ano (-0,5%). Vale lembrar que a indústria nacional responde atualmente por, aproximadamente, 21% do PIB e 20% do emprego, mas a participação desse setor nesses dois agregados econômicos caiu expressivamente nos últimos 10 anos.

2.2.2.4. Indústria Cearense

2.2.2.4.1. Evolução da Produção Industrial

Inicialmente, é oportuno analisar em uma perspectiva histórica os rebatimentos econômicos da pandemia do Covid-19. Especificamente para indústria de transformação, considerando a séria histórica mensal (com ajuste sazonal) para produção física, é possível dimensionar a intensidade com que a manufatura cearense foi afetada. O Gráfico 11, a seguir, permite essa análise.

Gráfico 11 – Evolução mensal, com ajuste sazonal, da produção física da indústria de Transformação no Ceará e no Brasil – janeiro de 2002 a maio de 2020 (número índice:



base média de 2012=100)

Fonte: PIMPF/IBGE. Elaboração IPECE.

A partir do gráfico, fica evidente a força com que a produção industrial foi afetada no estado. A intensidade da redução nos níveis de produção não encontra paralelo em toda a série, seja para indústria cearense, seja para a atividade em nível nacional. Apesar da semelhança, o movimento de retração é ainda mais intenso no Ceará.

A presente seção se dedica a avaliar mais detalhadamente esse período inicial de 2020. Neste sentido, essa percepção histórica ajuda a contextualizar os números que serão detalhados ao longo da análise que se segue. Antes, porém, algumas reflexões iniciais são desde já oportunas.

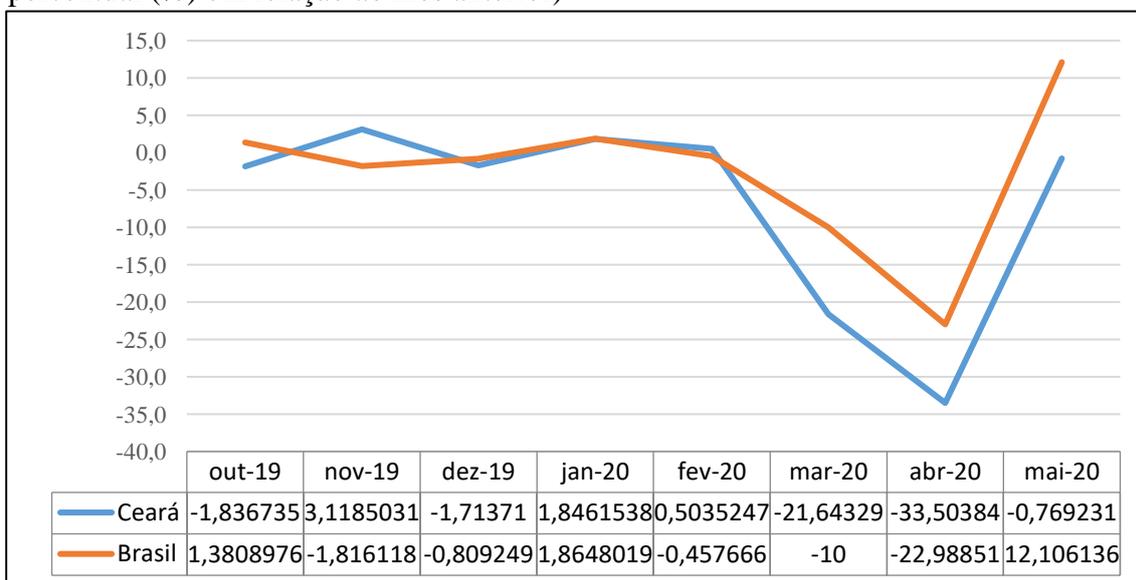
Na trajetória acima se percebe que a pandemia atinge a indústria cearense em um momento no qual o processo de recuperação da crise dos anos 2015 e 2016 não se mostra consolidado. Os níveis anteriores de produção ainda estão distantes de serem alcançados, embora seja possível identificar o início desse movimento. Essa demora em retornar à produção anterior, mesmo após o final da fase mais aguda da crise, já é, por si só, reveladora de questões estruturais já existentes que dificultam a recuperação da atividade industrial no Ceará.

Esse panorama pré-existente à pandemia pode ter efeitos ainda mais nocivos para a atividade, pois pode aprofundar os impactos negativos advindos da crise sanitária, tornando econômica uma crise que é alienígena ao sistema. Podem, também, retardar o processo de recuperação quando for superada a etapa mais crítica da contaminação pelo novo coronavírus. Tais efeitos devem ser ainda maiores se mais duradoura e intensa for a crise na saúde pública. Neste contexto, uma recuperação em “V” como observado para a indústria nacional nos anos de 2008 e 2009, na crise do sistema financeiro internacional, ou ainda uma retomada com formato próximo a um “I”, como na greve dos caminhoneiros em 2018, pode não acontecer.

Para evitar o pior cenário, é necessário entender com clareza os efeitos da pandemia, quem está sendo mais afetado, por quais canais contamina a atividade econômica e como remediar. Para tanto, é fundamental separar os problemas que decorrem da pandemia e que explicam esse mergulho da dinâmica produtiva, daqueles estruturais e anteriormente existentes, que travam o dinamismo e o maior ritmo de crescimento da indústria de transformação cearense. Assim, para se conhecer melhor os efeitos da crise sanitária sobre a dinâmica da indústria cearense, é preciso analisar com mais detalhes o desempenho no início de 2020.

Desde os meses finais de 2019, a indústria cearense, assim como a brasileira, vinha apresentando uma dinâmica estacionária no ritmo de produção, como sugerido no gráfico inicial e reforçando o diagnóstico de lentidão do processo de retomada. Em março de 2020, com uma redução de 21,6% na produção em relação a fevereiro, tem início o movimento de retração da produção industrial. Tal movimento se intensificou sobremaneira em abril, quando a redução foi de 33,5% em relação ao mês anterior. Este comportamento nos meses de março e abril coincide com o agravamento da crise sanitária e a adoção de medidas de isolamento social que interromperam a produção industrial quase que totalmente. O Gráfico 12, apresenta essa trajetória recente.

Gráfico 12 – Evolução mensal, com ajuste sazonal, da produção física da Indústria de Transformação no Ceará e no Brasil – outubro de 2019 a maio de 2020 (taxa de variação percentual (%) em relação ao mês anterior)



Fonte: PIMPF/IBGE. Elaboração IPECE.

Embora similar ao nacional, o movimento no Ceará foi mais intenso. Tal dinâmica está diretamente associada à gravidade com a qual o estado foi atingido pela pandemia, se colocando como a terceira unidade da federação mais afetada, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Diante da intensidade inicial da contaminação e com o objetivo de diminuir sua velocidade, as autoridades locais adotaram medidas relativamente mais restritivas do que o restante do país. Dentre estas, destaca-se o impedimento total ao funcionamento das indústrias como regra, ficando autorizadas a manter suas operações apenas aquelas percebidas como essenciais para a vida humana.

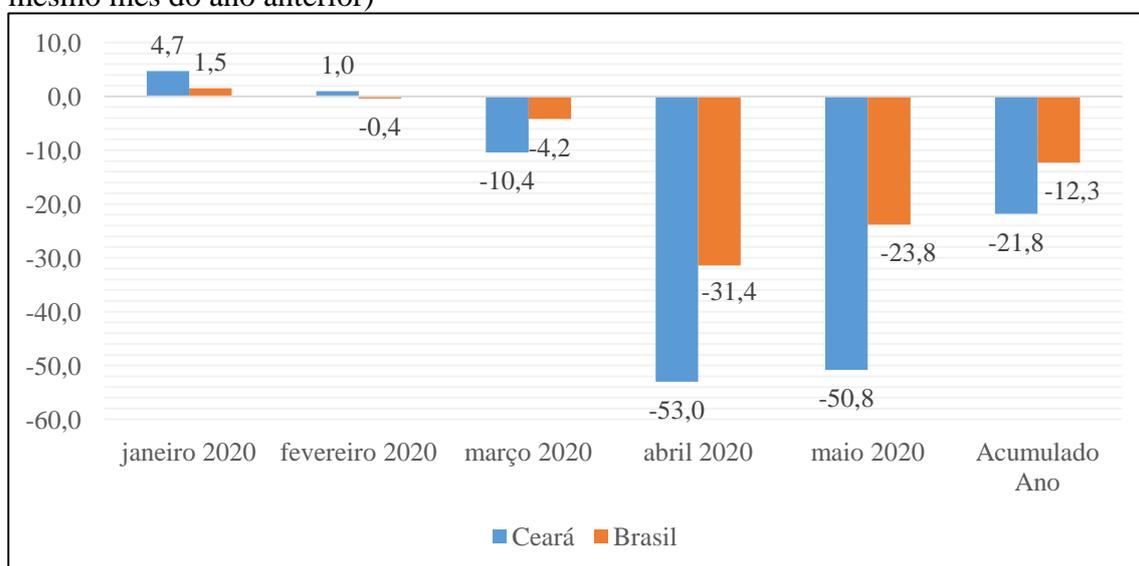
As medidas de isolamento social foram mantidas em maio. Com uma dinâmica parecida ao mês anterior, a produção industrial se manteve estável em relação a abril (-0,8%), não acentuando o ritmo de queda de forma relevante. Diante do intenso controle em abril e maio e do arrefecimento da contaminação, o estado se permitiu iniciar um processo de reabertura das atividades produtivas, da indústria inclusive, no mês de junho. Se não houver retrocessos severos neste movimento, os meses de março a maio, especialmente abril, devem marcar o período de contração mais aguda da produção industrial.

No Gráfico 12, acima, tem-se que a industrial nacional é relativamente menos afetada, chegando a apresentar, inclusive, uma certa recuperação da produção em maio, com alta de 12,1% em relação a abril. Esta dinâmica reforça a percepção de que os estados estão sendo afetados em momentos e intensidades distintas neste período do ano.

De todo modo, é preciso considerar que há a possibilidade de retrações futuras na produção em outras unidades da federação diante de um agravamento potencial da pandemia nesses lugares, que parecem ainda não ter enfrentado seu pior momento. Neste contexto, a produção nacional pode ser relativamente mais afetada nos meses seguintes. Adicionalmente, esse descompasso entre os estados pode afetar a dinâmica de recuperação cearense, uma vez que importantes parceiros comerciais podem enfrentar restrições futuras, restringindo o fluxo de mercadorias.

A aparente estabilidade em maio, quando comparado com abril, tem como positivo o fato de indicar uma interrupção na redução da produção. Entretanto, na comparação com o mesmo período do ano anterior, os meses de março a maio de 2020 são de quedas ainda mais intensas, como pode ser visto Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 – Evolução mensal da produção física da Indústria de Transformação no Ceará e no Brasil – janeiro a maio de 2020 (taxa de variação percentual (%) em relação ao mesmo mês do ano anterior)



Fonte: PIMPF/IBGE. Elaboração IPECE.

Nesta comparação, a manufatura cearense vinha de resultados positivos nos meses de janeiro e fevereiro. Entretanto, em março o cenário passa por uma severa reversão, que se torna mais intensa, como sabido, nos meses de abril e maio, quando a

produção foi reduzida à metade daquela observada em igual período do ano de 2019. Novamente, a maior intensidade da retração da indústria cearense fica evidente. No acumulado do ano, as perdas locais chegam a 21,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Menos intensa, as perdas acumuladas em nível nacional são de 12,3% na mesma comparação.

A dinâmica nacional fica mais bem compreendida quando se consideram os movimentos estaduais. A Tabela 14, abaixo, apresenta os resultados para variação da produção industrial física para todos estados pesquisados pelo IBGE, além do Brasil e da região Nordeste.

Tabela 14 – Evolução mensal da produção física da Indústria de Transformação – Brasil, Nordeste e Unidades da Federação – janeiro a maio de 2020 (taxa de variação percentual (%) em relação ao mesmo período do ano anterior)

Brasil, Nordeste e Unidades da Federação	Variação % em relação ao mesmo período de 2019					
	janeiro 2020	fevereiro 2020	março 2020	abril 2020	maio 2020	Acumulado Ano
Brasil	1,5	-0,4	-4,2	-31,4	-23,8	-12,3
Nordeste	7,1	8,9	0,2	-33,9	-24,1	-8,5
Goiás	-1,0	-1,9	-0,9	-2,1	0,6	-0,9
Mato Grosso	-6,0	3,1	-2,3	-9,5	-3,4	-3,8
Pernambuco	3,6	11,9	2,2	-28,2	-13,5	-4,7
Pará	4,2	11,2	1,1	-18,8	-24,6	-5,2
Bahia	8,1	7,8	7,3	-26,2	-21,4	-5,6
Rio de Janeiro	0,6	2,1	3,7	-21,2	-16,1	-6,1
Paraná	2,5	3,6	1,5	-30,6	-18,1	-8,9
Minas Gerais	-3,5	-0,5	-1,6	-23,4	-18,2	-10,0
Espírito Santo	4,9	7,1	-8,8	-26,4	-32,2	-11,7
São Paulo	1,8	-4,5	-4,6	-32,3	-23,4	-13,6
Santa Catarina	-0,5	1,9	-15,8	-30,7	-28,6	-15,4
Rio Grande do Sul	-1,1	0,9	-13,9	-36,3	-27,3	-16,6
Amazonas	5,7	-2,0	-4,4	-56,5	-49,0	-21,2
Ceará	4,7	1,0	-10,4	-53,0	-50,8	-21,8

Fonte: PIMPF/IBGE. Elaboração IPECE.

Como exposto, todos os estados registraram reduções na produção para o acumulado do ano de 2020 até maio, na comparação com igual período do ano anterior. Tal panorama reforça o alcance geral da crise, ao mesmo tempo que ressalta a diferença com que os parques fabris foram afetados ao longo do território nacional. Os estados de Goiás (-0,9%) e Mato Grosso (-3,8%) encabeçam a lista com as menores reduções, enquanto no outro extremo, Ceará e Amazonas registraram a piores retrações, com quedas de -21,8% e -21,2%, respectivamente, na produção da indústria de transformação.

O estado do Amazonas, assim como o Ceará, foi um dos mais afetados inicialmente pela pandemia. O desempenho da atividade industrial nos meses de abril e maio é também bastante similar entre tais unidades e ambas apresentam as maiores reduções. Importante destacar que as reduções na produção industrial retratam o efeito combinado da gravidade da crise sanitária com a intensidade das restrições às atividades produtivas impostas pelas medidas de isolamento social adotadas pelas autoridades locais.

Por fim, é válido analisar como os efeitos advindos da pandemia se distribuem entre as atividades industriais cearenses. Neste caso, a Tabela 15, abaixo, apresenta os resultados para variação da produção industrial física para os segmentos industriais pesquisados no Ceará.

Tabela 15 – Evolução mensal da produção física nas atividades industriais no Ceará – janeiro a maio de 2020 (taxa de variação percentual (%) em relação ao mesmo período do ano anterior)

Atividades Industriais	Variação % em relação ao mesmo período de 2019					
	janeiro 2020	fevereiro 2020	março 2020	abril 2020	maio 2020	Acumulado Ano
Indústrias de transformação	4,7	1,0	-10,4	-53,0	-50,8	-21,8
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	70,6	20,0	27,7	66,3	16,5	37,6
Fabricação de produtos alimentícios	15,1	-1,6	9,4	5,7	3,1	6,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	16,5	14,0	-6,9	-19,6	-46,4	-9,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	10,2	2,6	-6,8	-44,5	-24,1	-11,9
Fabricação de bebidas	4,8	3,4	-15,4	-53,3	-20,0	-15,0
Metalurgia	-17,9	-17,1	-5,6	-39,3	-9,4	-18,0
Fabricação de outros produtos químicos	-30,4	-48,9	-4,9	36,7	-74,1	-35,3
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,6	0,8	-14,5	-99,0	-92,9	-38,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4,7	10,0	-16,8	-97,2	-96,1	-43,5
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-2,5	0,8	-28,2	-98,4	-94,1	-44,3
Fabricação de produtos têxteis	-29,1	10,1	-31,4	-85,7	-87,3	-44,4

Fonte: PIMPF/IBGE. Elaboração IPECE.

A partir desses números fica claro que as repercussões da pandemia alcançaram a maior parte das atividades industriais cearenses. Mas, novamente, os efeitos se mostraram heterogêneos. As atividades de Fabricação de derivados de petróleo (37,6%) e Fabricação de produtos alimentícios (6,3%) foram as únicas a apresentar resultado positivo para acumulado do ano na comparação com 2019. Tratadas como atividades essenciais, suas operações não foram interrompidas pelas medidas de isolamento social.

Por outro lado, atividades tradicionais e com grande contribuição na produção industrial, que respondem por boa parcela do valor total produzido no estado e do emprego industrial, foram severamente afetadas. Com as operações paralisadas por determinação legal, tais atividades acumulam perdas expressivas na produção em 2020. Entre estas, destaque para Confecção de artigos do vestuário (-43,5%), Fabricação de couros e calçados (-44,3%) e Fabricação de produtos têxteis (-44,4%).

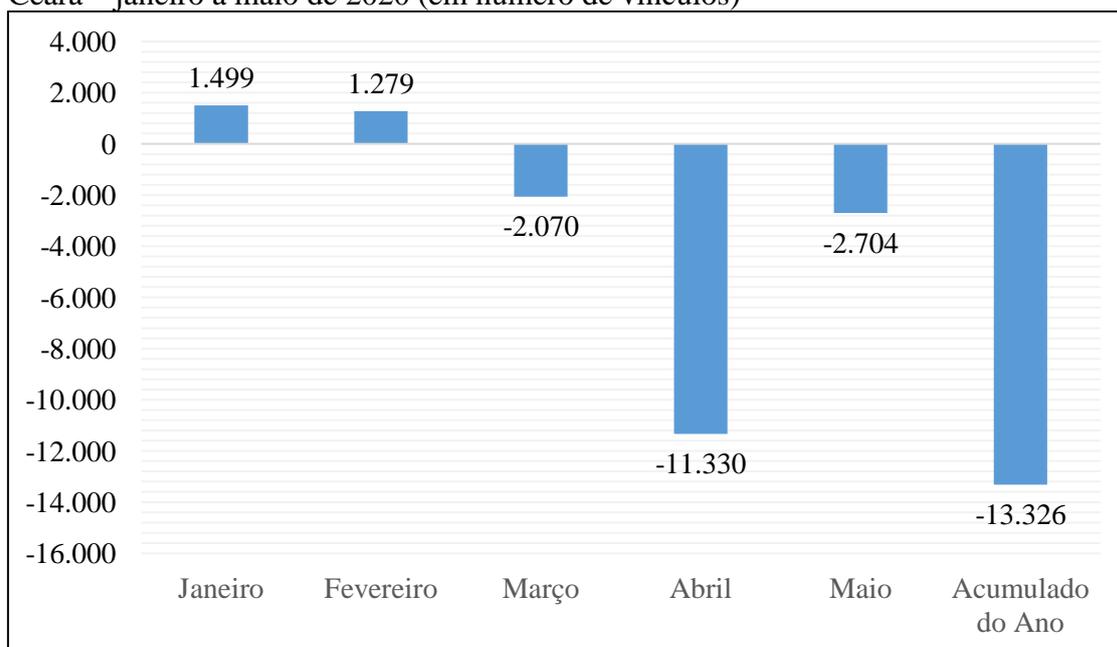
2.2.2.4.2. Evolução do Emprego na Indústria de Transformação

Em linha gerais, as perdas na produção por parte da indústria de transformação cearense estão espelhadas na dinâmica da geração de empregos. De fato, a atividade amargou uma redução expressiva no estoque de empregos formais nos primeiros cinco meses de 2020. No resultado acumulado entre janeiro e maio, o saldo líquido na geração de postos de trabalho foi negativo em 13,3 mil vínculos. Ao lado da atividade do comércio, o segmento da transformação foi o que registrou o maior fechamento de vagas no estado.

Na comparação com anos anteriores, a dinâmica do emprego na atividade da transformação se revela negativamente intensa nesses meses de 2020. Em 2019, no resultado acumulado até maio, também ocorreu redução no número de postos de trabalho, mas em um ritmo bastante inferior, com o fechamento “apenas” de 988 vagas. Nos anos mais intensos da última crise econômica, 2015 e 2016, a indústria de transformação também registrou fortes reduções no estoque de empregos formais, com saldos líquidos negativos na geração de empregos de, respectivamente, 5,5 mil e 6,4 mil vínculos em números acumulados até maio de cada ano. Os números negativos de 2020 se mostram realmente expressivos.

O Gráfico 14, a seguir, apresenta para a indústria de transformação a evolução dos saldos de empregos formais em cada um dos meses de 2020 e o resultado acumulado até maio.

Gráfico 14 – Evolução do saldo de empregos formais da Indústria de transformação no Ceará – janeiro a maio de 2020 (em número de vínculos)



Fonte: CAGED. Ministério da Economia. Elaboração IPECE.

A partir do gráfico fica claro que o saldo negativo até então se deve aos resultados dos meses de março a maio, período caracterizado pelo agravamento da pandemia do Covid-19 no estado e o consequente endurecimento das medidas de controle sanitário e proteção à saúde adotadas pelo governo estadual. Como já comentado, a operação das plantas industriais foi interrompida quase que por completo em decorrência das medidas de isolamento social determinadas pelas autoridades cearenses.

Considerando apenas esses três meses mais agudos da crise, o saldo negativo acumulado foi de 16,1 mil vagas. As atividades que apresentaram os maiores saldos negativos neste período foram Preparação e artigos de couros e calçados (-6,4 mil vínculos), Confeção de artigos do vestuário e acessórios (-4,4 mil vínculos) e Fabricação de móveis (-1,1 mil vínculos).

O fechamento de vagas de trabalho observadas ao longo dos cinco meses iniciais de 2020 é um fenômeno generalizado. A quase totalidade das atividades registrou

saldos negativos para os empregos formais numa indicação de que todas as atividades foram diretas ou indiretamente afetadas pelo choque econômico fortemente adverso trazido pela pandemia.

Embora em intensidade diferente, a redução no estoque formal de empregados alcançou tanto atividades cujas operações foram paralisadas, como aquelas cujo funcionamento foi permitido pelo governo sob o argumento da essencialidade. Neste particular, destaque para a fabricação de produtos alimentícios, com o fechamento de 636 vagas. Como exceções a este panorama geral, destacam-se os desempenhos das atividades de Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos com a criação de 418 vagas e a Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, com 304 vagas adicionais.

2.2.2.4.3. Evolução do Comércio Exterior da Indústria de Transformação

A pandemia do Covid-19 afetou de forma diferente as relações comerciais da indústria de transformação cearense com o exterior, intensificando a redução nas exportações e reduzindo o ritmo de crescimento das importações.

No tocante às vendas ao exterior, a indústria de transformação já apresentava um forte recuo no resultado acumulado nos meses de janeiro e fevereiro. Nestes dois meses, as exportações foram 17,5% inferiores às registradas no mesmo período de 2019. Com o agravamento da crise sanitária em meados de março, a remessa de mercadorias ao estrangeiro por parte desta indústria acumulou perdas ainda maiores, com valores 19,4% abaixo do exportado para os mesmos meses de março a maio no ano de 2019.

Nos primeiros cinco meses do ano de 2020, apenas no mês de março se registrou aumento em relação ao comercializado no ano anterior. Como resultado desses movimentos, no acumulado do ano, as exportações realizadas pela indústria de transformação somam o valor de US\$ 715,0 milhões, quantia que é 18,6% inferior à observada para o mesmo período de 2019.

O comportamento cearense é similar ao registrado pela indústria de transformação nacional, apesar de um pouco mais intenso. Considerando todo parque industrial nacional, as exportações de janeiro a maio foram 16,2% menores do que as registradas nos cinco meses iniciais de 2019. A tabela 16, a seguir, apresenta os valores comentados.

Tabela 16 – Valor exportado pela Indústria de transformação no Ceará e no Brasil – janeiro a maio de 2020 (em US\$ milhão)

CEARÁ			
Meses	2019 (US\$ milhão)	2020 (US\$ milhão)	Variação (%)
Janeiro	218,1	188,8	-13,4
Fevereiro	140,3	106,9	-23,8
Março	152,4	195,0	28,0
Abril	165,4	113,1	-31,6
Maio	202,6	111,1	-45,1
Acumulado (janeiro-maio)	878,8	715,0	-18,6
BRASIL			
Meses	2019 (US\$ milhão)	2020 (US\$ milhão)	Variação (%)
Janeiro	9.858,8	10.017,7	1,6
Fevereiro	11.806,6	8.964,2	-24,1
Março	11.565,5	8.858,1	-23,4
Abril	9.437,7	8.800,6	-6,8
Maio	10.770,8	8.147,4	-24,4
Acumulado (janeiro-maio)	53.439,3	44.787,9	-16,2

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração IPECE.

No tocante às importações, ao contrário do observado para as vendas ao exterior, o resultado acumulado para os meses de janeiro e fevereiro foi um crescimento robusto de 69,4% em relação a iguais meses do ano anterior. Nos meses seguintes, o ritmo de expansão das importações realizadas pela indústria de transformação diminuiu, chegando a um recuo de 10% no mês abril quando comparado a abril de 2019. De todo modo, este foi o único resultado negativo ao longo dos cinco meses iniciais de 2020 neste tipo de comparação.

Considerando o acumulado do ano de 2020, até o mês de maio, as compras externas por parte da indústria de transformação continuam apresentando crescimento relevante a despeito da crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus e de seus rebatimentos econômicos. No período, e em comparação com o mesmo período de 2019, as importações cresceram em 33,5%, alcançando a soma de US\$ 746,6 milhões.

No caso da indústria de transformação brasileira, o comportamento é diferente. As importações acumulam uma retração de 5,5% nos meses de março a maio e se mantiveram estáveis em relação a 2019 quando se considera o resultado acumulado para os cinco meses. A Tabela 17 apresenta tais números.

Tabela 17 – Valor importado pela Indústria de transformação no Ceará e no Brasil – janeiro a maio de 2020 (em US\$ milhão)

CEARÁ			
Meses	2019 (US\$ milhão)	2020 (US\$ milhão)	Variação (%)
Janeiro	122,4	191,8	56,7
Fevereiro	94,2	175,0	85,9
Março	93,2	130,1	39,6
Abril	107,3	96,6	-10,0
Maio	142,3	153,1	7,6
Acumulado (janeiro-maio)	559,4	746,6	33,5
BRASIL			
Meses	2019 (US\$ milhão)	2020 (US\$ milhão)	Variação (%)
Janeiro	14.924,8	15.190,3	1,8
Fevereiro	11.576,8	13.368,0	15,5
Março	13.452,5	12.592,0	-6,4
Abril	11.429,2	12.126,4	6,1
Maio	12.390,8	10.498,3	-15,3
Acumulado (janeiro-maio)	63.774,0	63.775,0	0,0

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração IPECE.

Numa análise conjunta desses fluxos, tem-se que a pandemia não impediu uma expansão, ainda que leve, da corrente de comércio da indústria de transformação cearense. No acumulado do ano, a expansão foi de 1,6% na comparação com 2019. Para a indústria brasileira, o resultado foi uma retração de 7,4% na mesma comparação.

2.2.2.4.4. Considerações Finais

Considerando a indústria cearense em particular, as análises acima deixam evidente a força com que a atividade foi afetada pela crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus. Apesar de tais efeitos se manifestarem de forma heterogênea, os resultados gerais demonstram reduções históricas, sem paralelo no passado recente, nos níveis de produção e emprego.

Dado o conjunto de informação atual, os meses de março a maio devem marcar a fase mais dramática em termos de perdas na produção e no emprego. O processo de abertura iniciado em junho parece caminhar com consistência pelo menos na região metropolitana de Fortaleza, centro dinâmico para economia e para indústria cearenses. Vencida esta fase mais aguda, o olhar se volta para o período seguinte. O que e como fazer para mitigar os efeitos econômicos negativos da crise sanitária?

Como destacado no início, a reversão da conjuntura nestes meses iniciais de 2020, atingiu fortemente a indústria, cuja estrutura se mostrava ainda fragilizada e não totalmente recuperada da última crise econômica. Neste contexto, objetivos de curto, médio e longo prazo se entrelaçam, exigindo inteligência para construção de um diagnóstico claro e o desenho de iniciativas, de origem pública e privada, que atuem corretamente e de modo tempestivo em cada problema identificado.

A intensidade com que a atividade industrial foi afetada, e as incertezas quanto ao comportamento futuro da pandemia, que forçam uma operação mais restritiva diante dos protocolos de proteção sanitária, ao mesmo tempo em que modifica o comportamento da demanda, indicam que uma recuperação em “V”, como pensado em algum momento, é um cenário cada vez menos provável. As ações mitigadoras tornam-se essenciais.

De fato, a qualidade das intervenções pensadas pelo poder público ganha especial importância na missão de recuperar a economia e suas atividades, tanto no curto, como nos médio e longo prazos.

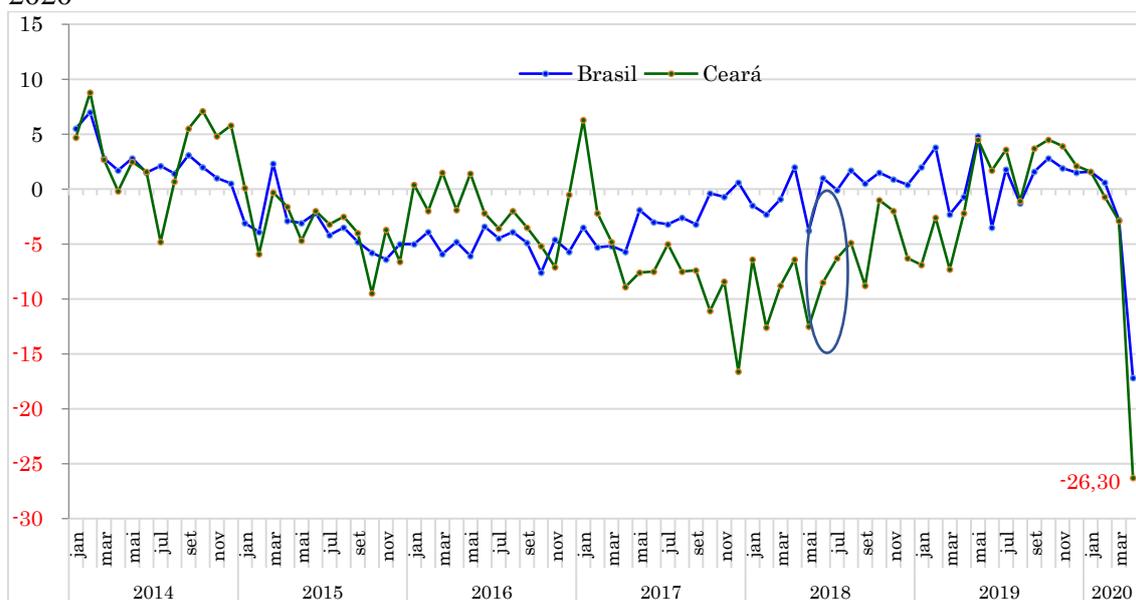
2.2.3. Serviços

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, os serviços empresariais não-financeiros do Ceará apresentaram uma expressiva queda (-26,3%) no mês de abril de 2020, relativamente ao mesmo período de 2019. O Gráfico 15, a seguir, revela que esse recuo foi o pior desde 2014, superando, em termos de magnitude, os períodos em que o segmento teve desempenho negativo⁴.

⁴ Na verdade, esse desempenho negativo é o pior da série histórica disponível dos dados da PMS iniciada em 2012 em comparação a 2011.

Como pode ser observado, desde meados de 2019 esse segmento vinha apresentando resultados positivos, em um claro processo de recuperação desde a retomada da economia iniciada no primeiro trimestre de 2017⁵. Desse modo, essa queda da atividade já permite revelar os efeitos decorrentes da pandemia do Covid-19 que já havia atingido a economia cearense em março, embora com um efeito menor.

Gráfico 15: Variação Mensal da Pesquisa Mensal dos Serviços – Brasil/Ceará – 2014 a 2020



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Da mesma forma, esse resultado se coaduna também com o forte recuo (-17,2%) dos serviços empresariais não-financeiros do Brasil, que vinham em um processo mais sustentado de recuperação, reforçando, portanto, a tese dos possíveis efeitos reversos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus.

De acordo também com o Gráfico 15, embora o segmento ainda operasse em terreno negativo no ano de 2017, principalmente no Estado do Ceará, existia uma tendência de retomada cíclica do setor. Nesse contexto, o segmento parece revelar maior defasagem com relação a expansão e contração dos ciclos econômicos na medida em que

⁵ De acordo com o Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

seus indicadores não respondem prontamente à recuperação e queda imediata na economia.

De forma mais específica, quando a economia entra em um processo de recuperação ou quando inicia-se um ciclo de baixa atividade os serviços empresariais não-financeiros da PMS não respondem de forma imediata aos indicadores correntes.

De fato, como pode também ser observado, na forte recessão econômica iniciada no segundo trimestre de 2014⁶ e que atingiu a economia brasileira nos anos de 2015 e 2016⁷, o segmento continuava a apresentar expressivas taxas positivas durante o ano de 2014, com recuo apenas em 2015.

Por outro lado, pode-se observar, também, no Gráfico 15, no círculo menor, que, embora viesse apresentando uma retomada da atividade, o segmento sofreu forte recuo em maio de 2018 por conta da paralização dos caminhoneiros. Portanto, mesmo diante de defasagens ao longo dos ciclos econômicos, uma crise que atinja de forma substancial a economia terá efeitos imediatos no setor.

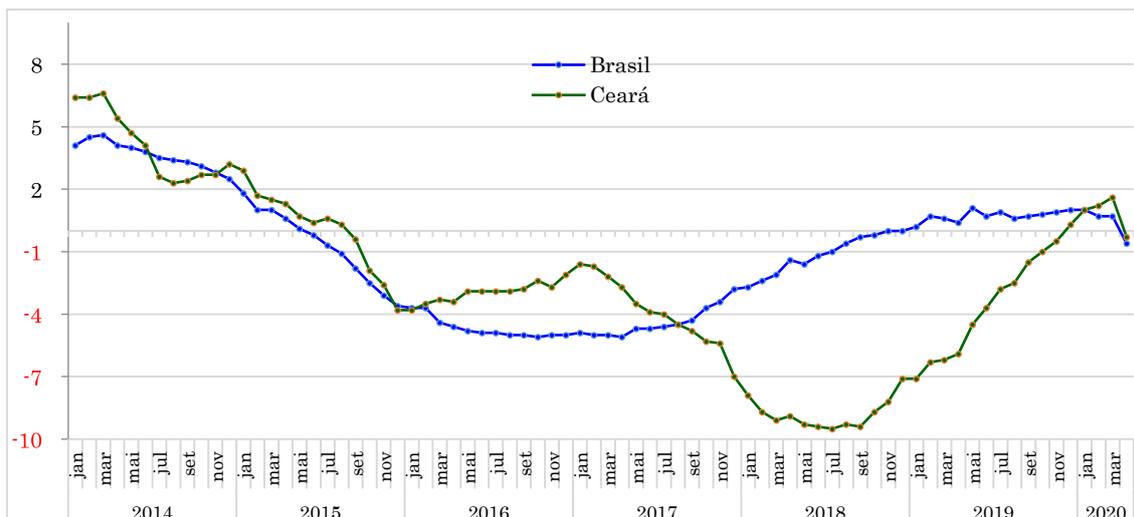
No caso da pandemia causada pelo novo coronavírus, dado o forte impacto imediato ocasionado em toda a economia e alta probabilidade de depressão econômica, deve-se esperar novas quedas bem como efeitos de propagação nos próximos meses nos serviços empresariais não-financeiros.

De forma mais abrangente, o Gráfico 16, abaixo, apresenta os dados dos serviços empresariais não-financeiros mês a mês, mas em termos de acumulado dos últimos 12 meses de forma a observar uma tendência cíclica da atividade.

Gráfico 16: Variação Acumulada dos últimos 12 meses da Pesquisa Mensal dos Serviços – Brasil/Ceará – 2014 a 2020

⁶ Ver Comunicado de agosto de 2015 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

⁷ Em 2015, o PIB do Brasil teve recuo de -3,8% e em 2016 de -3,6%.



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Como observado no Gráfico acima, embora o segmento apresente suas defasagens com relação aos ciclos econômicos, é clara a tendência que o setor apresenta mediante a ocorrência de uma recessão ou retomada da atividade da economia. Por exemplo, durante o ano de 2014 o segmento ainda operava em terreno positivo, embora revele claramente uma tendência de arrefecimento que só foi consolidada em termos negativos em meados de 2015.

Desde então, o setor seguiu em baixa, mesmo se estabilizando ao longo de 2016 até meados de 2017 quando reverteu o processo de estabilidade, embora ainda operasse com taxas negativas. Apenas a partir do segundo trimestre de 2018 o setor voltou a apresentar tendência positiva, mas ainda com variação acumulada negativa nos últimos 12 meses. Somente em 2019 é que o acumulado dos últimos 12 meses se tornou positivo.

Por outro lado, similar aos dados mensais, os dados acumulados dos últimos 12 meses até abril de 2020 revelam a reversão da tendência de recuperação, inclusive com resultado negativo. Isso permite afirmar que, diferentemente da recessão anterior, o setor já foi prontamente afetado pela pandemia do novo coronavírus.

É importante destacar que o segmento cearense não segue de forma tão estrita o ciclo do segmento nacional. De fato, em 2016 até meados de 2017 os dados da PMS do Estado do Ceará já esboçavam uma recuperação mais rápida. Por outro lado, quando o segmento nacional reverteu seu processo de queda, em 2017, iniciando um lento processo de retomada, no final desse mesmo ano o segmento do Estado continuou em ritmo de queda, atingindo, em 2018, um vale absoluto na série histórica.

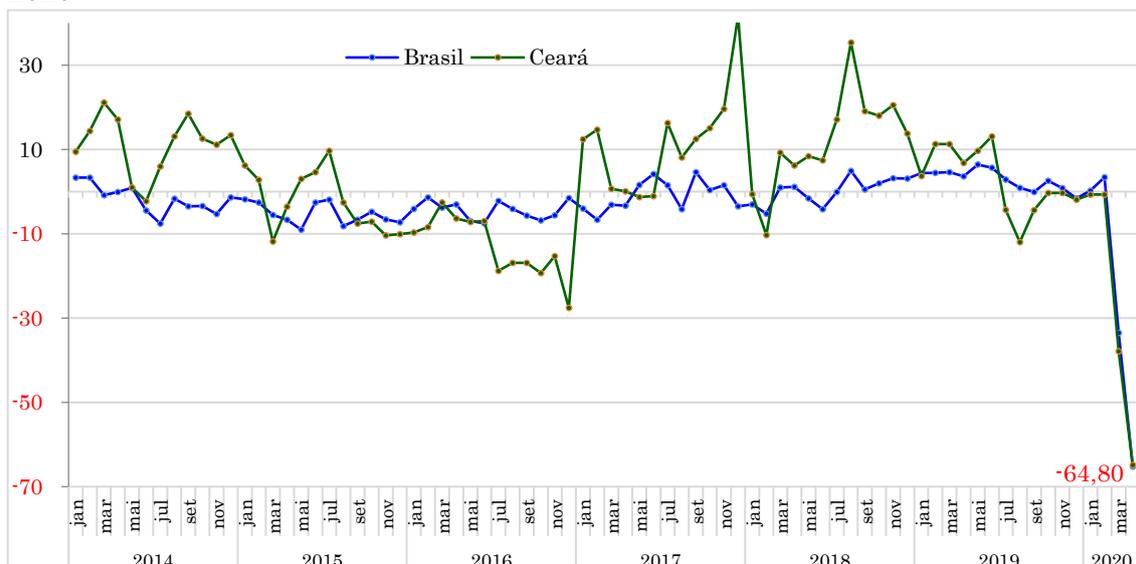
Adicionalmente, seu processo de recuperação foi mais lento ao longo do ano de 2019, tendo o segmento apresentado no acumulado dos últimos 12 meses resultados bastante negativos, revertendo esse processo apenas no final do ano e no início de 2020, quando apresentou taxas positivas.

Assim, nessa análise de longo prazo pode-se destacar que além do comportamento cíclico os serviços empresariais não-financeiros apresentam uma maior defasagem tanto na entrada como na retomada da atividade econômica. Não obstante, os resultados negativos nos dados da PMS decorrentes da pandemia do Covid-19 revelam uma resposta imediata, diferentemente da crise anterior, com destaque para a queda substancial do setor.

2.2.3.1. Principais Segmentos

Quanto aos segmentos que compõem a PMS, o Gráfico 17, abaixo, apresenta o desempenho mensal dos Serviços Prestados às Famílias⁸ do Ceará e do Brasil de 2014 até abril de 2020. Como pode ser observado, o segmento cearense apresenta um comportamento bem volátil, mas em geral um desempenho positivo e muito acima quando se compara com o Brasil ao longo da série histórica.

Gráfico 17: Variação Mensal dos Serviços Prestados as Famílias – Brasil/Ceará – 2014 a 2020



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

⁸ Os Serviços prestados às famílias são compostos pelos Serviços de Alojamento e Alimentação e pelos Outros Serviços Prestados às Famílias.

É um segmento que é associado ao ambiente conjuntural e, portanto, correlacionado com as taxas de juros, movimento de crédito e controle inflacionário. De fato, ao longo da recuperação econômica a partir de 2017 os serviços prestados às famílias do Estado tiveram resultados expressivos, período que foi caracterizado por inflação ancorada na meta e taxas de juros historicamente baixas além da recuperação leve e gradual do mercado de trabalho, permitindo, assim, disponibilidade de crédito e elevação do consumo das famílias.

No entanto, os dados de abril de 2020 revelam o forte impacto que o segmento sofreu diante da pandemia do Covid-19, tanto no Ceará como Brasil com recuo de -64,8% e -65,2%, respectivamente. A magnitude dessa queda foi a principal responsável pelo impacto negativo agregado do setor.

Nos Serviços Prestados às Famílias, merece destaque dentro dele os Serviços de Alojamento e Alimentação que engloba, dentre outros, atividades como Hotéis, Restaurantes, Serviços ambulantes de alimentação e Serviços de catering e bufê. Todas essas atividades foram fortemente atingidas com as medidas de isolamento social, o que explica a forte queda do segmento como um todo.

Os Gráficos 18 e 19, por sua vez, apresentam os resultados para os Serviços de Informação e Comunicação, os Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares e os Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio dos serviços empresariais não-financeiros da Pesquisa Mensal dos Serviços do Ceará e do Brasil, respectivamente.

de arquitetura e engenharia e agências de viagens, sendo caracterizado por ter um número expressivo de empresas e ser intensivo em pessoal ocupado.

Os dados do Gráficos 18 e 19 revelam que o segmento vinha em recuperação no ano de 2019, não obstante no Ceará tenha sofrido algumas oscilações. Nesse mês de abril de 2020, o segmento apresentou queda expressiva de -19,1% no Ceará e -17,3% no Brasil. Para ambos, foi o terceiro mês de queda consecutiva, muito embora a intensidade de abril tenha sido muito mais expressiva que as dos meses anteriores, demonstrando que o segmento também foi fortemente atingido pela pandemia do novo coronavírus.

Nessa mesma perspectiva, o segmento de Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio também apresentou recuo expressivo em abril de 2020, principalmente no Ceará, com queda de 44,8%. No Brasil, a queda também foi intensa, mas menor, com recuo de -21,2%.

Os Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio¹⁰ é um segmento ligado a diversas cadeias produtivas industriais, além de fazer parte do deslocamento de pessoas e escoamento e distribuição de produção. De forma mais específica, faz parte da composição do setor o transporte terrestre e o transporte aéreo, que são ligados diretamente ao fluxo de pessoas, sendo, portanto, uma atividade duramente atingida pela pandemia do Covid-19.

Com as medidas de isolamento social, as atividades ligadas ao fluxo de passageiros foram duramente atingidas no intuito de evitar aglomerações, tendo algumas empresas, como as ligadas ao transporte aéreo, registrado problemas de fluxo de caixa. Mesmo com menos intensidade e com diversas medidas protocolares, empresas ligadas aos serviços de correio e transporte de cargas, mantiveram-se em atividade, mas sendo insuficiente para evitar forte recuo do segmento em abril de 2020, -44,8% no Ceará e -21,2% no Brasil.

¹⁰ O segmento de Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio são compostos pelos Transporte Terrestre, Transporte Aquaviário, Transporte Aéreo e Armazenagem, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio.

Por sua vez, os Serviços de Informação e Comunicação¹¹, embora tenha também apresentado resultado negativo nesse mês de abril de 2020, foi o que teve uma queda menos intensa. Para o Ceará, o recuo foi de -1,6%, enquanto no Brasil a queda foi de -4,8%

Esse é um segmento que é mais intensivo em capital e ligado a modernização da economia. Diante do cenário de incerteza a ser formada mediante a pandemia as atividades ligadas ao setor poderão ter dificuldade no horizonte de planejamento e intensificação dos investimentos.

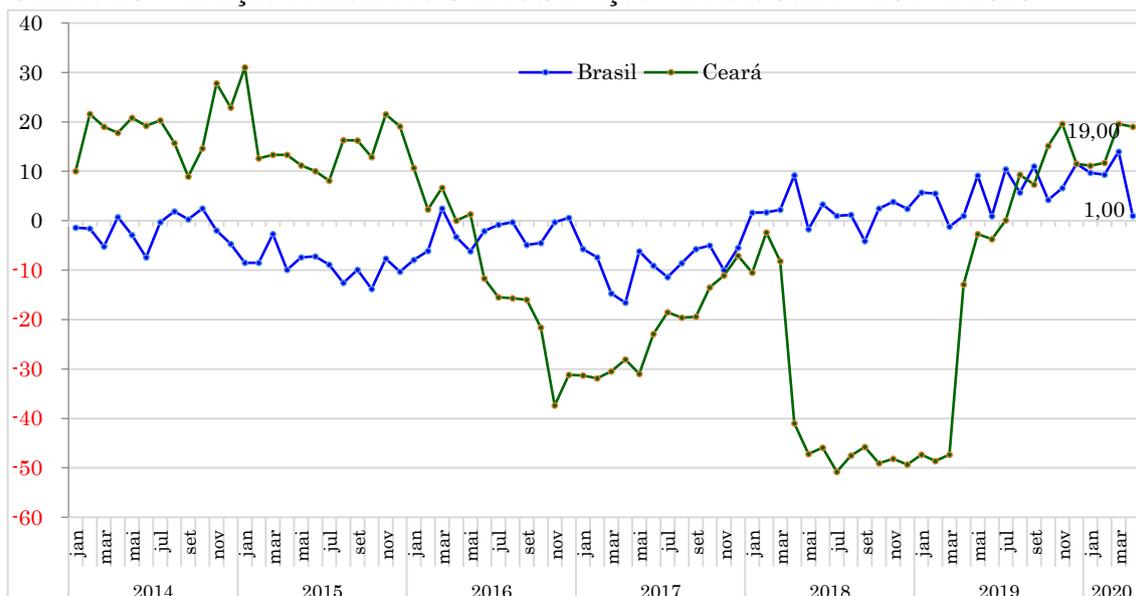
No entanto, empresas relacionadas às atividades de televisão por assinatura, agências de notícias, telecomunicações por fio e sem fio, telecomunicações por satélite e operadoras de televisão por assinatura por cabo mantiveram-se ativas tendo, em alguns casos, aumento de demanda por conta do isolamento social.

Finalmente, o Gráfico 20 apresenta a variação mensal para o Ceará e o Brasil do segmento Outros Serviços. É um segmento bem heterogêneo no qual comporta atividades ligadas ao setor imobiliário, manutenção e reparação de motocicletas, atividades auxiliares dos serviços financeiros e gestão de redes de esgoto.

Em abril de 2020, ambos apresentaram desempenho positivo, apresentando, no caso do Ceará, um crescimento de 19% contra 1% no Brasil, embora nesse último caso tenha recuado com relação ao mês anterior. Os resultados nesses quatro primeiros meses do ano de 2020 revelam que o segmento não apresentou nenhuma tendência de recuo, tendo para o Ceará sustentado taxas positivas.

¹¹ Os Serviços de Informação e Comunicação são compostos pelos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Serviços de Tecnologia da Informação e pelos Serviços Audiovisuais, de Edição e Agências de Notícia.

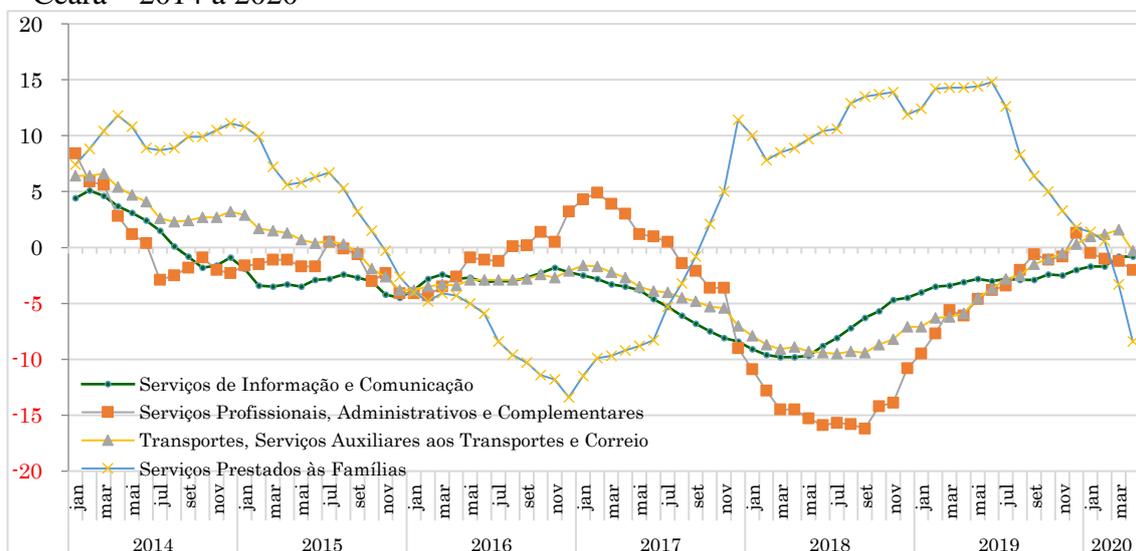
Gráfico 20: Variação Mensal dos Outros Serviços – Brasil/Ceará – 2014 a 2020



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

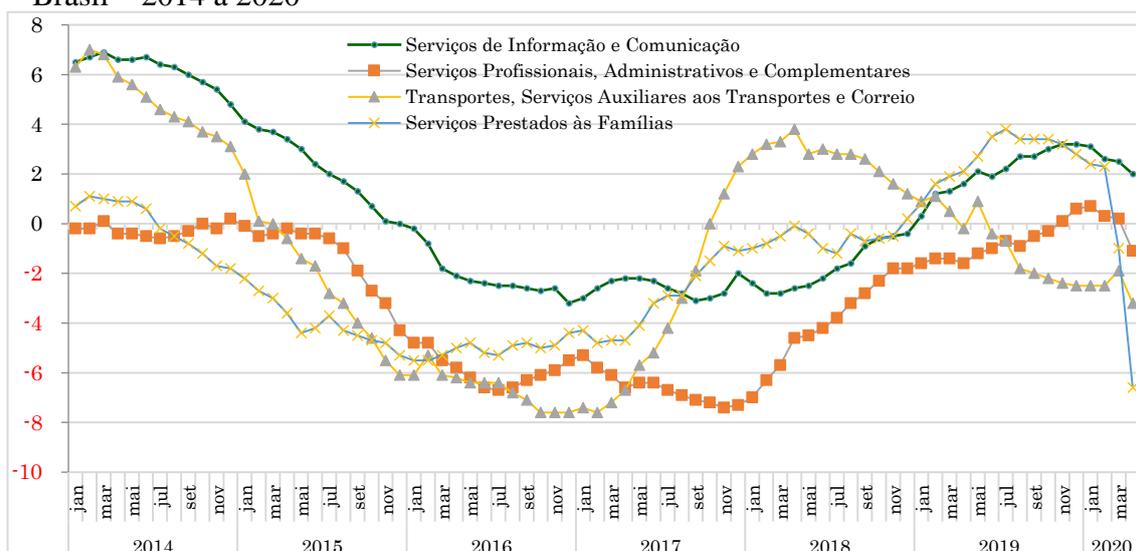
Em outra perspectiva, o Gráfico 21 e o Gráfico 22 apresentam uma análise de longo prazo dos quatro principais segmentos da PMS para o Ceará e o Brasil, respectivamente, considerando o acumulado dos últimos 12 meses.

Gráfico 21: Variação acumulada dos últimos 12 meses dos principais segmentos da PMS – Ceará – 2014 a 2020



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 22: Variação acumulada dos últimos 12 meses dos principais segmentos da PMS – Brasil – 2014 a 2020



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Similarmente aos dados agregados no Gráfico 17 – e que não poderia ser diferente tendo em conta que o agregado é a composição desses setores – os principais segmentos da PMS seguem uma tendência de acordo com os ciclos de negócios da economia brasileira.

Com efeito, embora quase todos eles ainda apresentassem taxas positivas até 2014, os anos de 2015 e 2016, anos de profunda recessão, foram marcados por quedas expressivas nas atividades até se atingir um vale. Essa tendência é bem mais clara para os dados nacionais no Gráfico 21, onde os quatro principais segmentos atingem esse vale no final de 2016.

A partir de então, observa-se que os serviços empresariais não-financeiros da PMS seguem em recuperação, mas em um processo muito lento. No Gráfico 22, o segmento de Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio do Brasil destoa dos demais. A partir de meados de 2017, o setor segue em um processo de rápida recuperação tendo ao final do ano apresentado taxas positivas, com os demais ainda em processo de retomada.

Quanto aos demais, ocorre uma recuperação gradual atingindo taxas positivas apenas ao final de 2018 (deve-se destacar que o ciclo de recuperação já se havia iniciado no início de 2017). Para o segmento de Serviços Profissionais, Administrativos e

Complementares destaca-se, ainda, que os resultados positivos só apareceram a partir do segundo semestre de 2019.

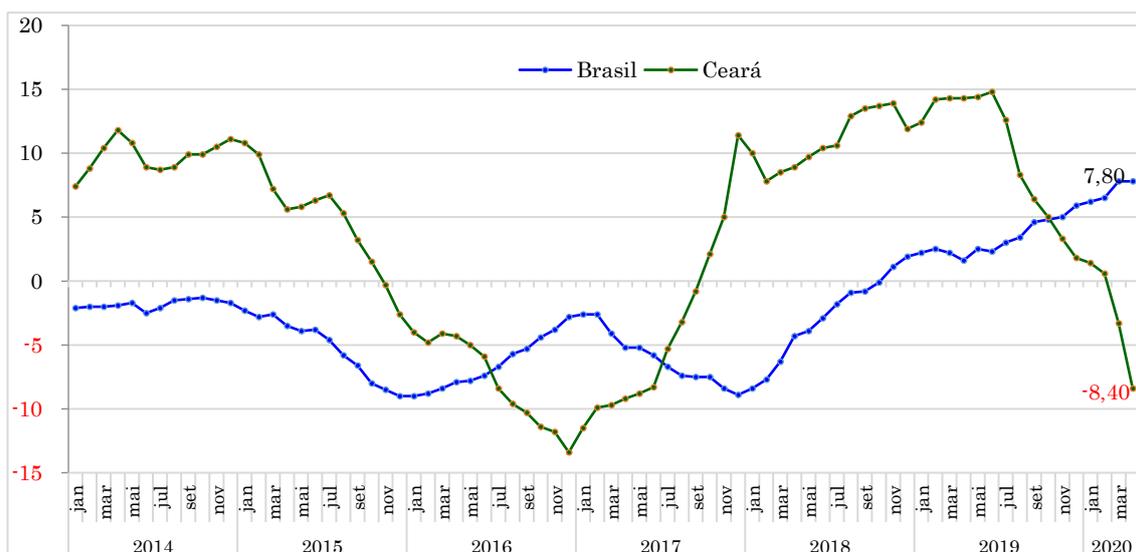
Nesse contexto, os resultados negativos que foram observados de imediato por conta da pandemia causada pelo novo coronavírus podem revelar que o segmento será fortemente atingido pela crise que se inicia na medida em que não foram apresentadas defasagens, como na recessão anterior.

Para o Ceará, pode-se observar que o ciclo nacional é acompanhado de forma mais equânime nos Serviços Prestados às Famílias. Em 2016, mesmo diante da crise, os Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares já haviam revertido o processo de queda com desempenho positivo, mas vindo a recuar fortemente em 2018. Os Serviços prestados às famílias apresentam-se como uma imagem invertida dos Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares: claramente quando um segmento segue uma tendência de alta o outro segue uma tendência de baixa e vice-versa.

No tocante aos Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio e os Serviços de Informação e Comunicação do Estado segue-se uma tendência similar aos Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares de forma que apenas os Serviços prestados às famílias cearense tem um comportamento *pari passu* ao ciclo nacional. Ao final do período (março e abril de 2020), pode-se destacar que esse último segmento acompanha as vertiginosas quedas que ocorre nos segmentos do Brasil.

No Gráfico 23, abaixo, são apresentados os resultados do acumulado dos últimos 12 meses do segmento Outros Serviços para o Ceará e Brasil. Como pode ser visto, os segmentos apresentam uma imagem invertida um do outro. Além disso, pode-se destacar que os Outros Serviços cearense apresentam um comportamento que segue o ciclo econômico da economia brasileira, enquanto para o Brasil seu comportamento é exatamente o inverso.

Gráfico 23: Variação acumulada dos últimos 12 meses dos outros serviços da PMS – Brasil/Ceará – 2014 a 2020



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

2.2.3.2. Índice de Atividades Turísticas

O Gráfico 24 apresenta a evolução do acumulado do ano mês a mês a partir de 2014 do Índice de Atividades Turísticas (IATUR), índice composto a partir de dez agrupamentos de atividades que formam o setor¹². Esse tipo de gráfico permite observar de forma mais detida como o setor turístico sofreu os impactos da pandemia do Covid-19 a partir de um comparativo com períodos anteriores.

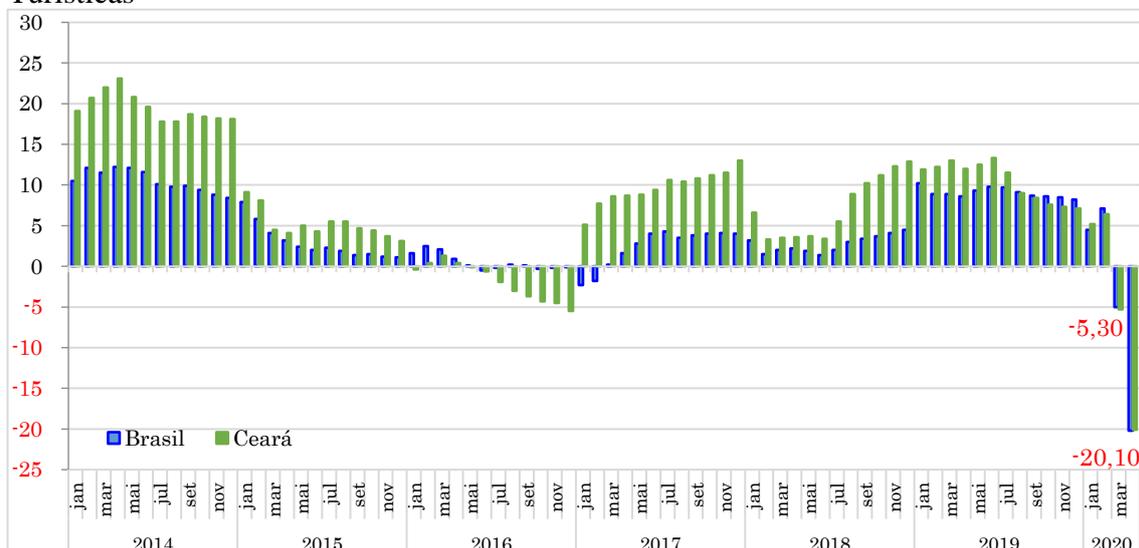
A análise foi dividida em quatro períodos, tendo os três primeiros sido circulados. No primeiro período, que engloba todo o ano de 2014, pode-se observar que o setor apresenta vertiginoso crescimento, principalmente no período pré-Copa do Mundo de 2014. Ao longo de todo o ano, o segmento manteve robustas taxas de crescimento. Outro ponto de destaque foi que o segmento cearense apresentou um desempenho bem acima do segmento nacional durante todo esse ano.

No segundo período, indicado pelo segundo círculo azul e que engloba os anos de 2015 e 2016, o setor perde sua dinâmica, mas mantém ao longo de 2015, mesmo diante da crise, desempenho positivo. Mais uma vez, é claro o desempenho cearense acima do nacional. No ano de 2016, o setor reflete os efeitos da crise econômica e amarga

12 Alojamento e Alimentação, Atividades Culturais e de Recreação e Lazer, Trens Turísticos, Teleféricos e Similares, Transporte por Navegação Interior de Passageiros, Transporte Aéreo de Passageiros, Transporte por Navegação de Travessia, Transportes Aquaviários Não Especificados, Locação de Automóveis Sem Condutor, Agências de Viagens e Operadoras Turísticas, Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional.

uma escalada de desempenho negativo no Estado do Ceará, piorando sequencialmente a cada mês. Nesse período de baixa, é importante destacar que o desempenho do segmento cearense foi pior que o do Brasil.

Gráfico 24: Acumulado no ano (%) da PMS – Brasil/Ceará – Índice de Atividades Turísticas



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

No terceiro período, que vai do ano de 2017 até janeiro de 2020, pode-se observar que o setor turístico cearense tem mais uma vez um desempenho positivo bem acima do que o setor turístico nacional. Esse período pode ser dividido em três subperíodos.

No ano de 2017, a composição do IATUR do Estado do Ceará recuperou rapidamente os resultados negativos do ano anterior, além de apresentar taxas de crescimento bem acima que o IATUR do Brasil. Embora o setor perca fôlego no final de 2017 até meados de 2018, o setor voltou a crescer, tendo o segmento cearense apresentado taxas bem acima que o segmento nacional até meados de 2019. A partir do segundo semestre de 2019 até janeiro de 2020 o segmento cearense perdeu parte do fôlego, crescendo a taxas um pouco abaixo que o IATUR do Brasil.

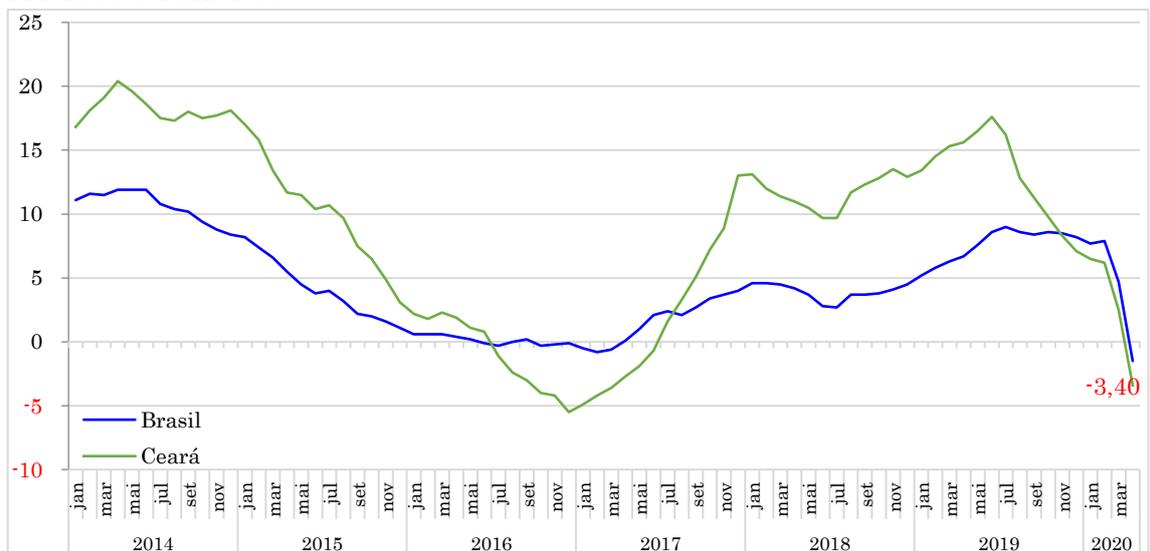
Finalmente, no último período disposto no Gráfico 24, considerando apenas os meses de março e abril de 2020, pode-se observar que o setor sentiu de imediato o impacto ocasionado pela pandemia do novo coronavírus. Até março de 2020, a queda acumulada no setor para o Estado do Ceará e Brasil foi de -5,3% e 5%, respectivamente.

Em abril de 2020, o acumulado da queda foi bem mais intenso tendo atingindo -20% em cada um.

Nessa mesma perspectiva, o Gráfico 25, a seguir, apresenta os resultados do Índice de Atividades Turísticas para o Brasil e Ceará no tocante ao acumulado dos últimos 12 meses. Como pode ser observado, a dinâmica do setor parece seguir os ciclos econômicos ao longo do período.

De fato, embora apresente elevadas taxas de crescimento nos anos de 2014 e 2015 o setor segue em desaceleração tendo atingido desempenho negativo apenas a partir de meados de 2016 para o Estado do Ceará. No Brasil, embora arrefeça, o segmento turístico nacional praticamente opera em estabilidade.

Gráfico 25: Acumulado dos últimos 12 meses (%) da PMS – Brasil/Ceará – Índice de Atividades Turísticas



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Para o Ceará, o segmento caminha em consonância aos ciclos de negócios que a economia brasileira atravessa. Depois de atingir um vale ao final de 2016, o IATUR cearense segue em um processo de rápida recuperação superando o nacional a partir de meados de 2017 e seguindo uma trajetória de crescimento bem acima dele. Ao final de 2017 o segmento atinge um pico para em seguida recuar.

Por sua vez, o setor voltou a seguir uma trajetória de desempenho positivo até atingir um pico de atividade em meados do ano de 2019, desacelerando desde então. Embora os dados do gráfico anterior revelem efeitos claros em razão do novo coronavírus,

esses resultados apontam para uma desaceleração do segmento antes do choque negativo ocasionado pela pandemia (a partir do segundo semestre de 2019 o segmento cearense reverteu seu desempenho positivo, desacelerando numa trajetória abaixo da nacional).

Uma questão pertinente são as diferenças em termos de magnitude entre o segmento do Estado e o segmento do Brasil. No caso do primeiro, observar-se que seu desempenho positivo é bem maior quando a atividade econômica encontra-se em alta ao longo dos ciclos, enquanto sua queda é mais intensa nos períodos de baixa do ciclo. Não obstante, sua recuperação é mais acelerada perante a retomada. Esses resultados podem indicar que o setor turístico cearense irá amargar ainda um desempenho negativo, mas com uma tendência de rápida recuperação.

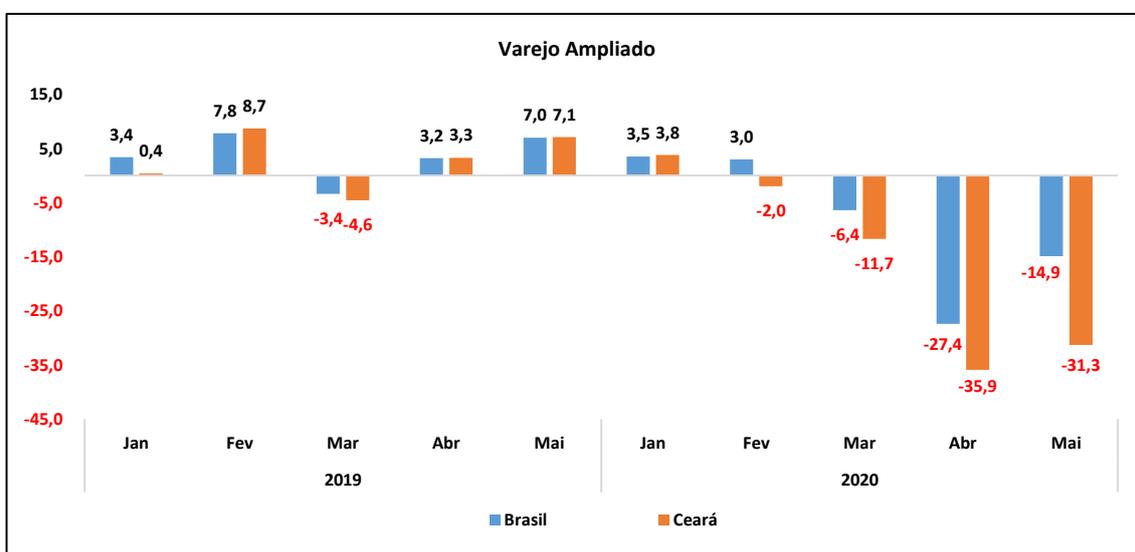
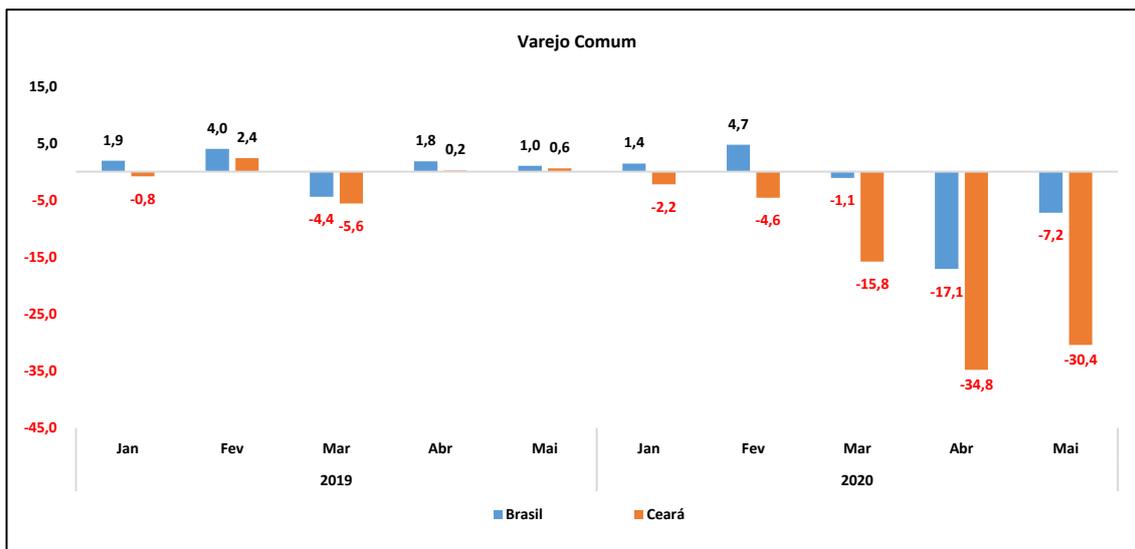
2.2.4. Comércio Varejista

O objetivo desta seção é apresentar um diagnóstico sobre os impactos das medidas de isolamento social e de restrição de atividades econômicas, como medidas de combate a pandemia provocada pelo novo coronavírus, sobre as vendas do varejo nacional e cearense.

A fonte utilizada para realizar este diagnóstico foram os dados de variação das vendas do varejo comum e ampliado da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o último mês disponível.

De acordo com o Gráfico 26, abaixo, a variação nas vendas do varejo comum nacional registrou alta nos meses de janeiro (+1,4%) e fevereiro (+4,7%) de 2020, ambos comparados aos mesmos meses do ano passado. Contudo, a partir do mês de março o varejo comum nacional registrou a primeira queda no ano (-1,1%), como reflexo das primeiras medidas de isolamento social.

Gráfico 26 – Evolução mensal da variação das vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – janeiro a maio/2019 e 2020 (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Mas foi em abril que o varejo comum nacional registrou a maior queda histórica (-17,1%) relativamente ao mesmo mês do ano passado. Em maio de 2020, o varejo nacional voltou a registrar queda de menor intensidade (-7,2%), revelando certa recuperação comparativamente ao resultado obtido no mês anterior.

As vendas do varejo comum cearense apresentaram uma trajetória diferente da nacional, com queda nos meses de janeiro (-2,2%), fevereiro (-4,6%) e março (-15,8%), registrando também uma queda histórica em abril (-34,8%), ou seja, o dobro da redução registrada pelo país, todos em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em maio, o varejo comum cearense voltou a registrar uma forte queda (em torno de -30,4%) revelando maior sensibilidade às medidas de isolamento adotadas localmente.

Diante desse resultado é possível afirmar que o varejo comum cearense já vinha enfrentando alguns problemas desde o início do ano, os quais se intensificaram bastante com as medidas de isolamento social e restrição de atividade econômica adotadas pelo governo local. Vale destacar, contudo, que estas medidas foram necessárias em vista da velocidade de disseminação da pandemia do novo coronavírus.

Após análise da dinâmica do varejo comum, cabe uma análise da dinâmica mensal do varejo ampliado, que inclui além dos setores que formam o varejo comum, as vendas de materiais de construção e de veículos.

Ainda com base nos dados do Gráfico 26, é possível notar que as vendas do varejo ampliado nacional registraram crescimento nos meses de janeiro (+3,5%), fevereiro (+3,0%), passando a registrar queda a partir de março (-6,4%), por conta dos primeiros reflexos das medidas de isolamento social adotadas em vários estados brasileiros que afetaram em muito as vendas dos setores da construção civil e de veículos. A continuidade dessas medidas de restrição da atividade econômica agravou ainda mais a retração nas vendas do varejo ampliado nacional, que passou a registrar queda histórica de 27,4% no mês de abril. Em maio de 2020, o varejo nacional registrou também uma queda expressiva (-14,9%), mas inferior à registrada no mês anterior, revelando alguns sinais de recuperação desta atividade em âmbito nacional.

Enquanto isso, as vendas do varejo ampliado cearense alcançaram resultado mais favorável em janeiro (+3,8%), passando a registrar queda a partir de fevereiro (-2,0%). No mês de março, as vendas do varejo cearense registraram uma queda ainda maior de 11,7%, como resultado das primeiras medidas de isolamento. Contudo, foi no mês de abril que o varejo ampliado estadual registrou sua maior queda (-35,9%) como resultado do agravamento das medidas de restrição adotadas. Em maio de 2020, o varejo ampliado cearense voltou a registrar uma queda expressiva (em torno de -31,3%) revelando que as medidas de isolamento adotadas tiveram efeitos mais severos sobre o varejo estadual, cuja magnitude foi mais que o dobro da queda registrada em âmbito nacional.

Vale destacar que nos anos de 2017 a 2019, o varejo nacional e cearense vinha revelando um comportamento consistente de recuperação das vendas. Contudo, essa tendência foi revertida em 2020, quando a atividade foi fortemente impactada pelas medidas de isolamento social e restrição econômica adotadas no combate a Covid-19,

resultando numa nova crise a ser enfrentada pelos empresários participantes do varejo nacional e estadual.

Na realidade, em maio de 2020 observou-se a segunda maior queda em vinte e um anos de pesquisa do varejo comum nacional, abaixo apenas da registrada em maio de 2016 (-9,0%), bem como a maior queda já observada para o referido mês no varejo comum cearense. As maiores quedas já observadas até então para o mês de maio no varejo comum cearense ocorreram nos anos de 2015 (-5,2%) e 2016 (-10,8%).

Também foi em maio de 2020 que o varejo ampliado nacional e o cearense registraram a maior queda em dezesseis anos de pesquisa. As maiores quedas já observadas para o mês de maio no varejo ampliado nacional ocorreram nos anos de 2015 (-10,4%) e 2016 (-10,2%) e para o varejo ampliado cearense ocorreram nos anos de 2015 (-7,6%) e 2016 (-14,7%).

Pela análise da Tabela 18, é possível entender melhor a magnitude da atual crise sobre as vendas do varejo comum nacional pelo número de estados que registraram variações positivas e negativas ao longo dos cinco primeiros meses do ano de 2020.

Tabela 18 – Evolução mensal da variação das vendas do varejo comum – Brasil e Estados – janeiro a maio/2020 (%)

Brasil e Unidade da Federação	2020				
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Amapá	8,1	0,9	-11,4	-43,7	-37,0
Ceará	-2,2	-4,6	-15,8	-34,8	-30,4
Bahia	0,6	0,0	-8,2	-26,5	-20,8
Distrito Federal	4,0	5,0	-6,3	-22,9	-20,3
Piauí	0,5	5,6	-3,9	-22,8	-20,0
Alagoas	0,1	3,7	-8,7	-25,9	-19,4
Rondônia	-0,3	2,3	-26,2	-41,5	-18,7
Pernambuco	4,0	1,5	-5,4	-23,5	-16,3
Pará	7,8	9,5	-2,9	-16,2	-16,1
Acre	7,2	8,4	-12,1	-25,9	-16,0
Sergipe	-1,8	0,1	-11,7	-25,8	-14,4
Rio Grande do Norte	-1,9	0,6	-6,9	-19,3	-14,3
Maranhão	2,6	2,6	-5,0	-18,4	-13,6
Amazonas	11,0	13,5	-5,5	-22,8	-12,4
Roraima	3,4	6,8	-6,4	-19,0	-9,6
São Paulo	1,6	5,4	6,1	-16,1	-8,3
Tocantins	7,3	11,7	3,5	-13,1	-7,6
Rio de Janeiro	3,0	5,6	-2,9	-16,5	-7,4
Goiás	0,1	2,6	-8,3	-21,0	-7,4
Espírito Santo	5,2	5,8	-4,1	-18,4	-7,3
Paraíba	8,1	11,8	0,1	-17,0	-5,1
Rio Grande do Sul	0,2	3,2	-6,2	-17,7	-3,1
Minas Gerais	-2,0	3,7	-1,1	-15,1	-1,2
Paraná	1,3	5,5	-0,1	-13,1	2,3
Mato Grosso do Sul	1,1	4,7	-2,3	-12,6	2,8
Mato Grosso	2,6	9,4	2,1	-9,8	5,8
Santa Catarina	0,4	6,4	-5,4	-7,5	6,4
Brasil	1,4	4,7	-1,1	-17,1	-7,2

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Com base nos dados da Tabela 18 é possível observar que em 2020, vinte unidades federadas registraram queda nas vendas do varejo comum a partir de março, à exceção dos estados de São Paulo, Tocantins, Paraíba, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina. O Ceará se destaca por ter apresentado queda nas vendas em todo o período de janeiro a maio. Considerando o início das medidas de isolamento social adotadas em março, percebem-se os primeiros reflexos da crise no setor, quando o número de estados a registrar alta nas vendas caiu drasticamente para apenas quatro com outros vinte e três registrando queda. Contudo, em abril de 2020, todos os vinte e sete estados da federação apresentaram queda nas vendas do varejo comum, como resultado de fatores sazonais e especialmente como resultado da intensificação das medidas de restrição econômica adotadas. Em maio, o número de estados a registrar alta nas vendas passou a

ser de quatro revelando o início de uma recuperação nas vendas do varejo nesses estados, com outros vinte e três registrando baixa.

As maiores quedas nas vendas do varejo comum nacional foram registradas nos estados de Amapá (-37,0%); Ceará (-30,4%); Bahia (-20,8%); Distrito Federal (-20,3%) e Piauí (-20,0%) para fechar a lista dos cinco estados mais afetados. Os quatro estados que registraram alta nas vendas do varejo comum foram: Santa Catarina (+6,4%); Mato Grosso (+5,8%); Mato Grosso do Sul (+2,8%) e Paraná (+2,3%). Vale destacar que as vendas cearenses ocuparam a segunda colocação nacional em termos de queda, revelando o forte impacto das medidas de isolamento social adotadas.

A mesma análise pode ser feita em relação ao varejo ampliado. De fato, conforme a Tabela 19, em janeiro de 2020, um total de vinte e cinco estados registrou alta nas vendas e outros dois estados registraram baixa. Por sua vez, o número de estados a registrar alta caiu para dezoito e o número de estados a registrar queda aumentou para nove em fevereiro de 2020. Em março, apenas um estado apresentou variação positiva nas vendas do varejo ampliado e outros vinte e seis queda. Já nos meses de abril e maio do mesmo ano, todos os estados do país registraram queda nas vendas do varejo ampliado revelando os efeitos mais intensos das medidas de isolamento social em todo o país.

Tabela 19 – Evolução mensal da variação das vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – janeiro a maio/2020 (%)

Brasil e Unidade da Federação	2020				
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Amapá	15,6	1,8	-13,2	-43,1	-38,7
Ceará	3,8	-2,0	-11,7	-35,9	-31,3
Piauí	2,5	-2,6	-13,9	-35,8	-31,0
Bahia	0,9	-2,0	-13,8	-34,1	-27,2
Pernambuco	4,4	-0,3	-8,8	-33,4	-24,0
Pará	10,6	8,5	-1,6	-21,4	-22,8
Alagoas	4,2	2,3	-3,5	-30,1	-22,4
Acre	5,5	7,7	-14,8	-29,7	-21,9
Maranhão	0,1	-1,3	-10,0	-24,6	-21,1
Distrito Federal	5,3	2,3	-11,8	-29,0	-20,8
Sergipe	-1,6	-0,9	-18,0	-29,9	-19,3
São Paulo	4,1	3,8	-3,5	-30,7	-18,5
Rio Grande do Norte	-0,3	-3,0	-9,0	-26,8	-18,2
Rio de Janeiro	1,1	3,5	-5,0	-28,1	-17,4
Amazonas	9,8	9,2	-7,3	-32,2	-17,0
Rondônia	6,9	3,9	-20,2	-35,7	-15,1
Espírito Santo	7,9	6,0	-0,5	-28,4	-13,4
Paraíba	8,2	7,9	-6,0	-28,2	-12,9
Goiás	4,4	-0,7	-5,3	-25,0	-11,9
Roraima	7,1	9,7	-3,5	-16,8	-11,7
Tocantins	10,8	9,4	3,4	-15,1	-9,1
Rio Grande do Sul	1,0	-0,4	-13,6	-27,8	-8,4
Minas Gerais	1,8	2,4	-2,6	-19,8	-5,5
Santa Catarina	6,1	5,7	-12,5	-19,8	-4,4
Mato Grosso	2,1	8,8	-4,4	-16,7	-4,2
Paraná	2,6	4,1	-5,2	-23,6	-3,3
Mato Grosso do Sul	0,3	0,7	-5,5	-15,9	-1,5
Brasil	3,5	3,0	-6,4	-27,4	-14,9

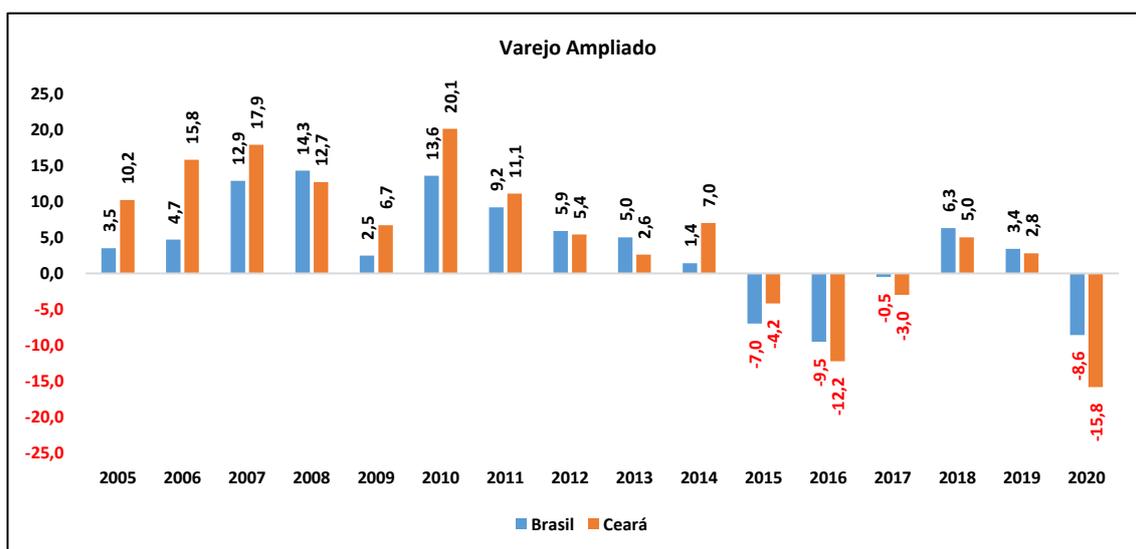
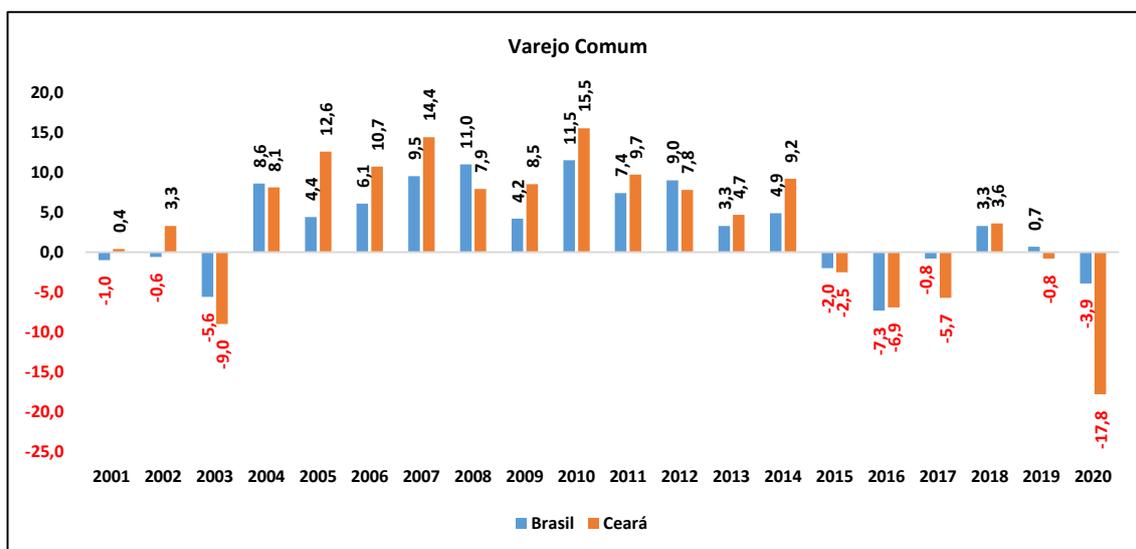
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Os estados que registraram as maiores quedas nas vendas do varejo ampliado em maio de 2020 foram: Amapá (-38,7%); Ceará (-31,3%); Piauí (-31,0%); Bahia (-27,2%) e Pernambuco (-24,0%), apenas para listar as cinco maiores. Novamente, o estado do Ceará apareceu na segunda colocação das maiores quedas registradas no mês de maio de 2020.

2.2.4.1. Evolução das Vendas Anuais do Varejo Comum e Ampliado

A partir dos dados contidos no Gráfico 27 é possível conhecer evolução da variação das vendas do varejo comum e ampliado nacional e cearense para o acumulado do ano até maio para vários anos selecionados.

Gráfico 27 – Evolução da variação das vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – acumulado do ano até maio/Anos selecionados (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Como consequência da dinâmica mensal nas vendas do varejo comum e ampliado, o Brasil registrou queda acumulada até maio de 2020 de 3,9% para o varejo comum e de 8,6% para o varejo ampliado. Vale destacar que até março, o varejo comum nacional acumulava alta de 1,6% no varejo comum e estabilidade no varejo ampliado.

Por outro lado, o estado do Ceará revelou maior sensibilidade as medidas de isolamento e de restrição da atividade econômica adotadas acumulando até maio de 2020, queda de 17,8% no varejo comum e de 15,8% no varejo ampliado. Vale destacar que até março de 2020, o varejo comum cearense havia acumulado uma queda de 7,0% e o varejo

ampliado queda de apenas 2,8%, todos comparados ao mesmo período do ano anterior, revelando os efeitos do resultado dos meses de abril e maio sobre a variação acumulada no ano.

Vale destacar ainda que a queda registrada nas vendas do varejo estadual comum e ampliado para o acumulado até maio de 2020 foi a maior para o período em ambas as pesquisas. Para se ter uma ideia, a maior queda no varejo comum até maio, registrada até então, tinha ocorrido no ano de 2003 (-9,0%), depois nos anos de 2016 (-6,9%) e 2017 (-5,7%). Já no varejo ampliado estadual a maior queda até então observada havia ocorrido no ano de 2016 (-12,2%), seguida dos anos de 2015 (-4,2%) e 2017 (-3,0%), mas nada comparado em magnitude.

Pela análise da Tabela 20 é possível saber quantos estados registraram alta e quantos estados registraram baixa nas vendas do varejo comum para o acumulado do ano até maio nos últimos cinco anos.

Tabela 20 – Evolução da variação das vendas do varejo comum – Brasil e Estados – acumulado do ano até maio/2016 a 2020 (%)

Brasil e Unidade da Federação	2016	2017	2018	2019	2020
Ceará	-6,9	-5,7	3,6	-0,8	-17,8
Amapá	-21,2	1,8	-0,7	6,7	-17,4
Rondônia	-11,8	-1,9	7,4	1,1	-17,0
Bahia	-13,1	-3,4	-0,9	1,6	-11,1
Sergipe	-13,8	-7,9	0,0	-0,9	-10,8
Alagoas	-9,4	6,5	0,8	-2,7	-10,1
Distrito Federal	-11,3	-8,9	-0,6	-1,2	-8,4
Rio Grande do Norte	-9,5	-2,0	10,3	-1,1	-8,3
Piauí	-7,4	-6,0	4,1	-6,6	-8,2
Acre	-10,8	-2,6	9,4	6,4	-8,0
Pernambuco	-11,7	2,7	-0,7	-1,1	-8,0
Goiás	-10,4	-9,9	-2,8	1,4	-6,8
Maranhão	-7,2	1,2	6,2	1,1	-6,4
Roraima	-3,0	-9,1	11,4	1,1	-5,3
Rio Grande do Sul	-6,6	2,7	7,6	3,0	-4,8
Espírito Santo	-10,7	-8,9	8,1	7,6	-4,0
Pará	-10,6	-6,7	7,5	4,0	-3,8
Rio de Janeiro	-8,5	-3,7	1,7	-1,3	-3,7
Amazonas	-12,7	4,6	8,7	0,8	-3,6
Minas Gerais	-1,3	3,3	2,8	-2,5	-3,2
São Paulo	-6,1	-1,6	2,7	1,4	-2,4
Mato Grosso do Sul	-6,0	-1,8	-1,0	2,1	-1,2
Paraná	-7,7	1,6	3,0	-2,0	-0,9
Paraíba	-3,6	0,9	0,8	-5,9	-0,5
Tocantins	-8,7	-4,3	9,3	4,2	-0,3
Santa Catarina	-9,3	13,0	10,0	6,9	0,0
Mato Grosso	-7,9	1,0	2,6	3,8	2,0
Brasil	-7,3	-0,8	3,3	0,7	-3,9

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2016, ainda como consequência do agravamento da crise macroeconômica instalada no país desde 2014, todos os vinte e sete estados da federação registraram queda nas vendas do varejo comum no acumulado até maio do referido ano, fazendo com que as vendas do varejo nacional acumulassem queda de 7,3% naquele ano. Em 2017, o número de estados a registrar queda no varejo comum caiu para dezesseis e o número de estados a registrar alta passou a ser de onze estados, com o varejo nacional acumulando leve queda de 0,8% no período.

Em 2018, a recuperação parecia mais consistente, com apenas seis estados registrando queda acumulada até maio, um estado estabilidade e outros vinte estados alta nas vendas do varejo comum, com o varejo comum nacional passando a registrar alta acumulada de 3,3% no mesmo período. Em 2019, primeiro ano do novo presidente eleito,

o varejo comum nacional voltou a apresentar problemas, com onze estados registrando queda e outros dezesseis estados registrando alta nas vendas do varejo comum, resultando em alta acumulada até maio no varejo comum nacional de apenas 0,7%.

Em 2020, apenas um estado registrou crescimento nas vendas acumuladas do varejo comum até maio e outros vinte e seis queda, resultando numa queda acumulada do varejo comum nacional de 3,9% no período, revelando um retrocesso após dois anos consecutivos de alta. As maiores quedas registradas no acumulado até maio de 2020 nas vendas do varejo comum nacional ocorreram nos estados do Ceará (-17,8%); Amapá (-17,4%); Rondônia (-17,0%); Bahia (-11,1%) e Sergipe (-10,8%).

A partir da Tabela 21 é possível fazer a mesma análise considerando o desempenho do varejo ampliado para o acumulado do ano até maio fazendo uma análise para os últimos cinco anos.

Tabela 21 – Evolução da variação das vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – acumulado do ano até maio/2016 a 2020 (%)

Brasil e Unidade da Federação	2016	2017	2018	2019	2020
Piauí	-8,6	-6,0	6,4	-1,4	-16,1
Amapá	-19,6	1,9	5,1	8,7	-16,0
Ceará	-12,2	-3,0	5,0	2,8	-15,8
Bahia	-12,5	-2,7	3,1	-0,3	-15,3
Sergipe	-16,3	-4,6	3,9	0,7	-14,0
Pernambuco	-15,7	1,4	2,1	1,2	-12,5
Rondônia	-6,4	-10,8	13,7	2,1	-12,1
Maranhão	-15,8	3,1	6,7	1,3	-11,4
Rio Grande do Norte	-10,2	-5,1	7,9	0,2	-11,4
Acre	-11,2	-2,0	11,3	2,8	-11,1
Distrito Federal	-14,7	1,0	-0,6	2,0	-11,0
Alagoas	-11,5	4,2	2,9	-0,4	-10,1
Rio Grande do Sul	-11,8	7,4	8,2	4,5	-10,0
São Paulo	-5,8	-2,7	7,1	5,5	-9,3
Rio de Janeiro	-12,0	0,2	2,0	0,2	-9,2
Amazonas	-13,6	5,5	13,8	3,1	-7,7
Goiás	-14,9	-10,6	0,6	3,6	-7,7
Paraíba	-8,1	1,9	4,5	-3,9	-6,2
Espírito Santo	-18,9	-1,5	16,4	7,7	-5,9
Pará	-12,4	-3,8	7,9	4,7	-5,6
Paraná	-8,7	0,2	4,6	2,2	-5,2
Santa Catarina	-11,8	11,4	14,2	8,0	-5,1
Minas Gerais	-5,1	-1,0	5,5	-0,1	-4,8
Mato Grosso do Sul	-7,4	-3,7	2,4	3,6	-4,3
Roraima	-4,0	-2,8	13,6	2,6	-3,6
Mato Grosso	-10,0	2,3	9,8	6,8	-3,1
Tocantins	-14,9	1,8	12,0	5,7	-0,7
Brasil	-9,5	-0,5	6,3	3,4	-8,6

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2016, também todos os vinte e sete estados registraram queda nas vendas do varejo ampliado para o acumulado até maio do referido ano novamente como resultado da progressão da crise econômica e política instalada no País iniciada em 2014, fazendo com que a queda no varejo nacional acumulasse a marca de 9,5% até maio daquele ano. Em 2017, o número de estados que registraram queda caiu para catorze e o número de estados que registraram alta passou a ser de treze estados, resultado do início de uma recuperação com o varejo nacional ainda registrando queda acumulada até maio de 0,5%.

Já, em 2018, a recuperação nas vendas ampliadas parecia mais sustentável, com vinte e seis estados tendo registrado alta nas vendas do varejo ampliado no período e com o varejo ampliado nacional acumulando alta de 6,3% na mesma comparação.

Em 2019, o varejo voltou a apresentar alguns problemas com cinco estados registrando baixa e outros vinte e dois alta nas vendas até maio, com o varejo ampliado nacional acumulando alta de 3,4% até maio do mesmo ano.

Por fim, no acumulado até maio de 2020, todos os estados voltaram a registrar queda nas vendas do varejo ampliado, mesmo padrão já observado em 2016, com o varejo nacional acumulando queda de 8,6%, superior a queda acumulada observada no varejo comum, revelando que as medidas de isolamento social acertaram em cheio as vendas das atividades de materiais de construção e de veículos.

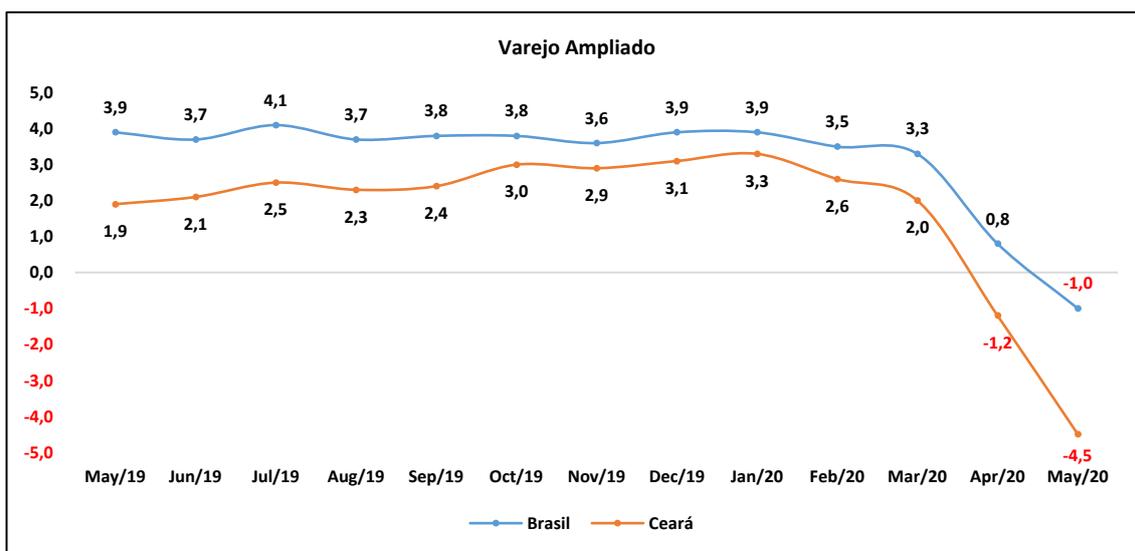
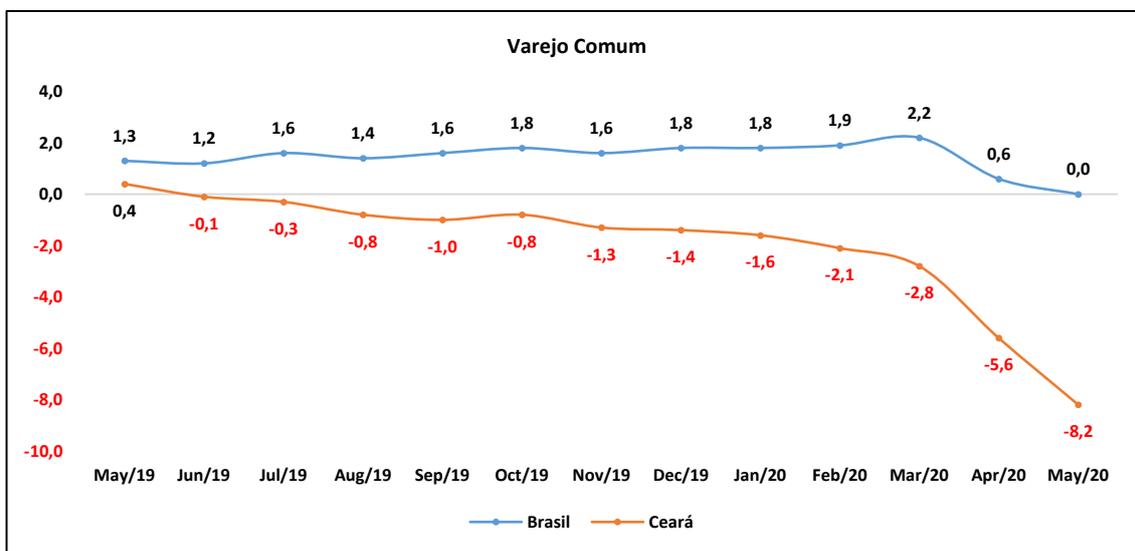
Os estados que apresentaram as maiores quedas nas vendas do varejo ampliado no acumulado até maio de 2020 foram: Piauí (-16,1%); Amapá (-16,0%); Ceará (-15,8%); Bahia (-15,3%) e Sergipe (-14,0%).

2.2.4.2. Trajetória das Vendas do Varejo Comum e Ampliado Brasileiro e Cearense

Os efeitos das medidas de isolamento social sobre as vendas do varejo comum e ampliado nacional e cearense são facilmente perceptíveis a partir da observação da trajetória da variação das vendas acumuladas em 12 meses disponíveis no Gráfico 28.

Nota-se que até março de 2020, o varejo comum nacional acumulava alta em 12 meses de 2,2%, passando a registrar uma trajetória de forte desaceleração nos meses de abril e maio do mesmo ano. Pela análise do referido gráfico é possível notar que o varejo comum cearense já vinha apresentando problemas desde o início do ano, que se intensificaram com as medidas de isolamento social, passando a registrar forte retração nas vendas, saindo de uma queda acumulada de 2,8% até março de 2020, para uma queda acumulada de 8,2% até maio de 2020, bem acima daquela registrada pelo varejo nacional.

Gráfico 28 – Evolução da variação das vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – acumulado de 12 meses/2019 e 2020 (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

O mesmo pode ser observado para as vendas do varejo ampliado quando o acumulado de 12 meses do varejo nacional passou de um crescimento de 3,3% até março de 2020, para uma queda acumulada de 1,0% até maio do mesmo ano. O varejo ampliado cearense apresentou maior sensibilidade às medidas de restrição adotadas, saindo de uma alta acumulada em 12 meses de 2,0% até março, para uma queda acumulada em 12 meses até maio de 4,5%, mais de quatro vezes superior à registrada pelo varejo nacional.

2.2.4.3. Evolução das Vendas do Varejo por Atividades

Após analisar a dinâmica do índice geral do varejo comum e ampliado nacional e cearense cabe uma análise mais detalhada para as principais atividades que formam este importante setor da economia estadual.

Pela observação dos dados contidos na Tabela 22 é possível conhecer a variação mensal do volume de vendas do comércio varejista por atividades no Brasil e no Ceará para os meses de janeiro a maio de 2020.

Em janeiro de 2020, das treze atividades analisadas, o Brasil registrou nove com variação positiva e o Ceará sete. Enquanto isso, em fevereiro, o Brasil manteve o número de atividades registrando crescimento e o Ceará reduziu este número para apenas três (Livros, jornais, revistas e papelaria; Material de construção e Eletrodomésticos). Vale destacar que estas três atividades registraram também bom desempenho nas vendas de janeiro comparado ao mesmo mês do ano passado.

No mês março, quando as primeiras medidas de isolamento social e de restrição de atividades econômicas começaram a entrar em vigor, o varejo nacional teve apenas três atividades com variação positiva (Hipermercados e supermercados; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo). Este resultado já era esperado pois foram exatamente essas atividades que estavam com atendimento presencial permitido, por serem consideradas atividades essenciais.

No mesmo mês, apenas a atividade de Hipermercados e supermercados registrou crescimento no varejo cearense. Vale destacar que a venda cearense de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, mesmo com atendimento presencial permitido por decreto governamental, registrou a terceira queda sucessiva no ano até março de 2020.

Tabela 22 - Variação mensal do volume de vendas do comércio varejista por atividades - Brasil e Ceará - janeiro a maio/2020 (%)

Atividades	Brasil					Ceará				
	jan	fev	mar	abr	mai	jan	Fev	mar	abr	mai
Livros, jornais, revistas e papelaria	3,6	-7,5	-33,6	-70,3	-67,1	11,2	20,9	-44,1	-94,0	-95,6
Tecidos, vestuário e calçados	2,6	0,8	-39,7	-80,8	-62,5	5,9	-9,5	-45,8	-95,4	-90,0
Eletrodomésticos	11,8	12,1	-12,4	-33,3	-4,1	6,6	1,4	-35,6	-82,0	-73,8
Móveis e eletrodomésticos	11,0	11,8	-12,2	-35,7	-7,1	-0,4	-4,2	-41,7	-85,1	-72,5
Móveis	9,8	7,7	-10,8	-40,7	-13,3	-7,9	-9,7	-48,2	-89,3	-69,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,6	8,7	-18,0	-45,2	-18,9	4,5	-4,9	-28,0	-60,1	-54,8
Material de construção	2,3	-1,9	-7,5	-21,1	-5,2	20,5	18,8	-7,5	-49,1	-49,7
Combustíveis e lubrificantes	-0,6	0,4	-9,9	-25,3	-21,5	3,7	-2,8	-20,3	-42,7	-39,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-6,7	-12,8	-23,2	-45,6	-38,2	-12,4	-1,2	-11,1	-48,3	-29,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	9,9	0,0	-21,2	-58,1	-39,1	14,8	-1,0	-1,3	-34,4	-27,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,1	7,8	12,0	-9,8	-2,6	-4,9	-5,2	-6,0	-19,6	-9,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,7	4,0	11,0	4,7	9,4	-7,3	-4,1	-0,7	2,5	5,0
Hipermercados e supermercados	-3,0	4,1	12,0	5,8	10,9	-4,5	-1,8	2,1	6,3	8,1

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Em abril, quando as medidas de isolamento social e de restrição às atividades econômicas tornaram-se mais rígidas no país e no estado, apenas duas atividades apresentaram variação positiva no varejo nacional (Hipermercados e supermercados e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo) explicado pelo fato da população direcionar sua renda, bastante afetada pelo desemprego, para as atividades essenciais. Desta vez, nem a atividade de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos nacional conseguiu escapar da retração nas vendas com tombo de 9,8%.

No varejo cearense, também apenas as atividades de Hipermercados e supermercados e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo obtiveram êxito. A atividade de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de

perfumaria e cosméticos, com seu atendimento presencial permitido, também registrou sua maior queda no ano (-19,6%), passando a fazer parte do grupo de atividades afetadas pelas medidas adotadas no combate do novo coronavírus.

Em maio, as atividades que registraram crescimento foram as mesmas de abril, mas com resultados positivos superiores especialmente no Brasil. No citado mês, as vendas cearenses de Hipermercados e supermercados (+8,1%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (5,0%) apresentaram bons desempenhos. Por outro lado, as maiores quedas registradas ocorreram nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (-95,6%); tecidos, vestuário e calçados (-90,0%); eletrodomésticos (-73,8%); móveis e eletrodomésticos (-72,5%) e móveis (-69,9%) resultados muito negativos para um único mês.

Diante desses números fica bastante claro que, com a crise, os indivíduos alocaram da maneira mais racional possível seus rendimentos, direcionando-os principalmente para a aquisição de produtos básicos. Além disso, a maior permanência dentro das residências alterou bastante o comportamento de consumo das famílias, os indivíduos passaram a gastar quase toda renda disponível na compra de produtos alimentícios, pois não havia tanta necessidade de adquirir outros tipos de produtos, dado que na consciência geral este momento irá passar e a aquisição de produtos, como livros, vestuário, calçados, móveis, eletrodomésticos etc., poderá ser realizada em um momento futuro. A restrição de atividades a exemplo da construção civil fez com que a venda de materiais de construção registrasse uma queda expressiva nos meses de abril e maio de 2020. O isolamento social também fez com que as famílias reduzissem bastante o uso do transporte privado, afetando fortemente as vendas de combustíveis e lubrificantes no mesmo período.

Por fim, com base nos dados apresentados na Tabela 23 é possível conhecer os impactos das medidas adotadas sobre o desempenho das vendas acumuladas até maio do varejo nacional e cearense comparando com os resultados obtidos nos últimos cinco anos.

Nota-se que das treze atividades estudadas, apenas uma registrou crescimento nas vendas do varejo nacional e nenhuma nas vendas do varejo cearense no acumulado até maio no ano de 2016, como reflexo do agravamento da crise política e macroeconômica da época.

Tabela 23 - Variação anual do volume de vendas do comércio varejista por atividades - Acumulado do ano até maio/2016 a 2020 (%)

Atividades	Brasil					Ceará				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Tecidos, vestuário e calçados	-12,7	6,0	-2,9	-0,4	-37,5	-2,0	-2,2	-2,3	3,7	-47,1
Móveis	-12,5	-6,6	-3,8	4,3	-9,3	-3,0	-31,9	3,6	-1,2	-45,7
Móveis e eletrodomésticos	-15,4	4,6	0,6	0,0	-6,2	-16,1	-18,9	2,1	15,2	-43,9
Eletrodomésticos	-16,7	7,3	4,0	-1,5	-4,9	-24,5	-9,4	2,6	30,3	-42,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-13,0	-1,9	7,8	5,5	-13,5	-16,2	3,0	13,0	-1,5	-29,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,9	-4,3	-8,4	-27,1	-27,2	-26,6	-20,9	-8,0	-13,0	-23,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-15,8	-3,8	-0,1	1,7	-25,3	-20,7	17,5	15,9	-13,3	-21,2
Combustíveis e lubrificantes	-10,0	-4,2	-4,9	-0,2	-11,6	-4,4	-24,5	-3,6	-5,3	-20,0
Material de construção	-13,6	4,2	4,8	5,3	-6,7	-28,4	15,4	-5,2	12,5	-15,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	-13,5	-6,0	17,8	11,1	-22,5	-20,7	-2,0	13,2	10,7	-10,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	0,7	-1,6	5,9	6,5	2,9	-1,9	8,2	0,9	3,9	-9,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,7	-0,9	5,6	-0,5	5,2	-3,0	-3,1	4,8	-4,7	-0,9
Hipermercados e supermercados	-3,6	-0,8	5,9	0,0	5,9	-2,2	-9,8	4,9	-7,0	2,1

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

No mesmo período de 2017, como reflexo do início da recuperação após quase três anos de crise, quatro atividades conseguiram apresentar variação positiva tanto no varejo nacional (Eletrodomésticos; Tecido, vestuário e calçados; Móveis e eletrodomésticos e Material de construção) quanto varejo estadual (Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; Material de construção; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; e Outros artigos de uso pessoal e doméstico).

Em 2018, quando a recuperação econômica estava mais robusta, um total de oito atividades passou a registrar crescimento, especialmente frente a uma baixa base de comparação. No varejo cearense, nove atividades apresentaram crescimento no mesmo período, puxado principalmente pelas vendas de Equipamentos e materiais para

escritório, informática e comunicação; Veículos, motocicletas, partes e peças e Outros artigos de uso pessoal e doméstico.

O acumulado até maio de 2019 começou com forte turbulência após a posse do novo Presidente da República, gerando ainda grandes incertezas nos mercados, fazendo com que apenas seis das treze atividades analisadas apresentassem crescimento tanto no varejo nacional quanto no varejo estadual. As atividades que apresentaram melhor desempenho nas vendas do varejo cearense no citado período foram: Eletrodomésticos; Móveis e eletrodomésticos; Material de construção e Veículos, motocicletas, partes e peças.

Por fim, no acumulado do ano até maio 2020, apenas três atividades apresentaram variação positiva no varejo nacional e apenas uma no varejo cearense. A única atividade que registrou crescimento nas vendas do varejo estadual foi Hipermercados e supermercados. Por outro lado, quedas anuais expressivas foram observadas nas vendas de Tecidos, vestuário e calçados (-47,1%); Móveis (-45,7%); Móveis e eletrodomésticos (-43,9%); eletrodomésticos (-42%), todas acima dos quarenta pontos percentuais. Outras atividades que também apresentaram quedas significativas foram: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-29,3%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-23,4%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-21,2%) e Combustíveis e lubrificantes (-20,0%), revelando que o varejo estadual passou a enfrentar um problema sem precedentes na sua história capturado pelas magnitudes de queda observadas.

Em suma, todas as atividades do varejo estadual foram afetadas pela pandemia do novo coronavírus, especialmente pela suspensão do funcionamento de várias atividades econômicas e do isolamento social imposto de forma mais ou menos restritiva nos vários municípios cearenses, que acabaram por alterar de forma sem precedentes o comportamento de consumo das famílias que passaram a destinar a maior parte da sua renda disponível para produtos básicos, especialmente os produtos alimentícios.

2.2.5. Turismo

Estimativas preliminares da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE) apontam que o setor turístico cearense perdeu cerca R\$ 1,4 bilhões em volume de receita direta e R\$ 2,4 bilhões na cadeia produtiva do setor no período que

compreende janeiro a maio de 2020, por conta da pandemia do novo coronavírus. Em termos de queda no faturamento isso equivale a uma redução de -29,7% em relação ao mesmo período do ano de 2019.

A Tabela 24, a seguir, apresenta outros resultados mais pormenorizados do setor. Pode-se observar que o fluxo turístico do Estado em termos de demanda turística caiu de 1.483.109 para 1.018.431, representando, em termos percentuais uma redução de -31,3%.

De forma mais específica, o fluxo de turistas estrangeiros teve uma queda ainda mais vertiginosa ao recuar de 148.311 para 61.106. Percentualmente, essa queda representa -58,8% a menos, relativamente ao mesmo período de 2019.

No caso da demanda hoteleira de Fortaleza houve uma redução de -32,7% com queda, em termos absolutos, de 269.658 visitantes. A taxa de ocupação da rede hoteleira, por sua vez, de janeiro a maio de 2019, era de pouco mais de 74%. Nesse mesmo período do ano de 2020 essa mesma taxa de ocupação era de apenas 45%.

Tabela 24: Acumulado no Período Janeiro a Maio de 2019/2020

Agregados	Período		Redução	Var (%)
	2019	2020		
Demanda Turística para Ceara	1.483.109	1.018.431	464.678	-31,3
. Nacional	1.334.798	957.325	377.473	-28,3
. Internacional	148.311	61.106	87.205	-58,8
Demanda Hoteleira de Fortaleza	824.190	554.532	269.658	-32,7
Taxa de ocupação hoteleira (%)	74,3	45,4	28,9	-38,9
Receita Turística Direta (R\$ milhões)	4.694,5	3.309,9	1.384,6	-29,5
Renda Gerada (R\$ milhões)	8.215,3	5.792,3	2.423,0	-29,5
Movimento no Aeroporto (mil Pax)	2.915.152	1.671.860	1.243.292	-42,6

Fonte: SETUR/CE. Elaboração: SETUR/CE.

Nota: a) 2020 (dados estimados); a) A receita é obtida pelo produto entre gasto *per capita* e demanda turística via Fortaleza, e b) O multiplicador dos gastos turísticos utilizado foi 1,75 para calcular a renda gerada.

Em termos de magnitude, as projeções iniciais realizada pela SETUR/CE em janeiro de 2020, sem considerar a pandemia do Covid-19, era de uma demanda turística de 1.786.568 no primeiro semestre do ano com geração de receita direta de R\$ 5.8 bilhões e crescimento de 6,2% em comparação ao mesmo período de 2019.

Os dados da Tabela 25 mostram que os resultados negativos começaram a aparecer a partir de março de 2020, mediante a intensificação das medidas de isolamento

social como forma de controle da pandemia do novo coronavírus. No acumulado até maio de 2020 pode-se observar uma redução drástica na demanda turística no Ceará ao apresentar queda de -31,3% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Ademais, os resultados mês a mês permitem observar que a redução da movimentação foi, de fato, se tornando ainda mais intensa a partir de março, com queda de -36,4%, e em abril e maio quedas ainda mais intensas de, aproximadamente, -95% e -94%, respectivamente.

Tabela 25: Agregados Turísticos do Ceará: 2019/2020

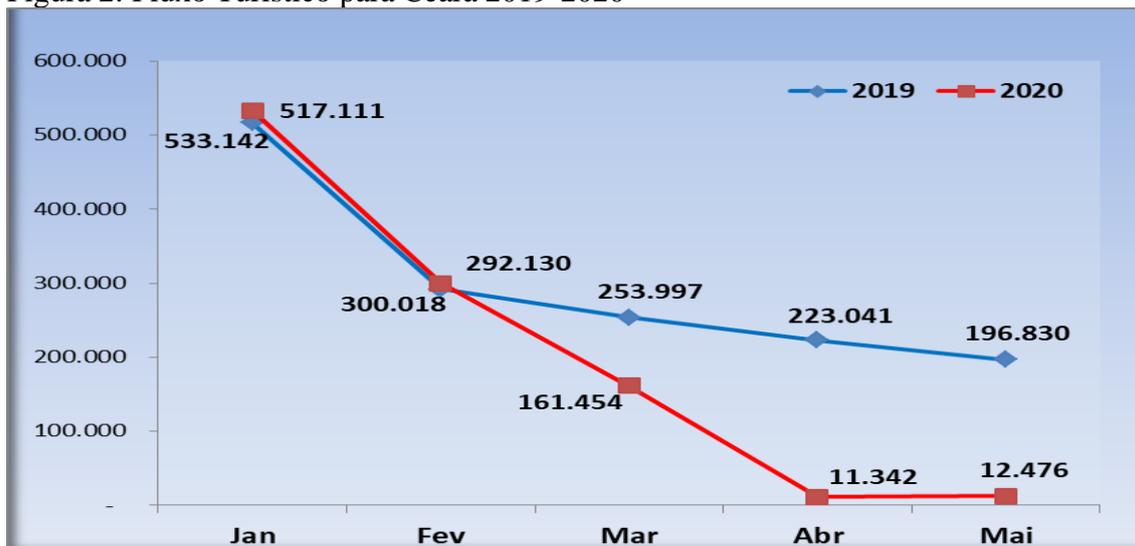
Meses	Demanda e Oferta Hoteleira de Fortaleza						Demanda Turística			Movimentação de Passageiros no Aeroporto For	
	Demanda Hoteleira			Taxa de ocupação (%)							
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var(%)	2019	2020
Jan	276.597	283.512	2,5	86,90	88,60	2,0	517.111	533.142	3,1	738.746	700.923
Fev	161.984	65.224	2,0	76,70	77,90	1,6	292.130	300.018	2,7	558.393	557.005
Mar	140.635	85.787	-39,0	72,30	51,60	-28,6	253.997	161.454	-36,4	578.751	363.328
Abr	128.157	9.612	-92,5	69,90	3,81	-94,5	223.041	11.342	-94,9	531.664	21.722
Mai	16.817	10.397	-91,1	65,80	5,30	-91,9	196.830	12.476	-93,7	507.598	28.882
Total	824.190	554.532	-32,7	74,3	45,4	-38,9	1.483.109	1.018.431	-31,3	2.915.152	1.671.860

Fonte: SETUR/CE. Elaboração: SETUR/CE. (2020 dados estimados)

Nessa mesma perspectiva, a Figura 2, abaixo, apresenta o fluxo turístico para dados de janeiro a maio dos anos de 2019 e de 2020. Em primeiro lugar, é preciso destacar que fatores sazonais levam a uma redução do fluxo turístico a partir de fevereiro e nos meses subsequentes.

Adicionalmente, quando se observa o fluxo turístico do Estado nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, quando comparado aos meses de janeiro e fevereiro de 2019, a tendência era que a demanda turística, não obstante a queda sazonal, apresentasse uma tendência de alta no período pré-pandemia. De fato, a demanda turística no mês de janeiro de 2020, caracterizado por ser de alta estação, havia apresentado crescimento de 3,1% quando comparado com janeiro de 2019. Esse efeito também é observado quando se compara fevereiro de 2020 com o mesmo período do ano anterior quando se registrou uma expansão de 2,7% da demanda.

Figura 2: Fluxo Turístico para Ceará 2019-2020



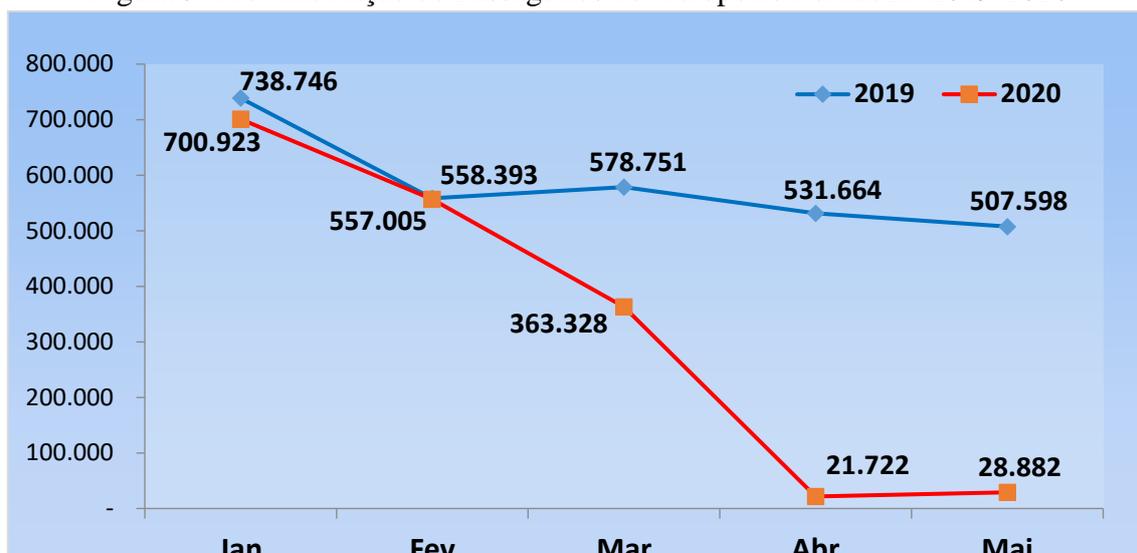
Fonte: SETUR/CE. Elaboração: SETUR/CE.

Por sua vez, a Figura 3 apresenta os dados da movimentação de passageiros no Aeroporto de Fortaleza com base nos dados da Tabela 25. Segundo informações da Fraport, a queda no acumulado de janeiro a maio de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019, foi de -42,6%.

Como pode ser observado, a redução na movimentação de passageiros começou a ocorrer a partir de março quando houve recuo de 36,4%. Por outro lado, os dados revelam que nos meses de abril e maio a movimentação foi de apenas 21.722 e 28.882 passageiros, respectivamente, representando um recuo de, aproximadamente, 96% e 94% relativamente aos mesmos meses de 2019.

Para se ter uma dimensão do que representa esse recuo, o Aeroporto de Fortaleza normalmente recebia, em média, 21 mil passageiros diários (entre chegadas e partidas), mas durante os meses de abril e maio de 2020 a média foi de somente 790 passageiros e 8 voos de origem doméstica.

Figura 3: Movimentação de Passageiros no Aeroporto Fortaleza: 2019-2020



Fonte: FRAPORT. Elaboração: SETUR/CE.

De forma mais ampla, a Tabela 26 apresenta a movimentação de passageiros e aeronaves em dez aeroportos regionais do Estado do Ceará para o acumulado de janeiro a maio dos anos de 2019 e 2020. Como pode ser observado, a queda mais intensa acontece em Campos Sales com recuo tanto de passageiros como de aeronaves em, aproximadamente, 85%.

Tabela 26: Movimentação Passageiros Aeroportos Regionais: janeiro a maio 2019/2020

Aeroportos	Passageiros			Aeronaves		
	2019	2020	Var. (%)	2019	2020	Var. (%)
Jericoacara	45.729	43.703	-4,43	601	711	18,30
Canoa Quebrada	1.606	1.224	-23,79	284	215	-24,30
Sobral	1.462	796	-45,55	369	349	-5,42
Iguatu	854	645	-24,47	350	226	-35,43
São Benedito	511	240	-53,03	177	101	-42,94
Crateús	269	171	-36,43	76	57	-25,00
Tauá	121	152	25,62	40	68	70,00
Quixadá	149	38	-74,5	168	68	-59,52
Camocim	140	92	-34,29	105	74	-29,52
Campos Sales	90	14	-84,44	28	4	-85,71
Total	50.931	47.075	-7,57	2.198	1.873	-14,79

Fonte: Superintendência de Obras Hidráulicas. Elaboração: SETUR/CE.

No entanto, deve-se destacar que tanto o movimento de passageiros como o de aeronaves no aeroporto de Tauá registraram crescimento no período. As aeronaves,

por exemplo, elevaram o seu fluxo em 70%. Ademais, no caso das aeronaves no aeroporto de Jericoacoara esse crescimento foi de 18% tendo o número de passageiros recuado em apenas 4,4%.

Mas deve-se destacar que quando se compara esses fluxos de passageiros desses aeroportos menores da Tabela 26 com os dados da Tabela 25, do aeroporto de Fortaleza, o cômputo daqueles não representa nem 2% desse último. O importante a ser observado é que, com exceção de dois deles, ocorre quedas tanto no fluxo de passageiros como no número de aeronaves no período da pandemia do Covid-19 quando comparado ao período do ano anterior.

2.2.6. Comércio Exterior

A crise causada pela pandemia do novo coronavírus afetou o comportamento das pessoas, bem como a oferta e demanda de bens e serviços em todo o mundo. O fato dessa crise estar associada a questão de saúde, leva a crer que essa situação se seguirá até a descoberta de uma vacina contra o vírus, levando a um cenário de incertezas do mercado mundial de bens e serviços. O cenário de incerteza, decorrente da pandemia, tem ocasionado várias tomadas de decisões dos governantes de todo o mundo; assim como no comportamento de mercado, afetando os preços das commodities que, em geral, vêm registrando queda de preço desde o começo do ano de 2020.

2.2.6.1. Preços das Commodities e Câmbio

O isolamento social e as restrições de viagens afetaram a atividade de transporte bem como a produção industrial influenciando fortemente para a redução da demanda por combustível derivado de petróleo e para a queda da procura por carvão e gás natural, estes dois últimos em menor proporção. Dessa forma, observou-se queda de preço da commodity de energia, atingindo o menor índice de preço em março de 2020. Quando comparado o primeiro trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, houve queda de 21,4% na commodity de energia.

O preço das commodities agrícolas também registrou queda nos três primeiros meses de 2020, chegando ao menor nível no mês de março, com redução de 5,9%, comparado com janeiro de 2020. As três sub categorias que compõem o setor agrícola também apresentaram a mesma dinâmica de queda nos preços nesses meses. Essa queda foi uma resposta do próprio mercado ao aumento da oferta, devido à safra

favorável, e à redução da demanda, devido às restrições de isolamento social. Porém, quando comparado o primeiro trimestre de 2020 com 2019, verificou-se aumento do índice de preço, com variação de 3,1%. Ressalte-se que esses produtos foram os menos afetados pela crise causada pela COVID-19, conforme pode ser visto na Tabela 27.

Quanto aos preços dos fertilizantes, ao longo do primeiro trimestre de 2020 houve aumento devido à redução da produção desses bens na China. Porém, quando comparado com o mesmo período de 2019, verificou-se queda de 15,4% no índice de preços dessa commodity.

As commodities dos produtos metais e minerais foram as primeiras a sentirem o efeito da crise, registrando forte queda nos preços já em dezembro de 2019, devido à redução da demanda pela China. Nos três primeiros meses de 2020 os preços continuaram em queda chegando ao menor índice em março. Já as commodities de metais preciosos tiveram crescimento devido ao aumento da demanda por esses bens.

Tabela 27: Índice de preço das commodities (2010=100) – 2019 – 2020 (janeiro a março)

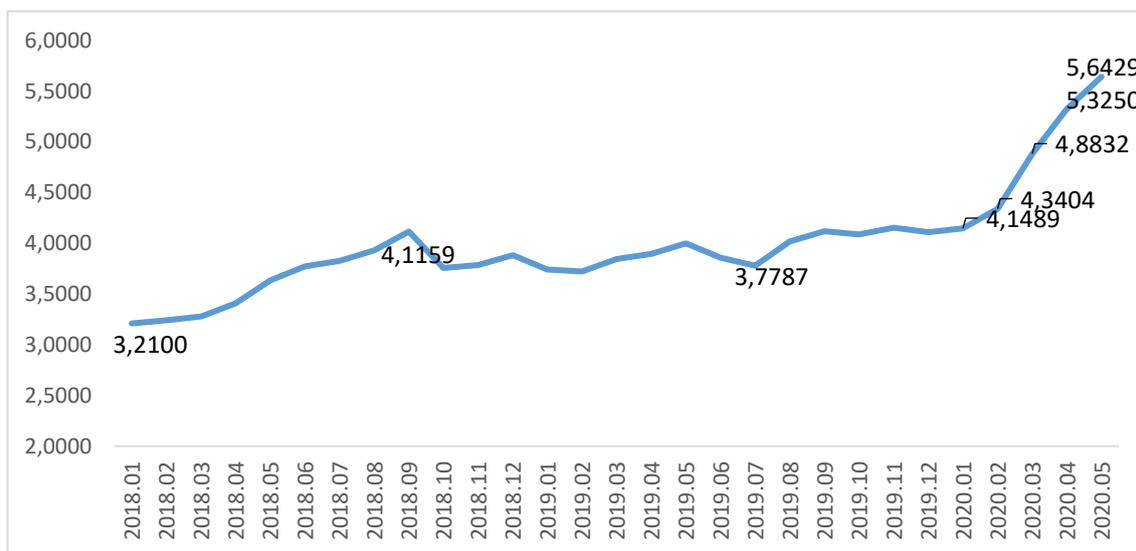
Commodities	1 trim 2019	2 trim 2019	3 trim 2019	4 trim 2019	jan/2 0	fev/2 0	mar/2 0	1 trim 2020
Energia	77,0	79,7	72,9	74,2	74,5	65,0	42,0	60,5
Não-Energia	82,1	82,1	80,5	82,0	84,5	81,4	78,4	81,4
Agricultura	83,4	83,3	81,6	84,9	88,6	86,1	83,4	86,0
Bebidas	74,0	75,4	75,7	79,5	80,6	79,5	76,4	78,8
Alimentos	86,9	86,3	85,3	89,5	93,9	90,5	88,1	90,8
Matéria prima	79,8	79,8	75,8	76,7	79,7	78,6	75,6	77,9
Fertilizantes	85,3	84,3	80,8	75,1	70,8	71,0	73,3	71,7
Metais e minerais	79,0	79,6	78,1	76,7	77,7	73,0	68,7	73,1
Metais preciosos	99,2	98,9	111,5	112,2	118,0	120,2	116,6	118,3

Fonte: International Bank for Reconstruction and Development/World Bank

A taxa de câmbio atingiu o maior valor nominal em maio de 2020 (R\$ 5,6429), reflexo da valorização do próprio dólar, mas também da incerteza econômica que o Brasil vem apresentando desde o final de 2019. (Gráfico 29). A pandemia agravou o estresse político e econômico, provocando maiores incertezas e, conseqüentemente, saída de dólar. Além disso, com a crise de saúde, muitas empresas estão com a produção suspensa, e assim não conseguem produzir para exportar, dificultando ainda mais a entrada de dólares no país. Pelo lado das importações, é possível que haja uma antecipação, por parte dos importadores, da compra do dólar diante das incertezas futuras.

Logicamente, o valor da taxa de câmbio tende a favorecer as exportações, mas com a crise da pandemia, a demanda externa apresenta-se mais reprimida. Com relação às importações, os produtos ficam mais caros, deixando as compras externas mais onerosas.

Gráfico 29: Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - compra – média – 2018 – maio /2020



Fonte: IPEADATA. Elaboração: IPECE

Uma maneira de tentar amenizar as flutuações do câmbio e favorecer as transações comerciais, foi a medida adotada pelo Banco Central do Brasil, no dia 16 de abril de 2020, que ampliou os prazos de contratos de câmbio relativos ao comércio exterior tendo em vista os potenciais efeitos da crise provocada pelo Covid19 (Circular Bacen N° 4.002). Com isso, o prazo máximo entre a contratação e a liquidação do contrato de câmbio de exportação passou de 750 dias para 1.500 dias, após o embarque da mercadoria ou após a prestação do serviço. Também ampliou o prazo para o pagamento antecipado de importação de 180 para 360 dias. A nova regra vale tanto para os contratos celebrados a partir de 20 de março de 2020, como para os contratos celebrados em data anterior, desde que com situação regular.

2.2.6.2. Medidas e Iniciativas Internacionais

Conforme documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que relata as iniciativas dos países para enfrentar os efeitos da crise da pandemia na circulação de bens e serviços entre países, pôde-se observar que nesse período, até o momento desta análise, as diretrizes e iniciativas do mercado internacional de bens mostram-se flexíveis

para a comercialização de bens agrícolas a fim de garantir a segurança alimentar global (Declaração de 23 países). Outra iniciativa a destacar foi a declaração do Grupo dos países que compõem o G20 que se comprometeram a: proteger os mais vulneráveis, com a expansão da fabricação de produtos essenciais e de combate à pandemia e compartilhar melhores práticas; assegurar o fluxo transfronteiriço de produtos médicos, agrícolas, dentre outros; evitar interrupções nas cadeias globais e no tráfego do comércio internacional; manter os mercados abertos e criar um ambiente de comércio e investimentos.

O documento da CNI também traz algumas medidas adotadas no Brasil para o enfrentamento da crise da pandemia, contemplando tanto questões de saúde como econômicas. Dentre as medidas adotadas destacam-se: proibir as exportações de produtos médicos de combate ao Covid-19; reduzir tarifas de importação de vários bens relacionados ao enfrentamento a doença; suspender temporariamente o licenciamento não automático de importação para produtos de saúde sob direito antidumping; Simplificar temporariamente o despacho aduaneiro de importações brasileiras para produtos de uso ao combate à Covid-19.

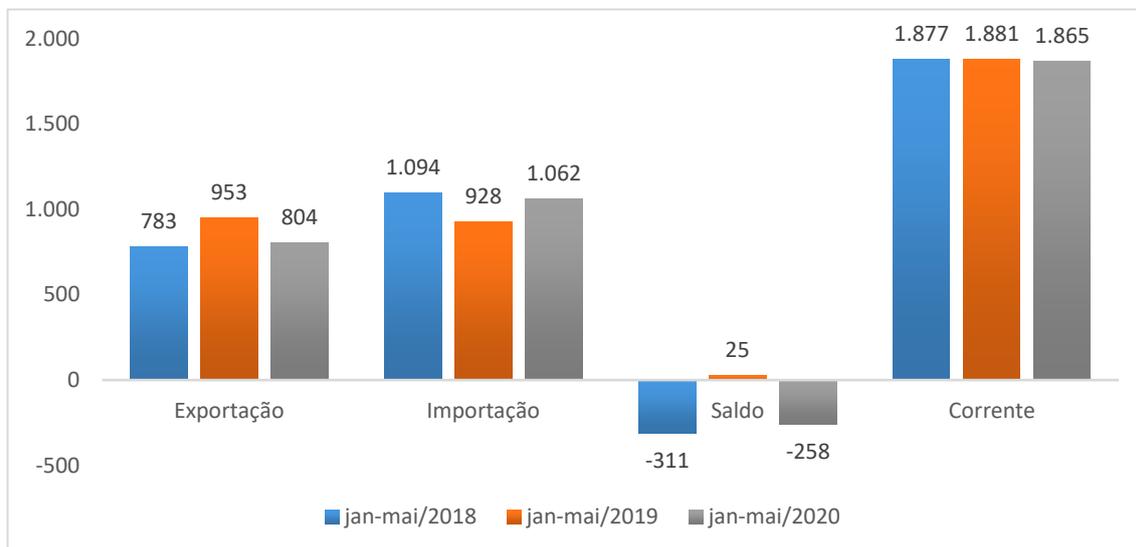
Outras medidas tomadas foram focadas em tributação por meio de decretos e medidas provisórias, tendo como principais objetivos: desonerar temporariamente o IPI sobre os bens necessários ao combate do Covid-19; prorrogar por mais um ano os atos concessórios de drawback com vencimento em 2020; dispensar as empresas exportadoras, instaladas em ZPE, de auferir e manter, no ano-calendário 2020, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

2.2.6.3. Balança Comercial do Ceará

No acumulado de janeiro a maio de 2020, o valor das exportações cearenses foi de US\$ 804 milhões, registrando queda de 15,7%, frente ao mesmo período de 2019, ficando, porém, um pouco acima do registrado em 2018. Por sua vez, as importações cearenses apresentaram crescimento de 14,4% nos primeiros cinco meses de 2020, atingindo o montante de US\$ 1,062 bilhão, valor superior ao observado no mesmo período de 2019, mas inferior ao ano de 2018. O saldo da balança comercial no acumulado foi negativo (US\$ - 258 milhões) tendo em vista o elevado valor das importações. Quanto

à corrente de comércio o valor foi de US\$ 1,865 bilhão, próximo do obtido nos mesmos períodos de 2018 e 2019 (Gráfico 30).

Gráfico 30: Balança Comercial Cearense (US\$ Milhões – FOB) – Valores acumulados de janeiro a maio – 2018 – 2019 - 2020



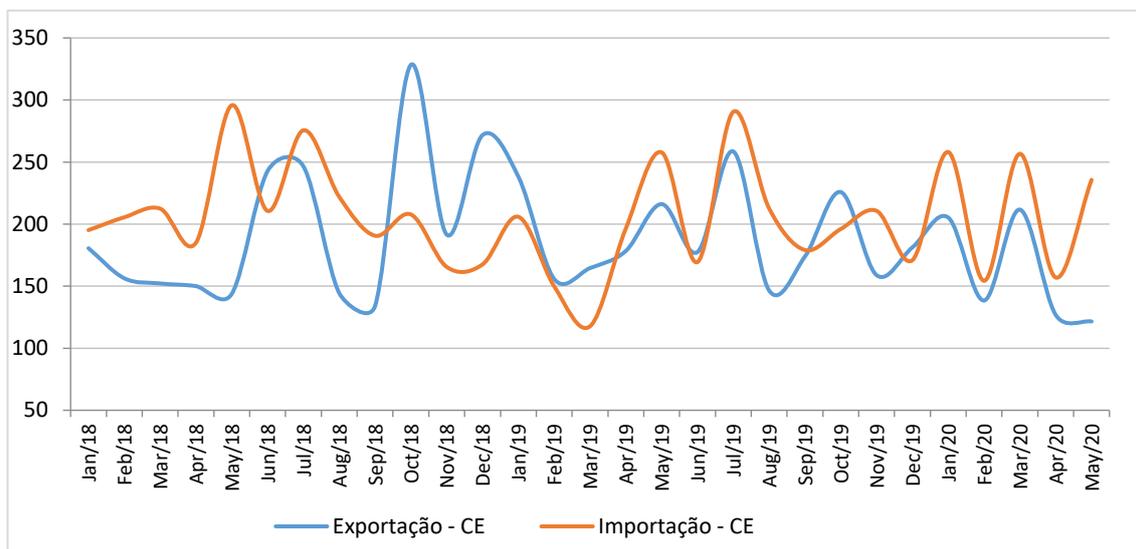
Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

Analisando-se a movimentação comercial mês a mês do Ceará, observou-se que os valores exportados de janeiro a maio de 2020 foram menores do que os mesmos meses de 2019. Dentro do ano de 2020, houve redução do valor exportado em fevereiro comparado com janeiro, mas em março voltou a crescer. No mês abril de 2020 o valor das exportações registrou forte queda (-40,1%), com relação a março do mesmo ano, puxada tanto pela redução das exportações do setor da indústria de transformação como do setor agropecuário. Em maio o valor das exportações foi o menor da série desde 2018. Esse desempenho das exportações mostra o impacto que as vendas externas cearenses sofreram nesses primeiros meses do ano diante da retração da demanda mundial, bem como a dificuldade das empresas cearenses de exportar, causada pela crise da pandemia. (Gráfico 31).

Com relação às importações, estas em abril tiveram queda com relação a março, influenciada pela redução nos três setores: indústria de transformação, agropecuária e indústria extrativa. Porém, em maio apresentou crescimento de 50%, relativamente ao mês imediatamente anterior.

Dessa forma, pode-se afirmar que o mês de abril foi o que mostrou maior intensidade na perda das transações comerciais no período de pandemia, sendo, portanto, o mês mais crítico do comércio exterior cearense nos últimos três anos.

Gráfico 31: Balança Comercial Cearense (US\$ Milhões – FOB) – Valores Mensais (Jan/2018 a Mai/2020)



Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

Ao detalhar as exportações cearenses por produtos, verificou-se que dos dez principais produtos da pauta, seis apresentaram queda no valor exportado, mesmo com o efeito da alta do dólar perante o real que vem sendo observada desde meados do ano passado.

A pauta de exportações cearenses continuou sendo liderada pelos Produtos Metalúrgicos, com valor de US\$ 432 milhões, respondendo por 53,8% do total exportado pelo Estado de janeiro a maio. Porém, as vendas externas desse grupo apresentaram redução de 15,9% no acumulado do período, com relação ao mesmo período de 2019. Dentro desse grupo, destaca-se “Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção transversal retangular”, representando 86%, o qual apresentou leve aumento da quantidade exportada, mas foi fortemente atingido pela queda de preço, conforme visto na tabela de índice de preço das commodities

A exportação de calçados já começou a sentir os efeitos da crise da pandemia mais fortemente, registrando queda de 35,6%, explicada pela contração da demanda externa. Máquinas e equipamentos (-13,1%), castanha de caju (-3,2%) também

apresentaram queda. O primeiro produto aumentou o quantum, mas sofreu com redução do valor; enquanto o segundo sofreu redução pela quantidade exportada.

As vendas externas de ceras vegetais (-38,7%) e couros e peles (-48,7%) também apresentaram queda no valor exportado, causada tanto pela redução de preço como pela a quantidade exportada.

O grande destaque positivo foi a expansão das exportações de frutas e produtos de alimentos e bebidas, com crescimento de 53,4% e 8,4%, respectivamente, de janeiro a maio de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019, apresentando aumento tanto na quantidade exportada como no valor. (Tabela 28).

Tabela 28: Principais produtos exportados pelo Ceará – janeiro a maio - 2019-2020

Descrição dos produtos	Jan-mai 2019		Jan-mai 2020		Var %
	US\$	Part %	US\$	Part %	
Produtos Metalúrgicos	513.513.367	53,89	432.089.662	53,76	-15,86
Calçados e suas partes	118.097.853	12,39	78.453.524	9,76	-33,57
Máquinas e equipamentos	82.327.495	8,64	71.559.353	8,90	-13,08
Castanha de caju, fresca ou seca	43.060.410	4,52	41.699.890	5,19	-3,16
Produtos Ind. de Alim. e Bebidas	32.162.686	3,38	34.854.776	4,34	8,37
Ceras Vegetais	38.697.039	4,06	23.733.561	2,95	-38,67
Frutas (Exceto Castanha de caju)	14.278.879	1,50	21.904.664	2,73	53,41
Combustíveis minerais e derivados	15.757.578	1,65	20.968.768	2,61	33,07
Minérios de ferro, manganês	4.077.445	0,43	13.731.321	1,71	236,76
Couros e Peles	25.359.263	2,66	12.995.940	1,62	-48,75
Demais produtos	65.609.365	6,88	51.711.698	6,43	-21,18
Ceará	952.941.380	100,00	803.703.157	100,00	-15,66

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

Os Estados Unidos continuam sendo o principal destino das exportações do Ceará, com valor de US\$ 310,6 milhões. Porém, apresentou forte queda (-23,2%) relativamente ao mesmo período de 2019, reduzindo a participação em 3,8 pontos percentuais. A redução das vendas externas para os EUA foi influenciada, principalmente, pelos produtos metalúrgicos, calçados e couros e peles. Os produtos mais vendidos para os Estados Unidos foram: produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado; Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores; e castanha de caju. (Tabela 29).

O Canada e a China aparecem logo em seguida, com participação de 8,3% e 6,8%, respectivamente. Esses dois países apresentaram crescimento bastante elevado no período analisado. Para o Canadá foram enviados, principalmente, produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado; freios e partes, para tratores/veículos automóveis; e Água de coco (Cocos nucifera). Para a China foram exportados em maior valor produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado; minérios de manganês e seus concentrados; e ceras vegetais. É importante dizer que o Brasil vem fazendo várias negociações comerciais com a China, incluindo a exportação de melão, o que pode favorecer as exportações do Ceará.

Tabela 29: Principais países de destino das exportações do Ceará – janeiro a maio - 2019-2020

Descrição do País	jan-mai 2019		jan-mai 2020		Var %
	US\$	Part %	US\$	Part %	
Estados Unidos	404.647.901	42,46	310.626.248	38,65	-23,24
Canadá	21.216.974	2,23	66.588.075	8,29	213,84
China	18.070.451	1,90	54.317.066	6,76	200,59
México	91.444.801	9,60	54.241.139	6,75	-40,68
Turquia	651.420	0,07	40.378.417	5,02	6.098,52
Bélgica	1.490.109	0,16	31.937.760	3,97	2.043,32
Coreia do Sul	29.471.241	3,09	20.177.022	2,51	-31,54
Países Baixos (Holanda)	23.754.546	2,49	19.943.127	2,48	-16,05
Alemanha	36.709.825	3,85	17.032.403	2,12	-53,60
Argentina	21.059.032	2,21	16.484.428	2,05	-21,72
Demais países	304.425.080	31,95	171.977.472	21,40	-43,51
Ceará	952.941.380	100,00	803.703.157	100,00	-15,66

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

A Tabela 30, a seguir, apresenta informações sobre os principais produtos importados pelo Ceará nos primeiros cinco meses de 2020 comparativamente ao mesmo período de 2019. Combustíveis minerais e seus derivados lideraram a pauta de importação com valor de US\$ 375 milhões e participação de 35,3% do total importado pelo estado. A importação de Hulha betuminosa, Gás natural, Gasóleo (óleo diesel), e outras gasolinas foram os principais produtos adquiridos nesse grupo, e tiveram um grande aumento na quantidade importada, com queda de preço desses produtos.

Os produtos do grupo Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes, foi o segundo mais importado, com valor de US\$

115,5 milhões, e crescimento de 177,7% quando comparado com 2019. Em terceiro lugar da pauta estão os produtos da indústria química com valor de US\$ 109,9 milhões, porém com queda de 1,1%, em relação ao mesmo período de 2019. A importação de trigo também aumentou nesse período (14,7%), muito em decorrência da demanda das indústrias pelo insumo, visto que com a pandemia as famílias, em momento de isolamento, estão consumindo muito alimento derivado de trigo.

Também apresentaram crescimento das importações os grupos Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes (76,3%), Plásticos e suas obras (12,9%), Óleo de Dende (240,2%), e Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes (243,2%), citando os principais da pauta.

Enquanto os segmentos de Produtos Metalúrgicos (-41,2%) e produtos têxteis (-31,8%) foram os que apresentaram reduções no valor das importações. (Tabela 30).

Tabela 30: Principais produtos importados pelo Ceará – janeiro a maio - 2019-2020

Descrição dos produtos	jan-mai 2019		jan-mai 2020		Var (%) 2020/2019
	US\$	Part %	US\$	Part %	
Combustíveis minerais e seus derivados	364.980.436	39,35	375.274.900	35,35	2,82
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	41.586.014	4,48	115.503.587	10,88	177,75
Produtos Ind. Química	111.164.119	11,98	109.917.579	10,35	-1,12
Trigo	84.862.771	9,15	97.372.702	9,17	14,74
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	50.399.566	5,43	88.859.155	8,37	76,31
Produtos Metalúrgicos	99.308.799	10,71	58.359.411	5,50	-41,23
Plásticos e suas obras	29.685.566	3,20	33.527.194	3,16	12,94
Óleo de Dende	9.071.260	0,98	30.863.224	2,91	240,23
Têxteis	39.975.649	4,31	27.249.248	2,57	-31,84
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	7.610.510	0,82	26.120.067	2,46	243,21
Demais Produtos	88.954.899	9,59	98.487.003	9,28	10,72
Ceará	927.599.589	100,00	1.061.534.070	100,00	14,44

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

As importações cearenses de janeiro a maio de 2020 tiveram origem principalmente dos Estados Unidos, com participação de 33,8% e com valor de US\$ 358,3 milhões, significando um crescimento de 44,7%. O Ceará importou dos Estados Unidos sobretudo combustíveis (Gasóleo; Outras gasolinas, exceto para aviação, Hulha betuminosa; e Gás natural liquefeito). A China foi o segundo país de onde o Ceará mais importou no período analisado (US\$ 202,9 milhões), com crescimento de 23,0%. Da China vieram, principalmente, Redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade; e Glifosato e seu sal de monoisopropilamina. (Tabela 31).

Em seguida está Argentina, com crescimento de 16,3%. De lá foi adquirido principalmente Trigo e Alho. Colômbia, Dinamarca e Rússia são os países seguintes, todos esses com crescimento do valor importado relativamente ao mesmo período de 2019. Desses três países foram importados principalmente Hulha betuminosa; Óleos de dende; Redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade; Transformadores de dielétrico líquido.

Tabela 31 Principais países de origem das importações do Ceará - janeiro a maio - 2019-2020

Descrição do País	jan-mai 2019		jan-mai 2020		Var %
	US\$	Part %	US\$	Part %	
Estados Unidos	247.589.873	26,69	358.323.953	33,76	44,72
China	164.904.193	17,78	202.922.185	19,12	23,05
Argentina	82.715.090	8,92	96.238.122	9,07	16,35
Colômbia	47.342.768	5,10	72.288.613	6,81	52,69
Dinamarca	3.766.440	0,41	59.334.259	5,59	1.475,34
Rússia	37.971.397	4,09	38.297.247	3,61	0,86
Alemanha	39.248.329	4,23	29.405.596	2,77	-25,08
Índia	31.165.046	3,36	29.228.112	2,75	-6,22
Austrália	30.781.907	3,32	23.773.515	2,24	-22,77
Espanha	10.315.902	1,11	16.477.461	1,55	59,73
Demais países	231.798.644	24,99	135.245.007	12,74	-41,65
Ceará	927.599.589	100,00	1.061.534.070	100,00	14,44

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

Conforme visto, as exportações cearenses sofreram queda diante do impacto da crise causada pela pandemia, principalmente nos bens industriais de consumo (calçados) e insumos (metalúrgica). No primeiro produto a redução está associada à queda de consumo das famílias devido ao isolamento social; e os metalúrgicos, por serem a base para muitas indústrias, viram a demanda em todo o mundo desabar, causando queda na

commodity dos produtos metalúrgicos. Porém, as exportações de alimentos e frutas tiveram crescimento mesmo no período da crise, em razão das iniciativas dos países de manter o mercado da cadeia alimentar sem restrições.

Quanto às importações cearenses, verificou-se aumento dos combustíveis, que pode estar associado a uma estratégia de mercado, pois os preços desses produtos apresentaram forte queda. A importação de trigo também cresceu em decorrência da pandemia, pois a indústria de alimentos precisou aumentar a produção diante do aumento de demanda, causado pelo isolamento e pela permanência das famílias por maior tempo em seus domicílios.

2.2.7. Mercado de Trabalho

2.2.7.1. Dinâmica do Emprego Formal no Período da Pandemia

2.2.7.1.1. Introdução

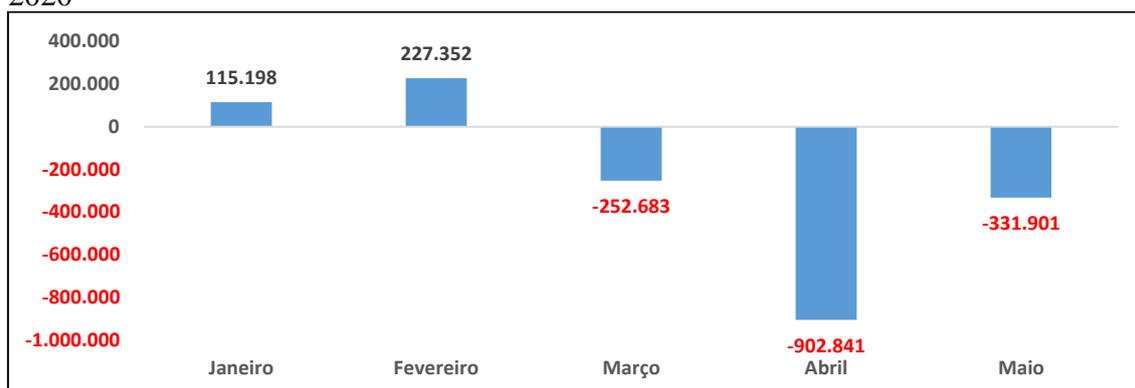
O objetivo da presente seção é apresentar um diagnóstico sobre o comportamento do saldo de empregos formais para os meses de janeiro a maio de 2020 com base nos dados divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia para o Brasil, Regiões e Estados.

Conforme pode ser observado no Gráfico 32, abaixo, o Brasil registrou saldo positivo nos dois primeiros meses de 2020, ou seja, 115.198 vagas em janeiro e 227.352 vagas em fevereiro.

A partir de março, quando o País registrou os primeiros casos de contaminação pelo novo coronavírus, a economia nacional sofreu uma forte desaceleração, cujos efeitos recaíram diretamente sobre o processo de geração de empregos, ou seja, sobre o número de admitidos e desligados no mercado de trabalho.

Para se ter uma ideia disto, no mês de março foram destruídas 252.683 vagas. A ampliação das medidas adotadas de isolamento social, combinada com a restrição do trabalho presencial em várias atividades econômicas, resultou na maior destruição de empregos formais do ano, ocorrida no mês de abril, num total de 902.841.

Gráfico 32 – Evolução do saldo mensal de empregos formais - Brasil - janeiro a maio de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

Como consequência da manutenção das regras de isolamento social, maio registrou a terceira destruição mensal de vagas de trabalho formal consecutiva do ano em um total de 331.901 vagas, revelando uma certa acomodação do processo de destruição de postos formais de trabalho no País.

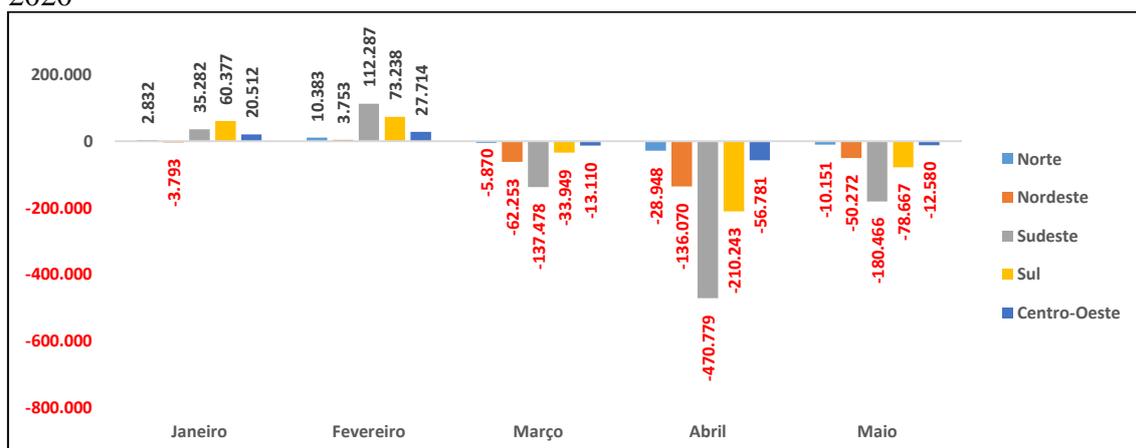
Sendo assim, é possível afirmar que a principal explicação desta expressiva destruição de vagas de empregos formais no Brasil nos últimos três meses recai, principalmente, nas medidas de isolamento social e de restrição de atividade econômica adotadas em todos os estados em diferentes magnitudes, com rebatimentos diretos sobre o fluxo de admissões e demissões de trabalhadores. Como resultado o Brasil destruiu, no acumulado dos meses de março até maio, um total de 1.487.425 vagas e no acumulado do ano até maio um total de 1.144.875 vagas.

2.2.7.1.2. Empregos Formais no Contexto Nacional

A análise do Gráfico 33, abaixo, permite concluir que as regiões registraram diferentes resultados para o saldo de empregos formais ao longo do ano, com todas elas passando a registrar saldo negativo de vagas a partir do mês de março de 2020. O processo de destruição de vagas de trabalho intensificou-se bastante em abril em todas as regiões, contudo, no mês de maio, observou-se uma desaceleração desse processo, quando o número de vagas de trabalho fechadas foi bem menor comparativamente a abril.

A região Sudeste foi a que mais destruiu vagas no mês de maio (-180.466 vagas), seguida pelas regiões Sul (-78.667 vagas); Nordeste (-50.272 vagas); Centro-Oeste(-12.580 vagas) e Norte (-10.151 vagas).

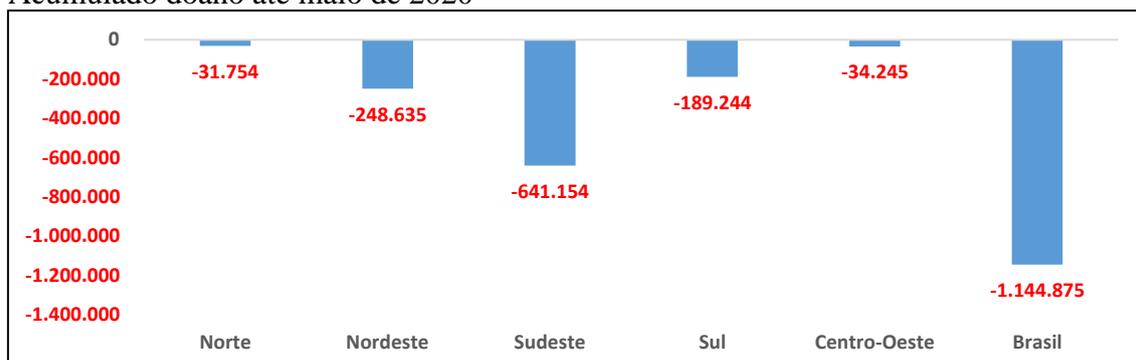
Gráfico 33 – Evolução do saldo mensal de empregos formais - Ceará – janeiro a maio de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

Como resultado da dinâmica mensal dos empregos, o Brasil registrou uma destruição de 1.144.875 vagas de empregos formais no acumulado do ano até maio de 2020. A região Sudeste (-641.154 vagas) foi a que registrou a maior destruição de vagas no mesmo período, desta vez seguida pela região Nordeste (-248.635 vagas) que ocupou a segunda colocação. Na sequência, a região Sul (-189.244 vagas) aparece em terceiro lugar, seguida pela região Centro-Oeste (-34.245 vagas) e Norte (-31.754 vagas). (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Evolução do saldo mensal de empregos formais – Brasil e Regiões – Acumulado do ano até maio de 2020



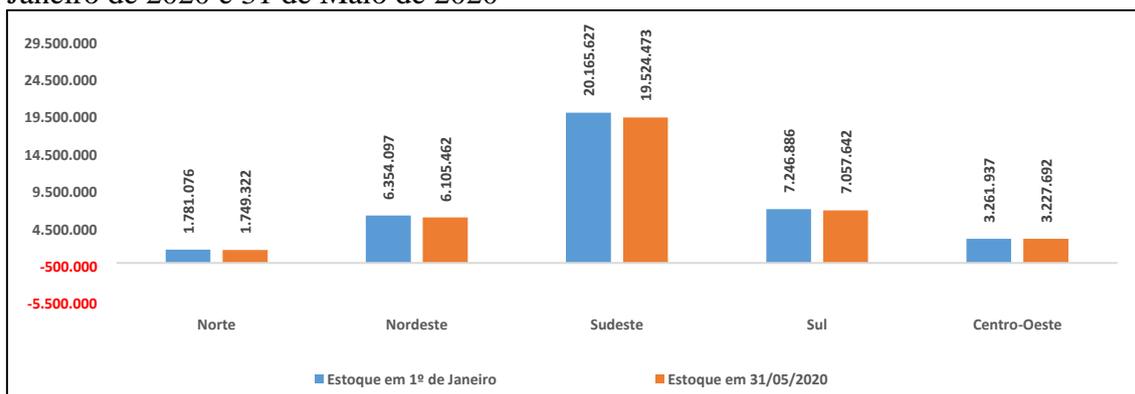
Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

Como resultado do saldo de empregos formais destruídos ao longo do ano, o estoque de empregos formais foi reduzido relativamente ao estoque observado no início do ano de 2020.

O Brasil iniciou o ano com um estoque de 38.809.623 empregos formais e finalizou maio com um total de 37.664.748 empregos formais, registrando uma perda de

1.144.875 vagas. Por sua vez, o Sudeste que é a região que concentra o maior número de empregos formais do País, também apresentou queda no total de empregos formais, passando de 20.165.627 vínculos para 19.524.473 vínculos na mesma comparação. A região Sul, que detém a segunda colocação em empregos formais, também apresentou queda, passando de 7.246.886 vínculos para 7.057.642 vínculos. (Gráfico 35).

Gráfico 35 - Variação do estoque de empregos formais por Grandes Regiões entre 1º de Janeiro de 2020 e 31 de Maio de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPR/ME. Elaboração: IPECE.

O Nordeste, segunda região que mais destruiu vagas no ano, também apresentou redução no total de empregos formais, passando de 6.354.097 vínculos no início de janeiro, para 6.105.462 vínculos em maio. O Centro-Oeste também registrou queda passando de 3.261.937 vínculos para 3.227.692 vínculos e por fim, o Norte, região que possui o menor quantitativo de empregos formais do País, registrou queda passando de 1.781.076 vínculos para 1.749.322 na mesma comparação.

A Tabela32, abaixo, mostra a dinâmica do saldo mensal de empregos formais de todos os estados brasileiros entre os meses de janeiro a maio de 2020.

Tabela 32 – Evolução do saldo de empregos formais – Brasil, Regiões e Estados – Mensal e Acumulado do ano até maio de 2020

Região e UF	Estoque em 1º de Janeiro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Saldo Acumulado no Ano	Estoque em 31/05/2020
Norte	1.781.076	2.832	10.383	-5.870	-28.948	-10.151	-31.754	1.749.322
Rondônia	238.093	-58	1.335	-725	-4.817	-1.184	-5.449	232.644
Acre	78.935	416	925	197	-341	130	1.327	80.262
Amazonas	414.226	1.140	1.850	-3.231	-9.103	-4.846	-14.190	400.036
Roraima	55.066	347	655	187	-1.125	-387	-323	54.743
Pará	735.214	835	4.152	-2.000	-9.876	-2.557	-9.446	725.768
Amapá	69.731	-49	-18	-295	-889	-198	-1.449	68.282
Tocantins	189.811	201	1.484	-3	-2.797	-1.109	-2.224	187.587
Nordeste	6.354.097	-3.793	3.753	-62.253	-	-50.272	-248.635	6.105.462
Maranhão	480.392	358	2.433	-953	-5.983	-1.238	-5.383	475.009
Piauí	298.021	1	1.180	-383	-5.993	-3.359	-8.554	289.467
Ceará	1.141.629	2.866	7.839	-5.996	-32.622	-9.476	-37.389	1.104.240
Rio Grande do Norte	427.616	-857	-1.767	-2.133	-8.958	-3.027	-16.742	410.874
Paraíba	414.436	-2.606	-2.950	-956	-8.737	-3.405	-18.654	395.782
Pernambuco	1.240.897	-973	-727	-28.252	-26.654	-6.952	-63.558	1.177.339
Alagoas	353.471	-5.286	-8.427	-5.726	-7.286	-2.372	-29.097	324.374
Sergipe	284.925	337	-1.942	-2.896	-5.129	-3.410	-13.040	271.885
Bahia	1.712.710	2.367	8.114	-14.958	-34.708	-17.033	-56.218	1.656.492
Sudeste	20.165.627	35.282	112.287	-	-	-	-641.154	19.524.473
Minas Gerais	4.082.230	4.459	27.494	-17.478	-92.335	-33.695	-111.555	3.970.675
Espírito Santo	731.275	278	3.594	-4.308	-18.556	-6.827	-25.819	705.456
Rio de Janeiro	3.267.885	-11.185	2.273	-31.871	-87.484	-35.959	-164.226	3.103.659
São Paulo	12.084.237	41.730	78.926	-83.821	-	-	-339.554	11.744.683
Sul	7.246.886	60.377	73.238	-33.949	-	-	-189.244	7.057.642
Paraná	2.654.560	17.919	28.835	-12.610	-57.984	-23.856	-47.696	2.606.864
Santa Catarina	2.079.445	29.282	21.029	-7.150	-75.444	-22.705	-54.988	2.024.457
Rio Grande do Sul	2.512.881	13.176	23.374	-14.189	-76.815	-32.106	-86.560	2.426.321
Centro-Oeste	3.261.937	20.512	27.714	-13.110	-56.781	-12.580	-34.245	3.227.692
Mato Grosso do Sul	515.005	1.862	6.029	149	-7.363	-1.992	-1.315	513.690
Mato Grosso	715.245	9.647	4.119	-2.452	-12.400	-892	-1.978	713.267
Goiás	1.227.176	7.914	11.573	-1.587	-20.587	-4.581	-7.268	1.219.908
Distrito Federal	804.511	1.089	5.993	-9.220	-16.431	-5.115	-23.684	780.827
Não identificado	---	-12	-23	-23	-20	235	157	---
Brasil	38.809.623	115.198	227.352	-	-	-	-1.144.875	37.664.748

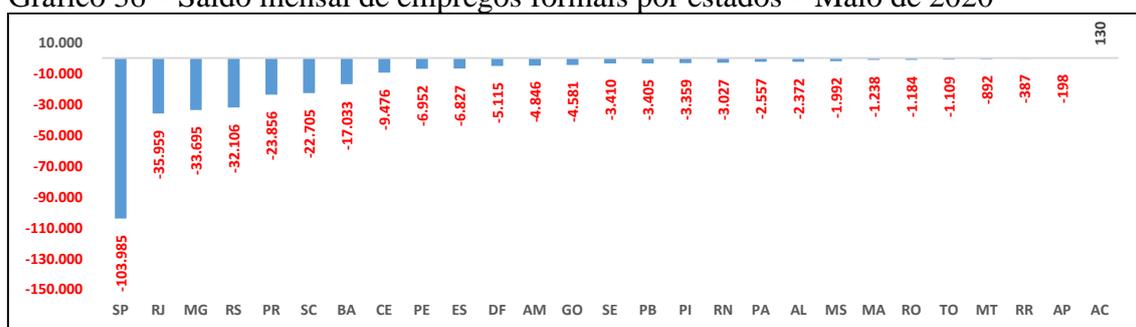
Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

Nota-se que um total de vinte estados apresentaram saldos positivos de empregos e outros sete estados saldos negativos em janeiro de 2020. Em fevereiro, o número de estados com saldos positivos de empregos aumentou para vinte e um e com saldo negativo de empregos caiu para seis.

Todavia, como consequência do início das medidas de restrição econômica e isolamento social, o número de estados a registrar saldo positivo de empregos caiu drasticamente para apenas três e com saldo negativo aumentou para vinte e quatro estados. Em abril, foi observado algo totalmente diferente para o mês, quando todos os estados do País passaram a registrar destruição de vagas formais de trabalho. Em maio, o número de estados com saldo negativo de emprego continuou bastante elevado em um total de vinte e seis estados, com apenas um registrando balanço positivo.

O Gráfico 36, abaixo, apresenta o saldo mensal de empregos formais ranqueado por estados para o mês de maio de 2020, revelando que alguns estados foram mais impactados que outros como consequência das medidas restritivas adotadas pelos vários governos estaduais como forma de combater a disseminação da pandemia. O estado do Ceará registrou o oitavo maior saldo negativo de empregos do País para o referido mês com um total de 9.476 vagas perdidas, bem abaixo do saldo negativo registrado em abril (-32.622 vagas).

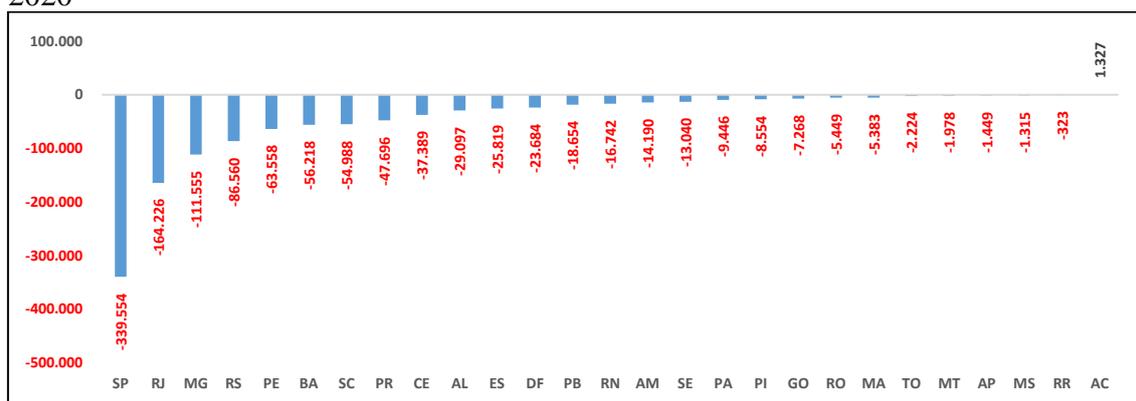
Gráfico 36 – Saldo mensal de empregos formais por estados – Maio de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 37, a seguir, apresenta o saldo de empregos formais para o acumulado do ano até maio de 2020. Como resultado da dinâmica mensal de empregos e, mais especificamente, dos resultados observados em abril e maio, o Brasil registrou um saldo acumulado negativo de 1.144.875 vagas, com apenas um estado registrando saldo positivo no mês de maio e outros vinte e seis estados saldos negativos de empregos.

Gráfico 37 – Saldo de empregos formais por estados – Acumulado do ano até maio de 2020



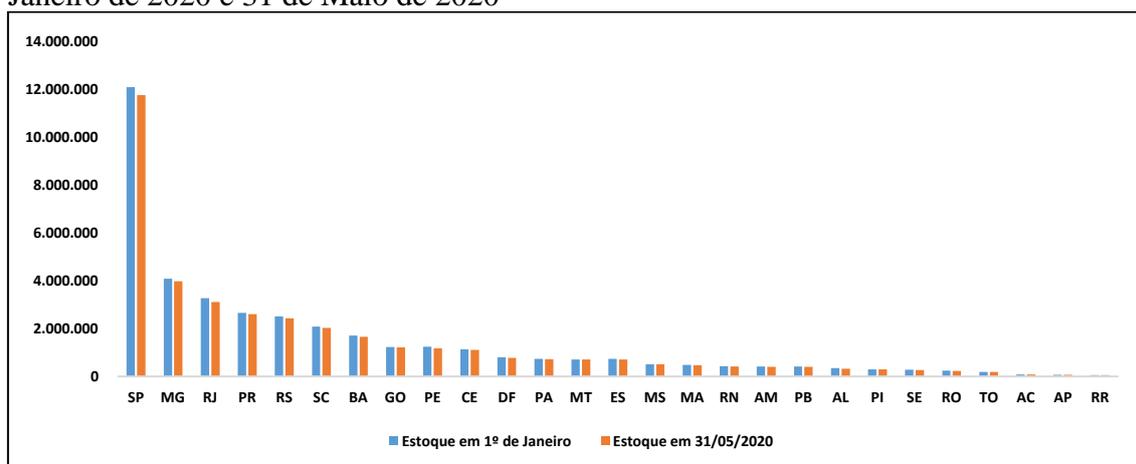
Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

O único estado que conseguiu apresentar saldo acumulado positivo de empregos entre janeiro e maio de 2020 foi o Acre (+1.327 vagas). Por outro lado, os cinco maiores saldos negativos para o acumulado do ano até maio de 2020 foram registrados pelos estados de São Paulo (-339.554 vagas); Rio de Janeiro (-164.226 vagas); Minas Gerais (-111.555 vagas); Rio Grande do Sul (-86.560 vagas) e Pernambuco (-63.558 vagas). No acumulado de janeiro a maio de 2020, o estado do Ceará registrou o nono maior saldo negativo de empregos formais num total de 37.389 vagas, superado na região Nordeste apenas pelos estados da Bahia (56.218 vagas destruídas) e Pernambuco (-63.558 vagas).

Como resultado da dinâmica de empregos observada no acumulado do ano, vinte e seis estados tiveram seus estoques de empregos formais reduzidos entre primeiro de janeiro de 2020 e trinta e um de maio de 2020, com exceção apenas do estado do Acre. O estado de São Paulo reduziu seu estoque de empregos formais de 12.084.237 vínculos para 11.744.683 vínculos neste período. O estoque de Minas Gerais, segundo maior do País, caiu de 4.082.230 vínculos para 3.970.675 vínculos. O número de vínculos formais do Rio de Janeiro também caiu de 3.267.885 vínculos para 3.103.659 vínculos.

O estado da Bahia, finalizou na sétima colocação nacional, caindo de 1.712.710 vínculos para 1.656.492 vínculos. Por sua vez, o estado de Pernambuco encerrou na oitava colocação nacional, caindo de 1.240.897 vínculos para 1.177.339 vínculos. Por fim, o estado do Ceará encerrou na nona colocação nacional e terceira dentro do Nordeste caindo de 1.141.629 vínculos para 1.104.240 vínculos. (Gráfico 38).

Gráfico 38 - Variação do estoque de empregos formais por Grandes Regiões entre 1º de Janeiro de 2020 e 31 de Maio de 2020



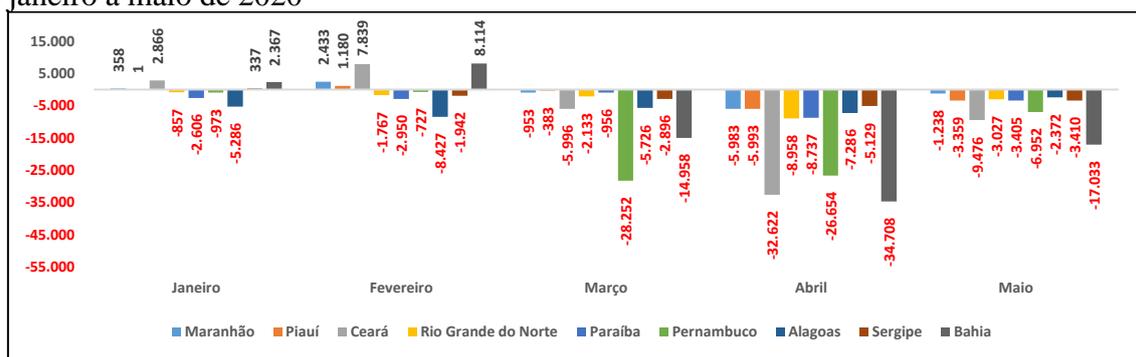
Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

2.2.7.1.3. Empregos Formais no Contexto Regional

Após analisada a dinâmica mensal dos empregos formais por estados do Brasil, quando foi possível observar aqueles que foram mais impactados pelas medidas de isolamento social adotadas a partir de meados do mês de março de 2020, faz-se necessária uma investigação mais regional.

A partir dos dados contidos no Gráfico 39 é possível concentrar a análise da dinâmica do saldo mensal de empregos formais apenas nos estados da região Nordeste. Nota-se que todos apresentaram destruição de vagas formais de trabalho nos meses de março e abril em diferentes magnitudes, revelando que as medidas de isolamento social impactaram de maneira diferente os estados da região Nordeste. Os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram os mais impactados pelas medidas adotadas no mês de abril, em parte explicado pelo maior estoque de empregos existentes nestes estados.

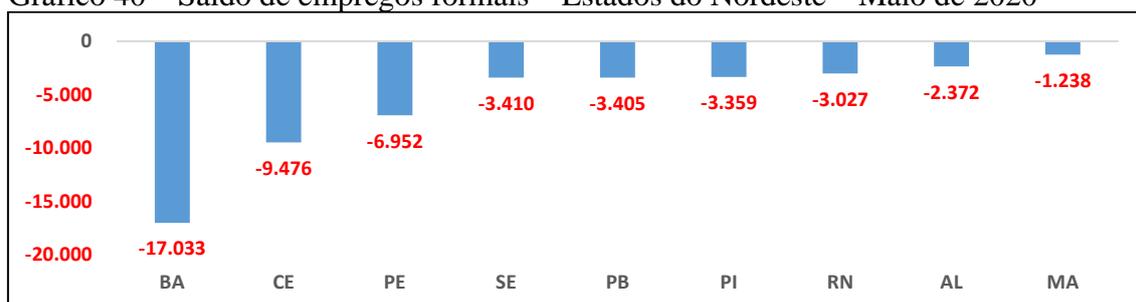
Gráfico 39 – Evolução do saldo mensal de empregos formais – Estados do Nordeste – janeiro a maio de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 40 é possível observar que a Bahia foi o estado que mais destruiu vagas de trabalho formal no mês de maio de 2020 (-17.033 vagas), vindo em seguida os estados do Ceará (-9.476 vagas) e Pernambuco (-6.952 vagas), fechando o grupo dos três estados mais impactados também no mês de maio.

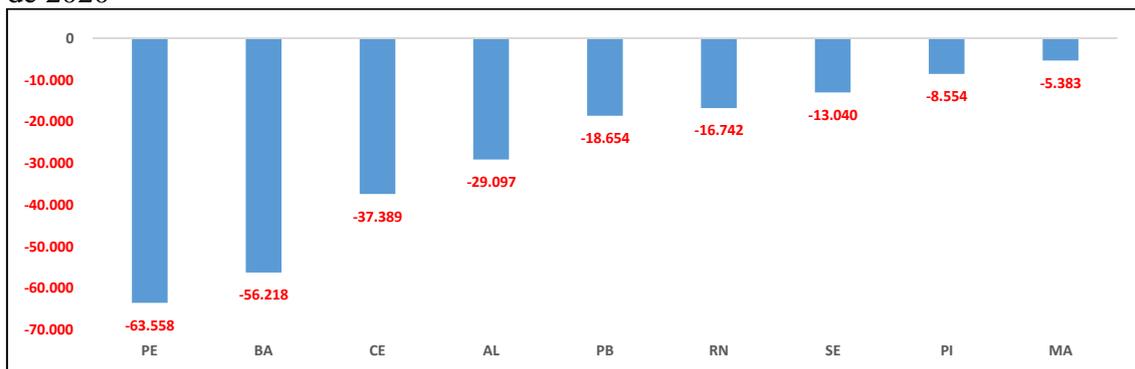
Gráfico 40 – Saldo de empregos formais – Estados do Nordeste – Maio de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

Ao se analisar os saldos de empregos para o acumulado no ano até maio disponíveis no Gráfico 41, abaixo, é possível notar que nesses cinco meses Pernambuco foi o estado que registrou a maior destruição de vagas formais de empregos num total de 63.558 vagas, seguido pela Bahia (-56.218 vagas). O estado do Ceará ocupou a terceira colocação dentro da região Nordeste tendo fechado um total de 37.389 vagas no ano.

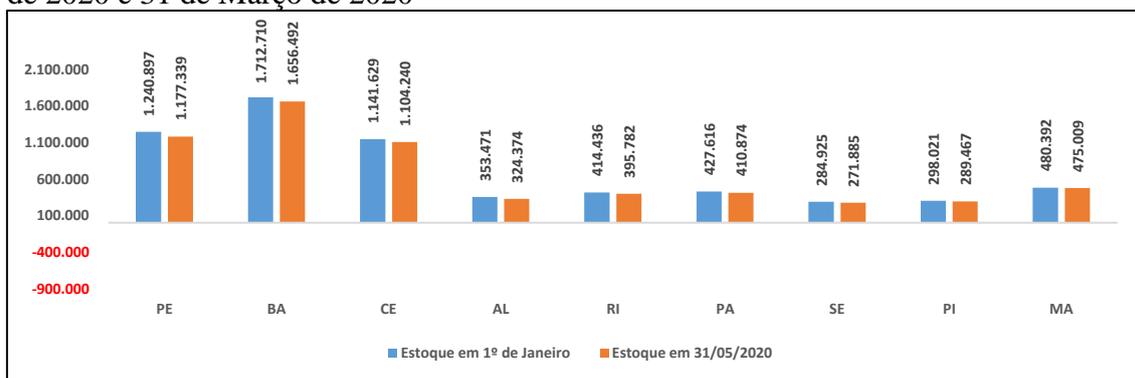
Gráfico 41 – Saldo de empregos formais – Estados do Nordeste – Acumulado até maio de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

Como resultado do saldo acumulado de empregos no ano é possível perceber que todos os estados da região Nordeste apresentaram redução no estoque total de empregos formais conforme dados disponíveis no Gráfico 42. O estado da Bahia manteve-se ainda na primeira colocação após reduzir seu estoque de empregos de 1.712.710 vínculos para 1.656.492 vínculos, seguido por Pernambuco que reduziu seu estoque de 1.240.897 vínculos para 1.177.339 vínculos. O estado do Ceará finalizou com o terceiro maior estoque de empregos formais da região Nordeste após passar de 1.141.629 vínculos para 1.104.240 vínculos entre janeiro e maio de 2020.

Gráfico 42 – Variação do estoque de formais por estados do Nordeste entre 1º de Janeiro de 2020 e 31 de Março de 2020



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE.

2.2.7.1.4. Saldo de Empregos por Atividades Econômicas Cearenses

Após analisar a dinâmica mensal e acumulada do ano para os estados do Brasil e mais detidamente nos estados da região Nordeste foi feita uma análise da dinâmica dos empregos formais por atividades.

Os dados contidos na Tabela 33, abaixo, possibilitam a análise da dinâmica mensal e do saldo acumulado no ano dos empregos formais por grandes atividades e também por atividades econômicas mais desagregadas apenas para o estado do Ceará.

Conforme os dados disponíveis na Tabela 33, é possível notar que quatro das seis grandes atividades apresentaram saldos positivos em janeiro de 2020 (Construção, Indústria Geral, Administração Pública e Serviços privados). Em fevereiro, este número aumentou para cinco grandes atividades incluindo o Comércio, com a Agropecuária ainda registrando saldo mensal negativo de empregos.

Tabela 33 – Evolução do saldo de empregos formais por atividades - Ceará – janeiro a maio de 2020

Grande Grupamento	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mairo	Acumulado Ano
Agropecuária	-288	-438	-490	-201	-198	-1.615
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	-288	-438	-490	-201	-198	-1.615
Comércio	-2.118	158	-1.234	-7.655	-2.308	-13.157
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	-2.118	158	-1.234	-7.655	-2.308	-13.157
Construção	875	1.393	-963	-3.350	-573	-2.618
Indústria geral	1.652	1.435	-2.219	-	-2.757	-13.343
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	104	120	-140	-49	-38	-3
Eletricidade e Gás	23	21	7	-15	-1	35
Indústrias de Transformação	1.499	1.279	-2.070	-	-2.704	-13.326
Indústrias Extrativas	26	15	-16	-60	-14	-49
Serviços	2.745	5.291	-1.090	-9.962	-3.640	-6.656
Administração Pública	634	2.550	1.045	-280	541	4.490
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-283	519	-34	9	-49	162
Educação	593	1.612	458	-496	-631	1.536
Saúde Humana e Serviços Sociais	324	419	621	207	1.221	2.792
Serviços Privados	2.111	2.741	-2.135	-9.682	-4.181	-11.146
Alojamento e Alimentação	286	323	-2.625	-4.416	-1.603	-8.035
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	-181	1.344	913	-1.314	252	1.014
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	11	53	46	-332	-137	-359
Atividades Imobiliárias	142	29	24	-170	-157	-132
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	463	241	-38	-446	-181	39
Informação e Comunicação	306	302	36	-602	-153	-111
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-14	78	-207	-757	-193	-1.093
Outras Atividades de Serviços	1.115	213	17	-660	-348	337
Serviços Domésticos	1	-4	-10	2	-2	-13
Transporte, Armazenagem e Correio	-18	162	-291	-987	-1.659	-2.793
Total	2.866	7.839	-5.996	-	-9.476	-37.389
				32.622		

Fonte: Novo Caged – SEPR/ME. Elaboração: IPECE. Ordenado pelo acumulado do ano.

Em março, mantendo praticamente a situação de fevereiro, cinco grandes atividades passaram a registrar saldo negativo de empregos, puxado principalmente pela Indústria Geral e Serviços, em parte como consequência de fatores sazonais e também como resultado do início das medidas de isolamento social e restrição econômica adotadas no estado do Ceará, a exceção ficou por conta da Administração pública que registrou o terceiro saldo positivo no ano.

Com a introdução de medidas mais amplas de isolamento social, especialmente na capital do estado, todas as seis grandes atividades econômicas passaram a registrar saldo negativo de empregos em abril, cujo crescimento alcançou um patamar jamais visto na história do CAGED para o referido mês.

Por fim, em maio, a continuidade das medidas de isolamento social mantiveram a crise no mercado de trabalho cearense quando cinco das seis atividades continuaram apresentando saldos negativos de empregos, a exceção da Administração pública, revelando que por três meses consecutivos todas as outras cinco atividades apresentaram destruição de vagas de trabalho.

Os Serviços foi a atividade econômica que registrou o maior fechamento de vagas no mês de maio num total de 4.181 vagas, seguida pela Indústria Geral (-2.757 vagas) e Comércio (-2.308 vagas) para listar as três maiores. As atividades dos serviços que mais destruíram postos de trabalho no referido mês foram: Transporte, Armazenagem e Correio (-1.659 vagas) e Alojamento e Alimentação (-1.603 vagas). A Indústria de Transformação (-2.704 vagas) foi a grande responsável pelo fechamento de postos de trabalho da indústria.

Por outro lado, apenas duas atividades apresentaram saldos positivos de empregos em maio, Saúde Humana e Serviços Sociais (+1.221 vagas) pertencente a grande atividade da Administração Pública e Atividades Administrativas e Serviços Complementares (+1.014 vagas), pertencente a grande atividade de Serviços, mas especificamente no grupo de serviços privados.

Como resultado da dinâmica mensal, cinco das seis grandes atividades apresentaram saldo negativos de empregos acumulados até maio de 2020, Indústria geral (-13.343 vagas); Comércio (-13.157 vagas); Serviços (-11.146 vagas); Construção (-2.618 vagas) e Agropecuária (-1615 vagas). A Administração Pública registrou saldo positivo de empregos num total de 4.490 vagas, provenientes das atividades de Saúde

Humana e Serviços Sociais (+2.792 vagas); Educação (+1.536 vagas) e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (+162 vagas).

A geração de vagas na atividade de saúde já era esperada por conta do aumento de contratações para atender a demanda por profissionais nos hospitais no combate a pandemia do novo coronavírus. O grande número de contratações de profissionais nos três primeiros meses do ano explica o saldo positivo da atividade de educação.

A destruição de vagas na indústria geral foi provocada principalmente pelo número de postos de trabalho fechados na Indústria de Transformação, que totalizou, no acumulado de janeiro a maio de 2020, uma perda de 13.326 vagas.

Das dez atividades que formam os serviços privados, sete registraram saldo acumulado negativo até maio de 2020, destacando-se o número de empregos destruídos na atividade de Alojamento e Alimentação num total de 8.035 vagas, sendo a terceira atividade mais impactada pelas medidas de isolamento social, abaixo apenas da Indústria de Transformação e da atividade de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas. Outras duas atividades dos serviços privados muito impactadas foram o Transporte, Armazenagem e Correio (-2.793 vagas) e Artes, Cultura, Esporte e Recreação (-1.093 vagas).

Em suma, as medidas de isolamento social e de restrição do funcionamento do trabalho presencial em uma lista de atividades econômicas, mais especificamente aquelas de maior aglomeração de pessoas, adotadas em vários estados, afetou drasticamente e de forma sistêmica também o mercado de trabalho cearense que registrou número expressivo de destruição de vagas de trabalho formal. O setor público agiu de maneira contra cíclica, gerando novos postos de trabalho como resultado das medidas emergenciais adotadas no combate da pandemia.

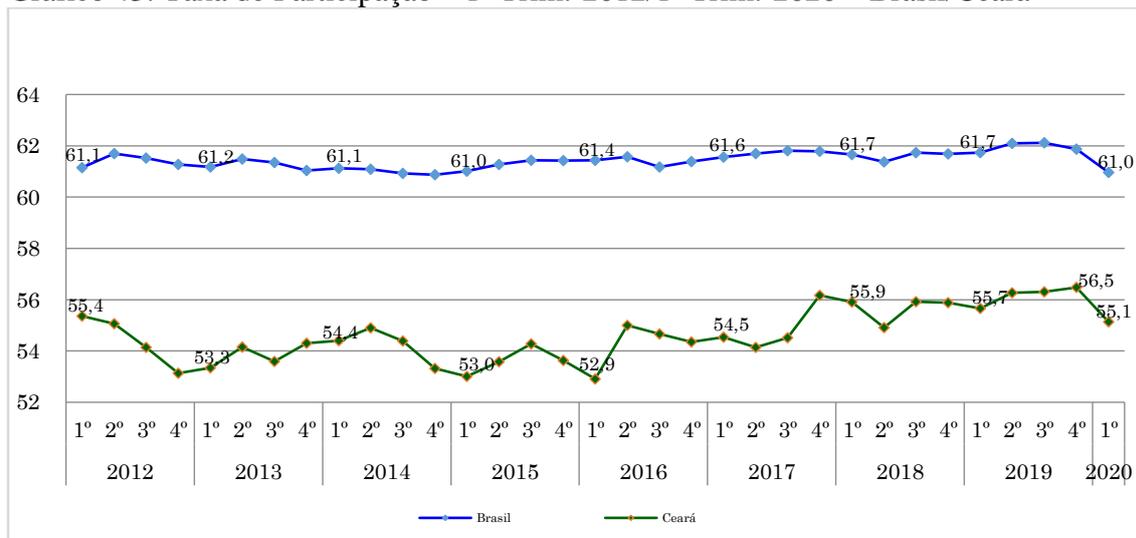
2.2.7.2. Evolução do Emprego segundo a PNAD Contínua

Nesta seção, serão apresentados os dados do mercado de trabalho cearense a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Inicialmente, é feita uma análise do Gráfico 43, abaixo, que mostra a Taxa de Participação (TP), que corresponde a relação entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalhar (PIT)¹³. Em primeiro lugar, é preciso observar que a Taxa de Participação do Brasil cresceu levemente ao longo de 2019 possivelmente em decorrência da recuperação gradual da economia. De fato, a retomada do crescimento ocorreu desde o primeiro trimestre de 2017¹⁴, mas é da natureza do mercado de trabalho responder de forma mais lenta a retomada dos ciclos de negócios¹⁵.

No entanto, os dados do primeiro trimestre de 2020 revelam que é possível que a pandemia da Covid-19 tenha levado ao recuo da Taxa de Participação nacional ao atingir o patamar de 61%, valor similar ao início da crise de 2015-2016 no primeiro trimestre de 2015. Como dito, isso é uma possibilidade, considerando que o primeiro trimestre tende a apresentar recuo maior da Taxa de Participação por conta da sazonalidade do período.

Gráfico 43: Taxa de Participação – 1º Trim.-2012/1º Trim.-2020 – Brasil/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No Ceará, ao atingir a mínima de 52,9% no primeiro trimestre de 2016, a Taxa de Participação cearense sofreu os impactos da forte crise econômica que assolou o

13A População em Idade de Trabalhar é composta pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, enquanto que a Força de Trabalho é o cômputo dos ocupados e dos desocupados.

14 Ver Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

15 Por exemplo, em um processo de retomada as empresas podem optar inicialmente por elevar o número de horas trabalhadas dos empregados vigentes.

país nos anos de 2015 e 2016 tendo posteriormente oscilado entre períodos de alta e baixa. No quarto trimestre de 2017, a TP cearense atingiu 56,2%, próximo à máxima da série, ocorrida no quarto trimestre de 2019. Não obstante algumas oscilações por conta da sazonalidade, a Taxa de Participação seguiu uma tendência de aumento, juntamente com a recuperação da atividade econômica.

No ano de 2019 a Taxa de Participação do Estado do Ceará, semelhantemente ao caso nacional, seguiu também uma leve tendência de alta tendo atingido 56,5% no último trimestre do ano. Por outro lado, nos três primeiros meses de 2020 a Taxa de Participação recuou para 55,1% (1,4 pontos percentuais com relação ao trimestre imediatamente anterior e 0,6 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior). De forma similar ao caso nacional, essa queda pode também ser resultante de fatores sazonais.

Nesse contexto, pode-se dizer que a retomada da atividade econômica a partir de 2017 elevou paulatinamente a Taxa de Participação cearense ao longo do ano de 2019. No entanto, mesmo considerando fatores sazonais, os dados desse primeiro trimestre dão um indicativo de que a pandemia da Covid-19 tenderá a inverter essa tendência de recuperação.

Adicionalmente, um ponto que merece ser destacado ao observar o Gráfico 43 é a diferença de 5,9 pontos percentuais entre a Taxa de Participação do Brasil e a Taxa de Participação do Ceará neste primeiro trimestre de 2020. Parte dessa diferença pode ser explicada por questões relacionadas às especificidades do mercado de trabalho cearense ou mesmo diferenças de comportamento dos trabalhadores ao preferirem deixar a condição de participação¹⁶.

No primeiro trimestre de 2019, essa diferença era de 5,8 pontos percentuais, e no primeiro trimestre de 2016, quando o Ceará atingiu a mínima da série histórica, a diferença foi de 8,5 pontos percentuais. No início da série, primeiro trimestre de 2012, a diferença era de 5,7 pontos percentuais. Portanto, parece difícil afirmar que a pandemia

¹⁶ Na PNAD Contínua, as pessoas classificadas como desocupadas são as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

do novo coronavírus tenha contribuído para elevar essa diferença que, com exceção do primeiro trimestre de 2016, oscilou próximo a 6%. Como dito acima, essa diferença pode ser decorrente de fatores estruturais do mercado de trabalho cearense.

Uma hipótese a ser elencada para tamanha diferença entre a Taxa de Participação nacional e a do Estado é o menor custo de vida neste com relação àquele, levando, assim, trabalhadores a deixar a Força de Trabalho, para uma mesma População em Idade de Trabalho¹⁷.

Outra possibilidade, associada ao menor custo de vida, são os benefícios assistenciais que, proporcionalmente, no Nordeste, e em particular no Ceará, apresentam maior poder de compra para as famílias. Neste caso, a renda do domicílio eleva o salário de reserva dos membros familiares reduzindo, assim, a Taxa de Participação no mercado de trabalho cearense com relação ao nacional¹⁸.

Uma outra hipótese que pode estar acontecendo são pessoas terem se retirado da Força de Trabalho para se dedicarem com mais afinco aos estudos, algum tipo de treinamento técnico profissional ou entrarem em regime de desalento (desânimo na busca por ocupação). Para tanto, é necessário que esse fenômeno ocorra com mais intensidade no Estado do que no país como um todo.

Mas no caso específico do desalento, é bem razoável que dentro de um contexto de pandemia isso venha a ocorrer, mesmo que não seja uma particularidade do mercado de trabalho cearense. De todo modo, é difícil afirmar que os dados tenham captados tais efeitos, pois as restrições de isolamento social impostas em algumas unidades federativas se deram somente a partir de meados de março de 2020, período final que se encerrou o último trimestre disponível na base de dados em análise.

Nesse contexto, serão os dados dos próximos trimestres que irão captar de forma mais fidedigna a possibilidade de desalento por conta da crise da pandemia do Covid-19. De fato, como a Taxa de Participação depende diretamente de Força de

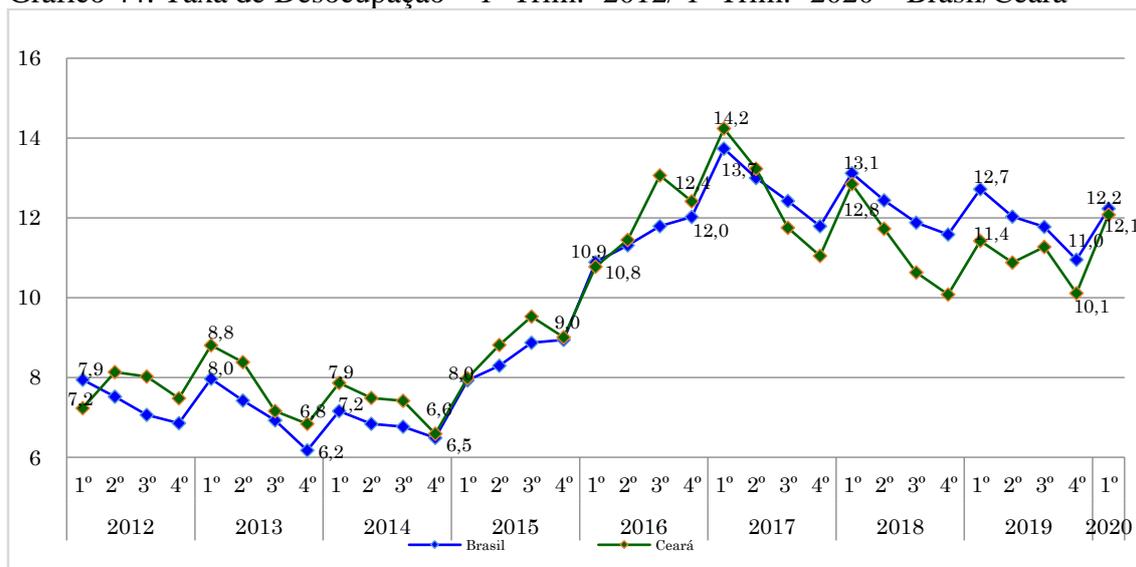
¹⁷Como já dito, a Força de Trabalho é composta pelos ocupados e os desocupados. Se houver menos ocupados ou se a pessoa não atender a condição de desocupação (estando Fora da Força de Trabalho), então, para uma mesma População em Idade de Trabalho, haverá uma menor Taxa de Participação (a razão entre FT e PIT será menor).

¹⁸O salário de reserva corresponde ao menor salário a partir do qual o trabalhador decide aceitar a oferta de emprego.

Trabalho, em um contexto recessivo os desocupados podem desistir de procurar trabalho ou, então, mas menos provável, outros membros do domicílio adentrarem no mercado de trabalho. Nesse último caso, ocorreria uma elevação da Taxa de Participação (mais pessoas na Força de Trabalho).

Em outra perspectiva, no Gráfico 44 é apresentada a Taxa de Desocupação (TD) do Estado do Ceará e do Brasil. A TD é um indicador que mede uma pressão direta sobre o mercado de trabalho de pessoas que procuraram trabalho e estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

Gráfico 44: Taxa de Desocupação – 1º Trim.- 2012/ 1º Trim.- 2020 – Brasil/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

A série histórica da PNAD Contínua permite observar que no quarto trimestre de 2014 o desemprego no Ceará atingiu a taxa mínima de 6,6%, enquanto que no Brasil esse valor era de 6,5%, valores próximos ao alcançado no quarto trimestre de 2013 ao atingir 6,8% e 6,3%, respectivamente, tendo, para esse período, alcançado a taxa mínima para o Brasil.

Os dados da PNAD Contínua permitem observar que ao longo do quarto trimestre de cada ano o desemprego tende a recuar para se elevar no primeiro trimestre do ano, independente do ciclo econômico em que a economia esteja.

Nesse contexto, mesmo diante da forte recessão econômica iniciada no segundo trimestre de 2014¹⁹ a desocupação apresentou queda ao longo de todo o ano de 2014 atingindo, como visto, valores mínimos.

Diante desse diagnóstico, pode-se dizer que mercado de trabalho brasileiro, assim como o cearense, apresenta defasagens ao longo dos ciclos econômicos. De fato, o lag que ocorre de um ou dois trimestres entre a queda da atividade econômica e a elevação do desemprego diante de uma crise econômica pode ser resultante dos custos de demissão considerando que o processo de admissão de um trabalhador apresenta inflexibilidade na relação contratual restringindo, assim, o processo de criação e destruição de empregos e um ajuste mais automático entre oferta e demanda de trabalho²⁰.

Outro problema ocorre por conta de o quantitativo de ocupação não variar na mesma proporção que o crescimento do PIB diante de uma melhora na economia. Dito de outra maneira, mudanças na atividade econômica não levam a mudanças iguais na quantidade de ocupados. De forma mais técnica, a lei de Okun estabelece que a taxa de desocupação muda de acordo com o desvio da taxa de crescimento do PIB em relação a sua taxa de crescimento normal²¹.

Assim sendo, mesmo diante de um quadro recessivo as empresas relutam em demitir, reduzindo, inicialmente, o ritmo de produção ou optando pela suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off). Adicionalmente, existe o problema de treinar novos empregados fazendo com que as empresas prefiram manter os funcionários, em vez de suspender o contrato de trabalho reduzindo, nesse caso, o número de horas de trabalho.

19 Ver Comunicado de agosto de 2015 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

20 A reforma trabalhista que entrou em vigor no mês de novembro de 2017 alterou alguns aspectos da legislação no intuito de flexibilizar as contratações tendo, como exemplo, a criação de novos tipos de contratos (intermitente e o de tempo parcial).

21 A taxa de crescimento normal do PIB é aquela taxa de crescimento necessária para manter uma taxa de desemprego constante.

A partir do primeiro trimestre de 2015 a Taxa de Desocupação tanto no Ceará como no Brasil seguiu uma tendência de alta como resultado da crise econômica de 2015-2016. Seguindo esse processo de defasagem entre queda da atividade econômica e resposta do aumento da desocupação, a Taxa de Desemprego cearense atingiu a máxima na série histórica de 14,2% no primeiro trimestre de 2017, não obstante a retomada do crescimento tenha se iniciado no primeiro trimestre desse ano e considerando também, como visto acima, que fatores sazonais tendem a elevá-la em todo primeiro trimestre de cada ano.

No entanto, mesmo sem considerar os fatores sazonais, ao comparar um trimestre com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o desemprego cearense saltou de 11,4% no primeiro trimestre de 2019 para 12,1% nesse primeiro trimestre de 2020, tendo, assim, registrado crescimento de 0,7 ponto percentual. No caso do Brasil, utilizando esse mesmo período de comparação, o desemprego teve um recuo de 0,5 ponto percentual ao sair de 12,7% no primeiro trimestre de 2019 para 12,2% no primeiro trimestre 2020.

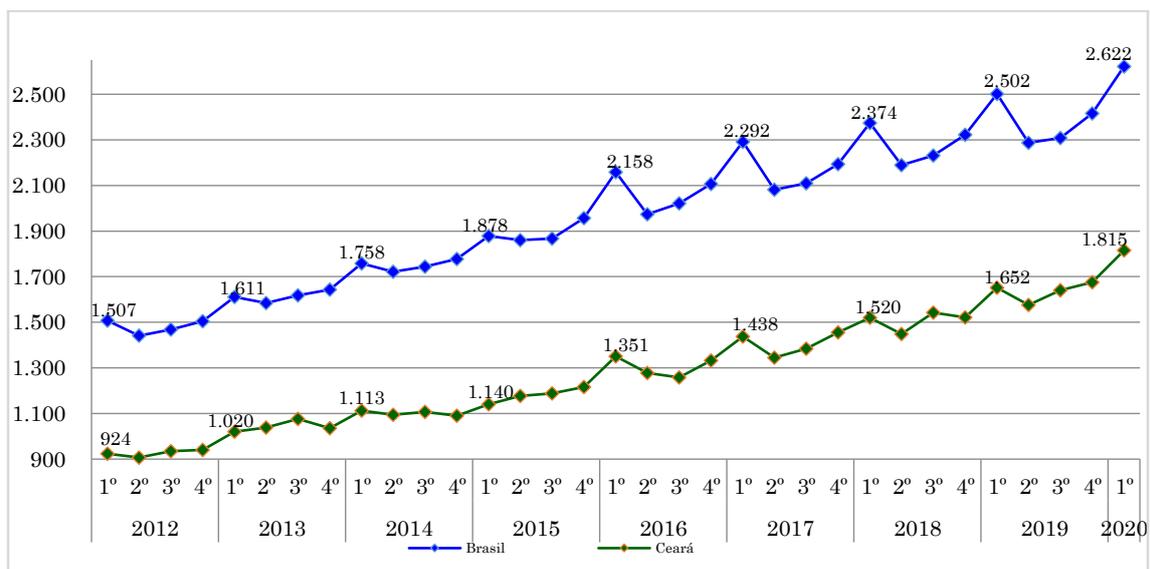
Diante desses resultados, duas considerações podem ser feitas. Em primeiro lugar, por razão da defasagem de resposta observada no mercado de trabalho e a sazonalidade do aumento da desocupação que ocorre em todo primeiro trimestre, esse aumento no desemprego no Estado do Ceará pode ser apenas reflexo de flutuações no mercado de trabalho cearense. No caso do Brasil, houve queda da desocupação. Adicionalmente, é cedo para analisar os efeitos reversos que a pandemia da Covid-19 ocasionou no mercado de trabalho tendo em conta que as medidas de isolamento social ocorreram em meados de março e dificilmente tenham sido captadas pela PNAD Contínua.

Para completar a análise, o Gráfico 45, a seguir, apresenta a evolução do rendimento médio de todos os trabalhos efetivamente recebido no mês de referência pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

Os dados fornecidos pela PNAD Contínua são deflacionados pelo índice corresponde ao período de coleta. Assim, a série histórica observada corresponde ao rendimento real médio do trabalhador. Por conta disso, deve-se destacar os picos da série em todo o primeiro trimestre do ano em razão da data base de ajuste do salário mínimo ocorrer no mês de janeiro. Adicionalmente, observa-se que ao longo da série histórica

tem havido ganho real do poder de compra dos trabalhadores na medida em que a renda segue uma linha ascendente.

Gráfico 45: Rendimento médio de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho – 1º Trim. 2012 - 1º Trim. 2020 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Dito disso, observa-se que o rendimento real médio do trabalhador cearense vem se elevando a cada primeiro trimestre do ano com leve recuo no trimestre subsequente, mas com tendência de alta no segundo semestre de cada ano.

Esses resultados permitem constatar também que não obstante a pandemia da Covid-19, o rendimento real médio no mercado de trabalho do Ceará atingiu a máxima histórica de R\$ 1.815 nesse primeiro trimestre do ano de 2020, com crescimento de 9,9% com relação ao primeiro trimestre de 2019.

Finalmente, destaca-se que o rendimento real médio do trabalhador cearense representava pouco menos de 70% do rendimento real médio do trabalhador brasileiro nesse primeiro trimestre de 2020. No primeiro trimestre de 2012, o rendimento real médio do trabalhador cearense era 61% do rendimento real médio do trabalhador brasileiro.

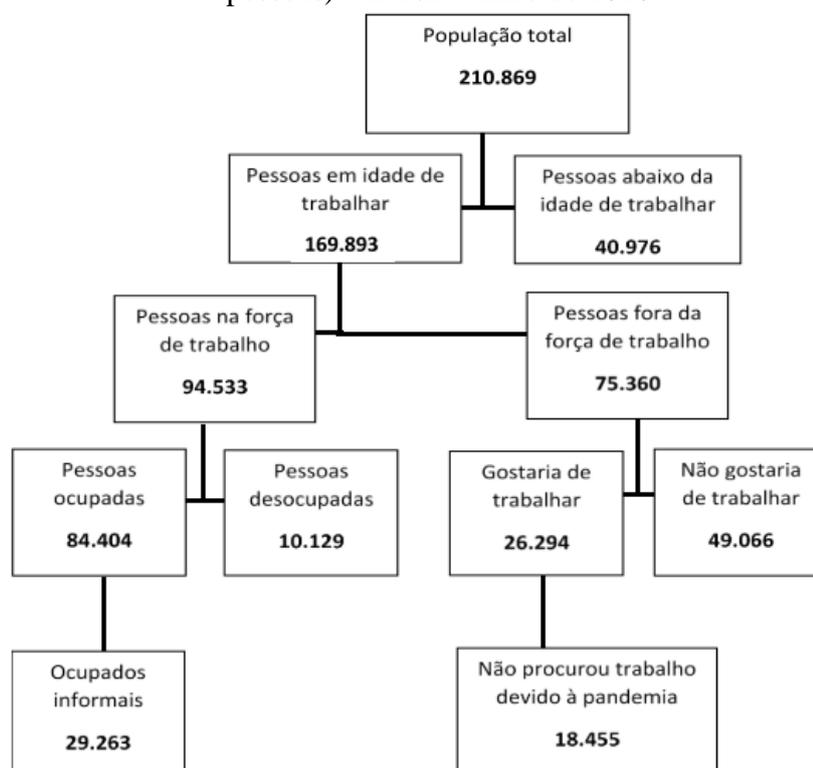
2.2.7.3. Os Resultados da PNAD Covid sobre o Mercado de Trabalho

2.2.7.3.1. Informações da Força de Trabalho

De acordo com a nova pesquisa fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PNAD Covid, estima-se que, em maio de 2020, o Brasil possuía 84 milhões de pessoas ocupadas, dessas, 29 milhões estariam na informalidade. No País, a população desocupada representa 10,7% da força de trabalho nacional (10,1

milhões de pessoas). Por outro lado, as pessoas que estão fora da força de trabalho representam 44,4% (75,3 milhões) da população em idade para trabalhar. As que gostariam de trabalhar, porém encontram-se fora da força de trabalho ficou estimada em 26,2 milhões de pessoas. Entretanto, grande parte dos indivíduos que gostaria de trabalhar não procurou trabalho devido a pandemia do novo coronavírus (70,2%), 18,4 milhões de pessoas, como pode ser visto na Figura 4, abaixo.

Figura 4 - Pessoas residentes em relação à sua situação no mercado de trabalho (mil pessoas) – Brasil – maio de 2020.



Fonte: IBGE (2020, p. 27)²², Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio/2020.

De acordo com a Tabela 34, a seguir, a região Sul possui a menor taxa de desemprego (8,9%), seguida do Sudeste (10,9%), Norte (11,0%), Nordeste (11,2%) e Centro-Oeste (11,4%).

A Tabela também mostra que, em maio de 2020, a região Norte tinha a maior taxa de informalidade (48,0%), seguida pelo Nordeste, com 45,4%, Centro-Oeste

²²Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=210172>

(34,0%), Sudeste (30,4%) e Sul (26,1%). Entre os estados nordestinos, o Maranhão possuía a maior quantidade de pessoas ocupadas na informalidade (50,6%). Em contraste, o estado do Rio Grande do Norte apresentou a menor taxa de informalidade (39,2%). Também é possível verificar que a Bahia tinha a maior quantidade de pessoas ocupadas na informalidade (cerca de 2,4 milhões de trabalhadores). Pernambuco (1,4 milhão), Ceará (1,3 milhão) e Maranhão (1,05 milhão) vêm posteriormente como destaque em relação ao número de trabalhadores informais.

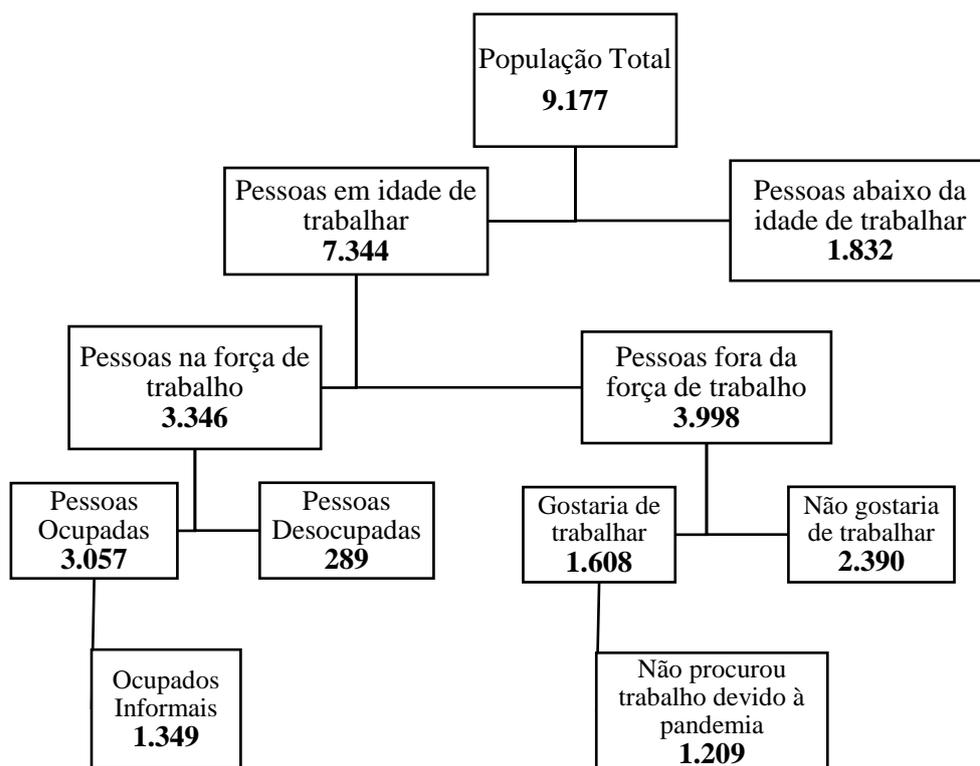
Tabela 34 - Proxy da taxa de informalidade das pessoas ocupadas (%) – País, Região e Estados do Nordeste.

País / Região e Estados do Nordeste	Pessoas Ocupadas (mil pessoas)	Pessoas Ocupadas e na Informalidade (mil pessoas)	Taxa de Informalidade
Brasil	84.404 (100,0%)	29.263 (100,0%)	34,7%
Norte	6.372 (7,5%)	3.056 (10,4%)	48,0%
Nordeste	18.830 (22,3%)	8.548 (29,2%)	45,4%
Maranhão	2.077 (11,0%)	1.052 (12,3%)	50,6%
Bahia	5.125 (27,2%)	2.461 (28,8%)	48,0%
Sergipe	826 (4,4%)	377 (4,4%)	45,7%
Piauí	982 (5,2%)	438 (5,1%)	44,6%
Ceará	3.057 (16,2%)	1.349 (15,8%)	44,1%
Alagoas	969 (5,1%)	425 (5,0%)	43,8%
Paraíba	1.294 (6,9%)	559 (6,5%)	43,2%
Pernambuco	3.267 (17,4%)	1.404 (16,4%)	43,0%
Rio Grande do Norte	1.232 (6,5%)	483 (5,6%)	39,2%
Centro-Oeste	7.176 (8,5%)	2.439 (8,3%)	34,0%
Sudeste	38.077 (45,1%)	11.577 (39,6%)	30,4%
Sul	13.949 (16,5%)	3.642 (12,4%)	26,1%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

Observando os principais indicadores fornecidos pela pesquisa, estima-se para o Ceará uma população em torno de 9,1 milhões de pessoas. Dessas, 7,34 milhões estão em idade para trabalhar e 3,34 milhões de pessoas, ou 41,6%, estão inseridas na força de trabalho. Os cearenses ocupados foram contabilizados em torno de 3,06 milhões. Por outro lado, quase 4 milhões de pessoas encontram-se fora da força de trabalho. Destas, 1,6 milhão gostaria de trabalhar, no entanto, 1,2 milhão de pessoas não procuraram trabalho devido a pandemia como pode ser visto abaixo na Figura 5.

Figura 5 - Pessoas residentes em relação à sua situação no mercado de trabalho (mil pessoas) – Ceará – maio de 2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

2.2.7.3.2. Pessoas afastadas, não afastadas e trabalho remoto

De acordo com o IBGE, um dos objetivos da PNAD Covidé estimar o número de pessoas com sintomas da COVID-19 e monitorar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro no período da pandemia. Assim, considerando essa temática, são inseridas no questionário da pesquisa informações adicionais para monitorar o impacto no mercado de trabalho, tais como os motivos do afastamento da ocupação, trabalho remoto e recebimento de algum auxílio do governo relacionado a pandemia.

Para destacar a reação da atividade econômica durante a pandemia o presente tópico vai abordar os seguintes aspectos: fatores sobre afastamento da ocupação e o motivo, exercício de trabalho remoto, horas semanais efetivamente e habitualmente trabalhadas, rendimentos efetivos e auxílios governamentais recebidos devido a pandemia. Os dados serão expostos para Brasil, Grandes Regiões e com grau de abertura maior para o estado do Ceará.

Para auxiliar na leitura, destaca-se o conceito de pessoas temporariamente afastadas, conforme o IBGE em seu relatório de resultados do mês de maio de 2020:

Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de quarentena, isolamento, distanciamento social ou férias coletivas devido à pandemia; férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência. (IBGE, 2020, p. 8)

2.2.7.3.2.1. Trabalhadores afastados

As pessoas ocupadas, que foram temporariamente afastadas de seus trabalhos, em maio de 2020, segundo a PNAD Covid, foram estimadas em 18 milhões, equivalente a 22,5% dos trabalhadores do país. Desses trabalhadores afastados, aproximadamente 15,7 milhões foram devido a pandemia do novo coronavírus, representando 18,6% dos indivíduos ocupados do país, com destaque para mais de 9,7 milhões desses trabalhadores que deixaram de receber remuneração durante o período, conforme a Tabela 35.

Em relação a região Nordeste, o número de pessoas afastadas da força de trabalho foi em torno de 5,7 milhões, segunda região com maior número de afastamentos, perdendo apenas para o Sudeste com 8,2 milhões de pessoas afastadas de seus empregos. A região Nordeste registrou o maior número de afastamentos devido ao distanciamento social (5,0 milhões de pessoas), equivalente a 26,6% da população ocupada da região. O Ceará registrou cerca de 1,1 milhão (36,1%) de afastamentos das pessoas ocupadas do estado, sendo 986 mil devidos à pandemia, constatando-se uma maior proporção relativa ao Nordeste e ao Brasil. Ademais, conforme a Tabela 35, mais de 600 mil trabalhadores cearenses ficaram sem remuneração no mês de maio.

Tabela 35 – Relação de pessoas ocupadas afastadas (mil pessoas) – País, Região e Ceará - maio de 2020.

Indicadores	Brasil		Nordeste		Ceará	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Pessoas Ocupadas	84.404	100,0%	18.830	100,0%	3.057	100,0%
Afastadas do trabalho	18.964	22,5%	5.726	30,4%	1.105	36,1%
Continuou a receber remuneração ou já era não remunerado	9.236	10,9%	2.562	13,6%	493	16,1%
Deixou de receber remuneração	9.728	11,5%	3.164	16,8%	612	20,0%
Afastadas do trabalho devido a Pandemia	15.725	18,6%	5.001	26,6%	986	32,2%
Afastadas do trabalho por outros motivos	3.238	3,8%	725	3,8%	119	3,9%

Fonte: PNAD Covid – IBGE. Elaboração: IPECE.

Comparando a quantidade de pessoas ocupadas afastadas devido ao isolamento social, em maio de 2020, dos estados da região Nordeste, o Ceará registrou a maior proporção de trabalhadores afastados de seus empregos, com 32,2%, seguido de Maranhão (30,2%), Pernambuco (28,8%) e Piauí (27,3%), todos os quatro com proporção maior que o Nordeste (26,6%). Os Estados com menor proporção foram: Alagoas (13,3%), Rio Grande do Norte (22,1%) e Bahia (22,7%), como pode ser visto abaixo na Tabela 36.

Tabela 36 - Trabalhadores afastados devido a pandemia do novo coronavírus (mil pessoas) – maio/2020.

País / Região e Estados	Pessoas Ocupadas	Afastados do trabalho devido a Pandemia	Afastados do trabalho devido a Pandemia (%)
Brasil	84 404	15.725	18,6%
Nordeste	18 830	5.001	26,6%
Ceará	3 057	986	32,2%
Maranhão	2 077	627	30,2%
Pernambuco	3 267	940	28,8%
Piauí	982	268	27,3%
Paraíba	1 294	329	25,4%
Sergipe	826	197	23,9%
Bahia	5 125	1.165	22,7%
Rio Grande do Norte	1 232	272	22,1%
Alagoas	969	129	13,3%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

O principal motivo do afastamento de pessoas ocupadas levantado pela pesquisa no Ceará foi devido ao isolamento social (89,2%). Férias, folga ou jornada de trabalho variável vem em seguida com 4,1% e Licença remunerada por motivo de saúde ou acidente da própria pessoa (2,8%). Estes últimos menos expressivos, de acordo com a Tabela 37.

Tabela 37 - Motivo do afastamento das pessoas ocupadas – Ceará – maio de 2020.

Motivo do Afastamento	Quantidade
Estava em quarentena, isolamento, distanciamento social ou férias coletivas	986 (89,2%)
Férias, folga ou jornada de trabalho variável	45 (4,1%)
Licença remunerada por motivo de saúde ou acidente da própria pessoa	31 (2,8%)
Outro motivo	19 (1,7%)
Afastamento do próprio negócio/empresa por motivo de gestação, saúde, acidente etc., sem ser remunerado por instituto de previdência	12 (1,1%)
Licença maternidade ou paternidade	6 (0,5%)
Fatores ocasionais (mau tempo, paralisação nos serviços de transportes etc.)	6 (0,5%)
Outro tipo de licença remunerada (estudo, paternidade, casamento, licença prêmio etc.)	0 (0,0%)
Total	1.105 (100,0%)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

Analisando-se as pessoas ocupadas afastadas por posição e categoria da ocupação no Ceará, (Tabela 38), observa-se que os trabalhadores domésticos sem carteira assinada foram a categoria mais afetada proporcionalmente em relação a quantidade de pessoas ocupadas. Comparando-se a relação de pessoas afastadas pelo total de ocupadas, os que trabalham por conta-própria representam a maior quantidade (32,7%). Em seguida, o empregado do setor privado com carteira assinada (29,6%) e sem carteira assinada (14,6%) foram as três categorias mais impactadas pelas medidas de isolamento social, totalizando aproximadamente 850 mil pessoas afastadas. Por fim, as categorias com menor quantidade de afastamentos foram os trabalhadores familiar auxiliar (0,5%), trabalhadores domésticos com carteira assinada (0,7%), os empregadores (1,8%), empregados do setor público com carteira assinada (2,2%) e sem carteira assinada (4,0%).

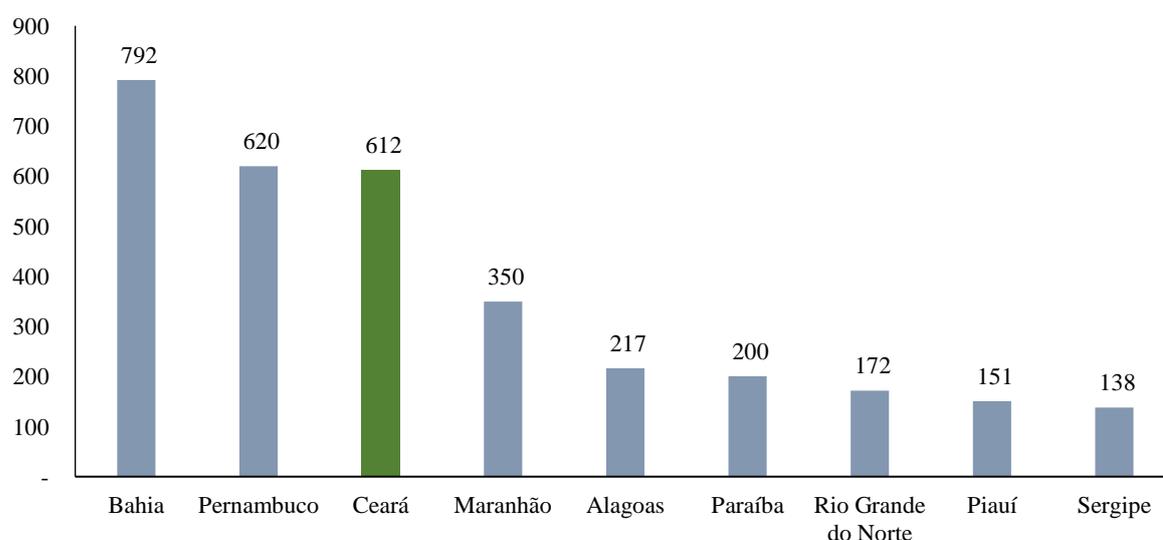
Tabela 38 – Trabalhadores afastados por posição e categoria da ocupação – Ceará – maio de 2020.

Posição e categoria da ocupação	Pessoas Ocupadas (mil pessoas)	Afastadas (mil pessoas)	Afastadas / Pessoas Ocupadas	Não Afastadas (mil pessoas)	Não Afastadas / Pessoas Ocupadas
Empregado do setor privado com carteira assinada	908 (29,7%)	327 (29,6%)	36,0%	581 (29,8%)	64,0%
Conta-própria	904 (29,6%)	361 (32,7%)	39,9%	543 (27,8%)	60,1%
Empregado do setor privado sem carteira assinada	426 (13,9%)	162 (14,6%)	37,9%	265 (13,6%)	62,1%
Militar e servidor estatutário	305 (10,0%)	89 (8,1%)	29,3%	215 (11,0%)	70,7%
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	144 (4,7%)	66 (6,0%)	45,7%	78 (4,0%)	54,3%
Empregado do setor público sem carteira assinada	128 (4,2%)	44 (4,0%)	34,3%	84 (4,3%)	65,7%
Empregado do setor público com carteira assinada	93 (3,0%)	24 (2,2%)	26,0%	69 (3,5%)	74,0%
Empregador	67 (2,2%)	20 (1,8%)	29,3%	47 (2,4%)	70,7%
Trabalhador familiar auxiliar	55 (1,8%)	5 (0,5%)	9,3%	50 (2,6%)	90,7%
Trabalhador doméstico com carteira assinada	28 (0,9%)	8 (0,7%)	29,2%	20 (1,0%)	70,8%
Total	3.057 (100,0%)	1.105 (100,0%)	36,1%	1.952 (100,0%)	63,9%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

No que se refere aos trabalhadores que foram afastados e ficaram sem remuneração, no Nordeste o Ceará foi o terceiro estado com maior quantidade de trabalhadores nesta condição, cerca de 612 mil pessoas, Bahia com a maior quantidade, 792 mil, e Pernambuco, na segunda posição, com 620 mil pessoas. (Gráfico 46).

Gráfico 46 - Quantidade de pessoas afastadas que ficaram sem remuneração - maio de 2020.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020.
Elaboração: IPECE.

2.2.7.3.2.2. Não afastados e trabalho remoto

Os números da Tabela 39, abaixo, mostram que 77,5% das pessoas ocupadas não foram afastadas do trabalho no Brasil. Das que não foram afastadas, 13,3% trabalharam de forma remota em maio de 2020.

Na região Nordeste, 13,1 milhões de pessoas não foram afastadas, o que equivale a 69,6% das pessoas ocupadas. Contudo, comparando o percentual de trabalhadores remotos em relação às pessoas não afastadas de suas ocupações, a região registra cerca de 10,7% de trabalhadores exercendo suas ocupações remotamente. Para comparação, o percentual das demais regiões foram: Sudeste (17,2%), Centro-Oeste (10,7%), Sul (10,1%) e Norte (7,1%).

Tabela 39 - Pessoas ocupadas e não afastadas (mil pessoas) – Brasil, Região e Estados selecionados.

País / Região e estados	Pessoas ocupadas	Pessoas ocupadas e não afastadas		Pessoas ocupadas que trabalhavam de forma remota	
		Qtde	%	Qtde	%
Brasil	84.404	65.441	77,5%	8.709	13,3%
Nordeste	18.830	13.104	69,6%	1.400	10,7%
Paraíba	1.294	915	70,7%	150	16,4%
Ceará	3.057	1.952	63,9%	306	15,7%
Pernambuco	3.267	2.196	67,2%	285	13,0%
Piauí	982	681	69,3%	80	11,7%
Alagoas	969	714	73,7%	68	9,5%
Rio Grande do Norte	1.232	905	73,5%	86	9,5%
Sergipe	826	591	71,5%	55	9,2%
Bahia	5.125	3.771	73,6%	280	7,4%
Maranhão	2.077	1.381	66,5%	91	6,6%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

Em termos absolutos, o Ceará é o estado nordestino com maior quantidade de pessoas ocupadas trabalhando de forma remota, estima-se que 306 mil pessoas estejam nesta condição, conforme a Tabela 39. Proporcionalmente, relacionando a quantidade de pessoas trabalhando de forma remota pela quantidade de pessoas ocupadas e não afastadas, a Paraíba registra o maior percentual (16,4%), seguido pelo Ceará (15,7%), Pernambuco (13,%) e Piauí (11,7%), estes com mais de 10%. Maranhão (6,6%) e Bahia (7,4%) foram os que apresentaram as menores taxas.

Observando as atividades econômicas do Ceará, (Tabela 40), o setor de Educação foi o que registrou a maior quantidade de trabalhadores em trabalho remoto (114 mil), ou seja, uma participação de 37,4% do total de trabalhadores nesta condição.

As demais atividades que tiveram destaque foram: Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (17,4%), Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (10,2%) e Outras (8,7%). As menores taxas foram observadas nos ramos de Comércio; Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (0,3%), Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal (0,4%). Por fim, Serviços Domésticos (0,0%) e Indústrias Extrativas (0,3%) não apresentaram quantidades significativas, como pode ser visto na Tabela 40.

A atividade Educação também se destaca por apresentar a maior taxa de trabalhadores em home office em relação a quantidade total de trabalhadores ocupados e não afastados, com um percentual de 67,1%. Em seguida vêm as atividades de

Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (37,6%) e Intermediação Financeira (29,0%). A Administração Pública apresentou 24,2% de seu quadro de ocupados não afastados em teletrabalho, ocupando a quarta posição nesta condição.

Tabela 40 - Pessoas ocupadas e não afastadas por atividade (mil pessoas) – Ceará

Atividade	Pessoas em Trabalho Remoto	Pessoas em Trabalho Convencional	Pessoas Ocupadas Não Afastadas	Trab. Remoto/ Pessoas Ocupadas Não Afastadas
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	1 (0,4%)	213 (13,0%)	214 (11,0%)	0,5%
Indústrias Extrativas	0 (0,3%)	2 (0,1%)	2 (0,1%)	0,0%
Indústrias de Transformação	13 (4,2%)	128 (7,8%)	141 (7,2%)	9,2%
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3 (0,9%)	19 (1,2%)	22 (1,1%)	13,6%
Construção	6 (2,1%)	89 (5,4%)	95 (4,9%)	6,3%
Comércio no atacado e varejo;	19 (6,3%)	245 (14,9%)	264 (13,5%)	7,2%
Comércio; Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1 (0,3%)	33 (2,0%)	34 (1,7%)	2,9%
Transporte, Armazenagem e comunicações	3 (1,0%)	67 (4,1%)	70 (3,6%)	4,3%
Alojamento e Alimentação	4 (1,3%)	116 (7,1%)	120 (6,1%)	3,3%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	53 (17,4%)	88 (5,4%)	141 (7,2%)	37,6%
Intermediação Financeira	9 (2,8%)	22 (1,3%)	31 (1,6%)	29,0%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	31 (10,2%)	97 (5,9%)	128 (6,6%)	24,2%
Educação	114 (37,4%)	56 (3,5)	170 (8,7%)	67,1%
Saúde e Serviços Sociais	15 (4,8%)	135 (8,2%)	150 (7,7%)	10,0%
Serviços Domésticos	0 (0,0%)	98 (6,0%)	98 (5,0%)	0,0%
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	6 (2,0%)	42 (2,6%)	48 (2,5%)	12,5%
Outras	26 (8,7%)	188 (11,5%)	214 (11,0%)	12,1%
Total	306 (100,0%)	1.646 (100,0%)	1.952 (100,0%)	15,7%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

Na abertura por posição e categoria da ocupação, (Tabela 41), os empregados do setor privado com carteira assinada representaram 35,6% do total de pessoas ocupadas e não afastadas em trabalho remoto no Ceará, seguido dos Militares e servidores estatutários (25,7%), trabalhadores por conta-própria (10,1%), empregado do setor público sem carteira assinada (9,9%) e com carteira assinada (7,3%). Trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada não tiveram informações disponíveis.

Verificando-se os trabalhadores em teletrabalho em relação às pessoas ocupadas não afastadas, os Militares e Servidores Estatutários tiveram o maior valor percentual (36,28%), seguidos dos Empregados do setor público sem carteira assinada (35,71%) e com carteira assinada (31,88%), Empregador (21,28%) e Empregado do setor privado com carteira assinada (18,76%).

Tabela 41 - Pessoas ocupadas e não afastadas por posição e categoria da ocupação (mil pessoas) – Ceará

Posição e Categoria da Ocupação	Pessoas em Trabalho Remoto	Pessoas em Trabalho Convencional	Pessoas Ocupadas Não Afastadas	Trab. Remoto/ Pessoas Ocupadas Não Afastadas
Empregado do setor privado com carteira assinada	109 (35,6%)	472 (28,7%)	581 (29,8%)	18,76%
Conta-própria	31 (10,1%)	512 (31,1%)	543 (27,8%)	5,71%
Empregado do setor privado sem carteira assinada	24 (7,9%)	241 (14,6%)	265 (13,6%)	9,06%
Militar e servidor estatutário	78 (25,7%)	137 (8,3%)	215 (11,0%)	36,28%
Empregado do setor público sem carteira assinada	30 (9,9%)	53 (3,2%)	84 (4,3%)	35,71%
Empregado do setor público com carteira assinada	22 (7,3%)	47 (2,9%)	69 (3,5%)	31,88%
Empregador	10 (3,2%)	37 (2,2%)	47 (2,4%)	21,28%
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	NA (-)	78 (4,7%)	78 (4,0%)	-
Trabalhador familiar auxiliar	1 (0,3%)	50 (3,0%)	50 (2,6%)	2,00%
Trabalhador doméstico com carteira assinada	NA (-)	20 (1,2%)	20 (1,0%)	-
Total	306 (100,0%)	1.646 (100,0%)	1.952 (100,0%)	15,68%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

2.2.7.4. Rendimentos, auxílios e horas trabalhadas

De acordo com a PNAD Covid, relativa a maio de 2020, os rendimentos médios habitualmente recebidos pelos brasileiros, era de R\$ 2.320, contudo, devido aos efeitos da pandemia, o efetivo recebido foi de R\$1.899, representando 81,8% do rendimento habitual, enquanto o rendimento per capita médio recebido foi de R\$ 1.418 no mês de referência. Na região Nordeste, o rendimento médio era de R\$ 1.643 e o efetivamente recebido foi de R\$ 1.320 no período, algo em torno de 80,3% do rendimento habitual e o per capita de R\$ 970, valor abaixo do salário mínimo de R\$ 1.045. Por sua vez, o rendimento habitual recebido pelos cearenses foi de R\$ 1.636 no mês de referência, o efetivamente recebido foi de R\$ 1.321, representando 80,8% do habitualmente recebido. O valor do rendimento per capita dos cearenses foi de R\$ 968, também inferior a um salário mínimo. (Tabela 42).

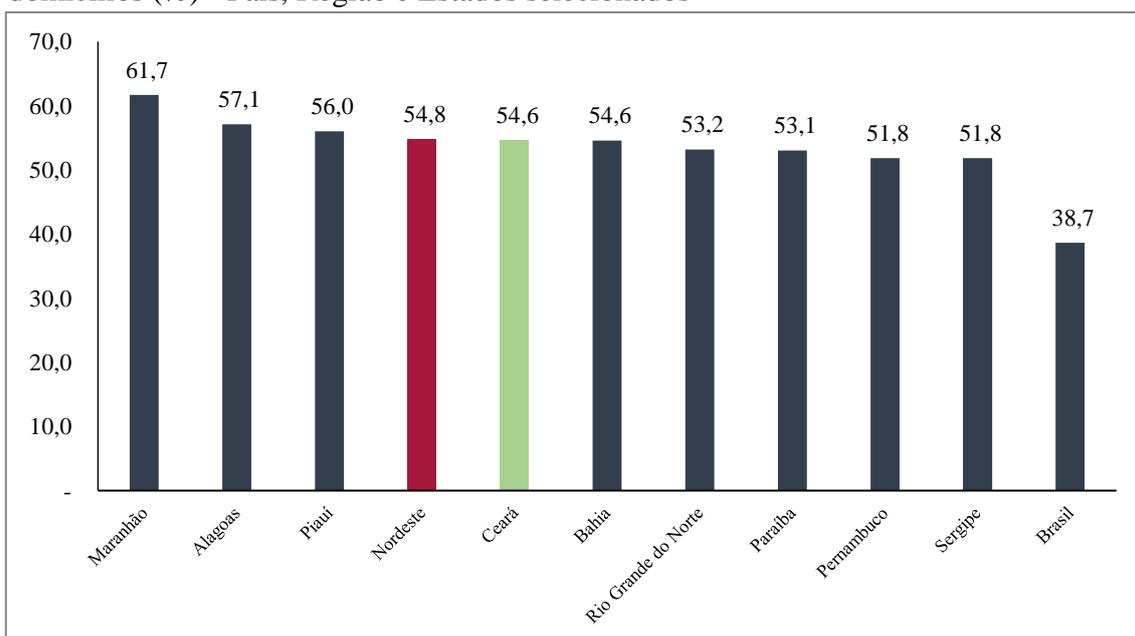
Tabela 42 – Rendimentos habituais e efetivamente recebidos, massa de rendimentos e auxílios governamentais – Brasil, Nordeste e Ceará – maio de 2020

Indicadores de Rendimentos	Brasil	Nordeste	Ceará
Rendimento habitual	2.320,2	1.642,7	1.635,5
Rendimento efetivo	1.898,9	1.319,3	1.321,6
Rendimento per capita médio efetivamente recebido	1.418,2	969,6	968,5
Massa de rendimento médio real normalmente recebido (milhões de R\$)	192.957,2	30.354,8	4.910,9
Massa de rendimento médio real efetivamente recebido (milhões de R\$)	157.914	24.380	3.968
Percentual de domicílios que recebem auxílio emergencial no total de domicílios (%)	38,7	54,8	54,6
Média do rendimento proveniente do auxílio emergencial recebido pelos domicílios (R\$)	846,5	907,4	909,1
Razão do rendimento efetivo e habitual	81,8	80,3	80,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

Em relação aos rendimentos provenientes de auxílios governamentais para combate a pandemia, a pesquisa mostra que, no Nordeste, 54,8% dos domicílios receberam o auxílio, enquanto no Ceará essa proporção ficou em 54,6%, sendo o quarto estado da região Nordeste com maior percentual. Em termos relativos, o Maranhão registrou o maior percentual (61,7%), seguido de Alagoas (57,1%) e Piauí (56,0%). Os estados que apresentaram os menores percentuais foram: Sergipe e Pernambuco, ambos com, aproximadamente, 51,8%, Paraíba (53,1%), Rio Grande do Norte (53,2%) e Bahia (54,6%). Todos os estados nordestinos ficaram acima da média nacional de 38,7%, conforme está disposto no Gráfico 47.

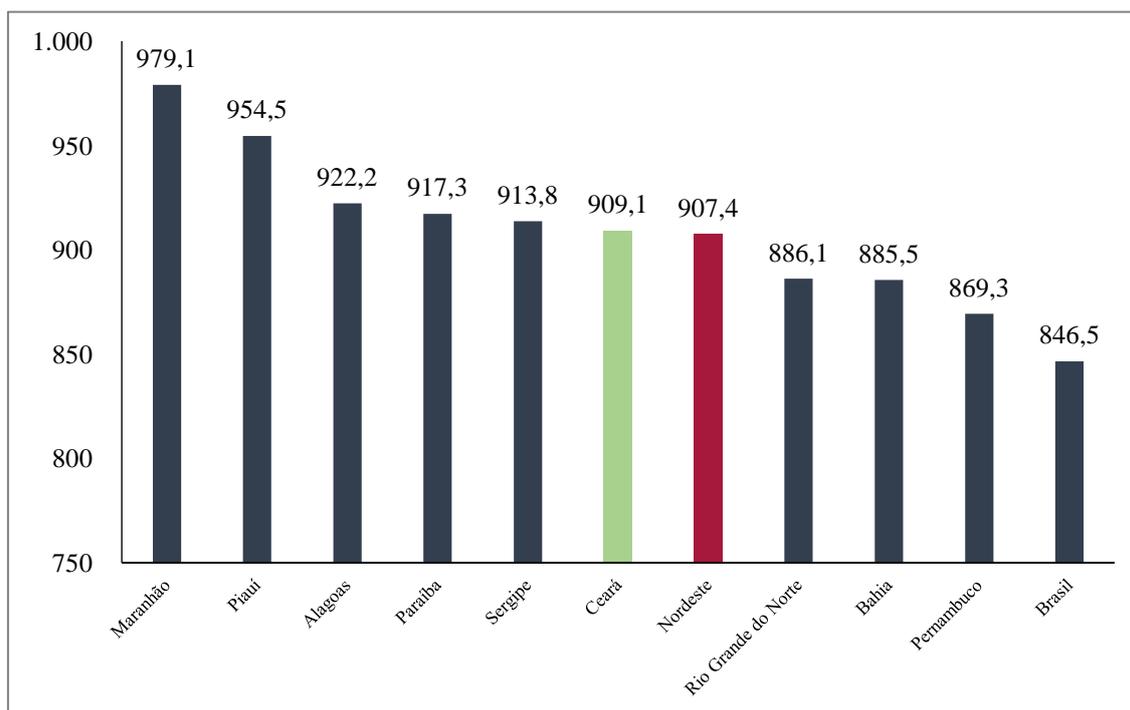
Gráfico 47 - Percentual de domicílios que recebem auxílio emergencial no total de domicílios (%) - País, Região e Estados selecionados



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

Comparando os estados nordestinos, o Ceará foi o sexto com maior valor médio de rendimentos provenientes do auxílio emergencial (R\$ 909), com destaque para o Maranhão, com a maior média de valor recebido (R\$979,1), seguido do Piauí (R\$ 954,5), Alagoas (R\$ 922,2), Paraíba (R\$ 917,3) e Sergipe (R\$ 913,8). Os estados de Pernambuco (R\$ 869,3), Bahia (R\$ 885,5) e Rio Grande do Norte (R\$ 886,1) foram os que apresentaram os menores valores. (Gráfico 48).

Gráfico 48- Média do rendimento proveniente do auxílio emergencial recebido pelos domicílios (R\$) - Nordeste e estados selecionados.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

Verificando a abertura por sexo na Tabela 43, observa-se que os homens receberam o maior valor médio, em torno de R\$ 939, em comparação com as mulheres (R\$ 883), cujo rendimento foi 6,34% a menos do que o dos homens no estado do Ceará.

Tabela 43 - Rendimento médio proveniente do auxílio emergencial, média de horas normalmente e efetivamente trabalhadas por sexo – Ceará – maio de 2020.

Indicador	Homem	Mulher	Total
Média do rendimento proveniente do auxílio emergencial recebido pelos domicílios (R\$)	939	883	909
Médio de horas normalmente trabalhadas em todos os trabalhos	39,9	36,4	38,4
Médio de horas efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos	23,1	18,3	21,0
Diferença Relativa das horas trabalhadas	57,8%	50,2%	54,7%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 – maio de 2020. Elaboração: IPECE.

De acordo com a Tabela 43, o total de horas habitualmente trabalhadas no Ceará era, em média, de 38,4 horas semanais. Com a pandemia, a quantidade efetiva trabalhada no mês de referência era de 21 horas semanais, o que representa 54,7% das horas habituais. Observando a divisão por sexo, os homens trabalhavam habitualmente 39,9 horas semanais e as mulheres 36,4, no período de referência, as horas efetivamente

trabalhadas foram de 23,1 e 18,3, representando 57,8% e 50,2% das horas normalmente trabalhadas, respectivamente.

2.2.8. Os Impactos da Crise Sanitária na Arrecadação de ICMS

2.2.8.1. Introdução

A crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19 tem acarretado prejuízos para a economia de diversos países, inclusive o Brasil. Nesse contexto, dada a gravidade da situação local, o Governo do Estado do Ceará, a exemplo de outros governos estaduais, tem tomado um conjunto de medidas, cujo objetivo é o de retardar a velocidade de disseminação da referida pandemia.

Entre as principais medidas adotadas, especificadas no Decreto 33.519/2020, está a suspensão de diversas atividades mercantis por um período de 10 dias, no terço final do mês de março de 2020, tendo havido prorrogações sucessivas dessa medida ao longo do primeiro semestre. Obviamente, é esperado que essa medida tenha impactos significativos na atividade econômica estadual e, conseqüentemente, na arrecadação de impostos, especialmente o do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), que constitui a principal fonte de financiamento do Governo Cearense.

Outro fator que deverá influenciar na atividade econômica do Ceará é o nível de incerteza que os agentes econômicos terão na retomada da atividade econômica. Assim, mesmo com a liberação de todas as atividades econômicas poderá ocorrer uma demora na retomada do dinamismo econômico, refletindo-se na arrecadação estadual. Além disso, pode-se supor que os diferentes setores econômicos são afetados de formas diversas pelas medidas de isolamento social.

Assim, o objetivo deste tópico é o de realizar um diagnóstico dos impactos nas finanças públicas estaduais, decorrentes da crise econômica resultante da pandemia de Covid-19, mais especificamente na arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Optou-se tanto por prever o comportamento de sua arrecadação como pela análise, de forma resumida, do desempenho da arrecadação desse imposto nos diferentes setores econômicos que constituem sua base. Para essa análise optou-se por método econométricos que usam séries temporais.

Deve-se ressaltar que os exercícios aqui realizados não consideraram as medidas anunciadas no dia 25 de junho de 2020 em que, entre outras medidas, constavam as de parcelamento de tributos devidos por empresas, nos meses de junho e julho, que tiveram queda de operações, suspensão das operações do FEEF (Fundo de Estadual de Estabilização Fiscal), devido pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais estaduais e postergação do ICMS de importação. Obviamente essas medidas terão impacto no fluxo de caixa dos cofres públicos, entretanto deve-se frisar que elas poderão ter efeitos positivos no fluxo de caixa das empresas esperando-se, assim, que contribuam para a recuperação da economia cearense.

Os resultados apontam que o maior impacto na arrecadação deverá ser observado nos meses de maio e junho, isto é, no segundo e terceiro meses após a adoção das medidas de restrição das atividades mercantis. Porém, observa-se que o auxílio emergencial, proveniente do Governo Federal, deverá amenizar a queda da arrecadação do ICMS. Quanto aos setores, suas elasticidades sugerem que o comércio varejista e a indústria deverão ser aqueles que mais lentamente recuperarão seus níveis de arrecadação.

Este tópico encontra-se dividido em seis seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda é apresentada, de forma sucinta, a metodologia utilizada na previsão. Na terceira são mostrados os resultados do exercício de previsão e, na quarta, pontua-se como o fluxo de caixa será afetado considerando-se o auxílio emergencial transferido aos estados. Na quinta seção é realizada uma breve análise da distribuição setorial da arrecadação de ICMS e suas elasticidades. Por fim, na sexta seção, são feitos alguns comentários conclusivos.

2.2.8.2. Metodologia

A metodologia empregada nesse trabalho é a Box Jenkins que consiste, basicamente em estimar, por meio de regressões, um modelo econométrico em que a variável dependente é explicada pelo seu valor defasado (Auto Regressivo –AR) e uma média móvel (MA) dos termos de erros presentes e defasados, ou seja,

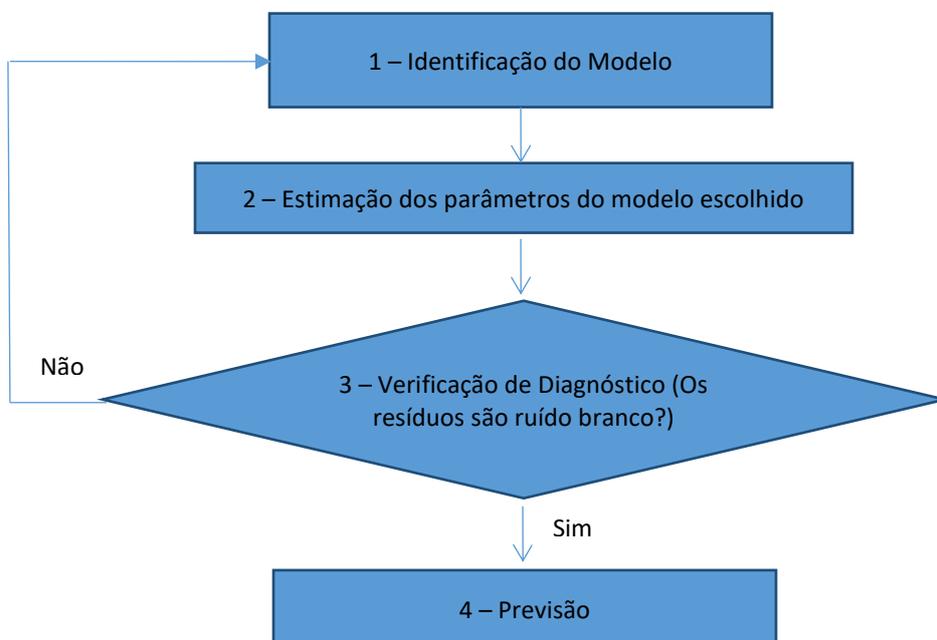
$$Y_t = \theta + \alpha_1 Y_{t-1} + \dots + \alpha_p Y_{t-p} + \beta_0 \mu_t + \dots + \beta_q \mu_{t-q}$$

Em que μ_t é um termo de erro de um ruído branco. Assim, diz-se que Y_t segue um processo ARMA (p,q), quando ele possui p termos AR e q termos MA.

O método Box-Jenkins, cujo fluxograma é apresentado na Figura 6, consiste de quatro etapas: Identificação; Estimação; Verificação de diagnóstico; e previsão. Na primeira etapa, identificação, busca-se identificar os valores adequados de p e q e se as séries são estacionárias, caso não sejam pode-se testar se a primeira diferença, ou ordens superiores, é estacionária, nesse caso o modelo passa a ser denominado $ARIMA(p,d,q)$, em que d refere-se ao número de diferenças necessárias para tornar a série estacionária. Nessa etapa costuma-se usar ferramentas como o correlograma, correlograma parcial e testes de raiz unitária.

Dada a identificação da ordem p e q e se a série é estacionária, em nível ou em primeira diferença, procede-se a estimação do modelo identificado. A terceira etapa, verificação de diagnóstico, consiste em avaliar se os resíduos da regressão estimada no passo anterior são ruídos brancos, isto é, não estão serialmente correlacionados e possuem uma distribuição aproximadamente normal. Caso os resíduos sejam um ruído branco realiza-se a previsão da série pretendida. A Figura 6 apresenta o diagrama proposto por Gujarati para o modelo Box-Jenkins.

Figura 6: Método Box Jenkins



Fonte: Gujarati, 2006.

É interessante observar que os modelos de previsão não necessitam de maiores fundamentações econômicas, dado que são considerados como modelos estatísticos, sendo ressaltado que a modelagem ARIMA é atórica.

Deve-se, ainda, destacar que a modelagem ARIMA permite a introdução de variáveis explicativas, tendo-se optado por estimar diversos modelos em que foram consideradas as seguintes variáveis explicativas: Volume de Vendas do Varejo (PMC); Produção Física Indústria (PIM-PF); Volume de Combustível Consumido (ANP); Consumo Total de Energia Elétrica (ONS); Índice de Atividade Econômica Regional - Ceará (IBC-Br); e Saldo de Demitidos e Admitidos da CAGED. Das variáveis mencionadas apenas o IBC-Br apresentou resultados que melhoraram o poder de predição do modelo, tendo-se descartado as demais.

Dessa forma, na próxima seção serão apresentados os cenários considerados para o exercício de previsão e os resultados obtidos com a metodologia apresentada.

2.2.8.3. Impacto Esperado na Arrecadação

2.2.8.3.1. Cenários Considerados

Dada a escolha da metodologia e da variável de controle, mencionadas na seção anterior, foram construídos alguns cenários utilizando-se o IBC-Br, para simular a redução da atividade econômica cearense e seus impactos no nível de arrecadação do Estado, que são apresentados no Quadro 3. No cenário de referência considera-se que o nível de atividade da econômica cearense seria similar ao observado no ano de 2019, ou seja, simula-se uma situação de estagnação econômica. Pretende-se com esse cenário ter um contrafactual de como seria a arrecadação caso não houvesse a crise sanitária.

Quadro 3: Cenários para o Índice de Atividade Econômica – IBC-Br

Mês	Cenários		
	Otimista	Moderado	Pessimista
abr/20	15%	20%	25%
mai/20	15%	20%	25%
jun/20	10%	15%	20%
jul/20	10%	15%	20%
ago/20	5%	10%	15%
set/20	5%	10%	15%
out/20	0%	5%	10%
nov/20	0%	5%	10%
dez/20	0%	0%	5%

Nos cenários otimista, moderado e pessimista considera-se que os maiores impactos ocorram nos meses de abril e maio e, posteriormente, o choque negativo, provocado pela crise sanitária, atenua-se com o passar do tempo. Assim, no cenário otimista o choque estará totalmente dissipado em outubro e, no pessimista em dezembro. Observe-se, ainda, que o choque é maior no cenário pessimista.

Destaque-se que nos cenários apresentados no Quadro 3 considera-se a queda na atividade econômica relativa a idênticos meses de 2019 e, após o choque dissipar-se, a atividade econômica voltaria a idêntico nível do ano anterior. Assim, na Tabela 44 são apresentados os valores do IBC-BR utilizados no exercício de previsão. É interessante observar que a queda da atividade econômica acumulada no ano de 2020, no cenário otimista, seria de 5,0%, no cenário moderado, de 8,4% e, no pessimista, de 12,2%.

Tabela 44: Cenários com Valores Previstos do IBC-Br do Ceará

mês	Cenários			
	Referência	Otimista	Moderado	Pessimista
jan/20	149.31	152.89	152.89	152.89
fev/20	145.46	146.84	146.84	146.84
mar/20	147.53	142.40	142.40	142.40
abr/20	149.11	126.74	119.29	111.83
mai/20	154.83	131.61	123.86	116.12
Jun/20	151.35	136.22	128.65	121.08
Jul/20	163.50	147.15	138.98	130.80
Ago/20	164.67	156.44	148.20	139.97
Set/20	161.25	153.19	145.13	137.06
Out/20	162.53	162.53	154.40	146.28
Nov/20	158.30	158.30	150.39	142.47

Fonte: BCB, Elaboração IPECE

2.2.8.3.2. Resultados

Dado o exposto na metodologia, o primeiro passo adotado foi testar a estacionariedade das séries envolvidas, cujos resultados são apresentados na Tabela 45, sendo possível observar que a variável que mensura o nível de atividade da economia é estacionária em primeira diferença nos três testes realizados. Já na variável ICMS foi constatada a estacionariedade em primeira diferença em dois dos testes realizados e no terceiro a variável é estacionária em nível.

Tabela 45: Teste de Estacionariedade da Arrecadação de ICMS e do IBC-BR

Variável	ADF	ADF-GLS	Phillips-Perron
ICMS	I(1)	I(1)	I(0)
IBC-Br	I(1)	I(1)	I(1)

Fonte: BCB e SEFAZ/Ce, Elaboração IPECE

Tendo em vista os resultados dos testes de estacionariedade, optou-se por estimar dois modelos distintos, sendo o primeiro com ambas as variáveis em primeira diferença e o segundo com a variável ICMS em nível e o IBC-Br em primeira diferença, conforme as equações expostas abaixo:

$$\Delta \quad (1)$$

$$\ln(ICMS|_t) = \theta + \alpha_1 \Delta \quad (2)$$

Como se pode observar, em ambos os modelos foram consideradas a transformação logarítmica das séries em questão. Outra consideração é que se optou por usar uma defasagem do IBC-Br para explicar a variação da arrecadação de ICMS, isso

deve-se ao fato de que a arrecadação de um mês é referente aos fatos geradores do mês anterior.

Os dois modelos acima foram estimados e realizadas previsões para o período de janeiro de 2019 a abril de 2020, sendo calculado tanto o erro quadrático e o erro absoluto médio deles, os resultados são apresentados na Tabela 46. Como pode ser observado na referida Tabela o Modelo 1 apresentou o menor erro de previsão.

Tabela 46: Erro quadrático e Erro Absoluto Médio dos Modelos 1 e 2

Modelo	Especificação	$\sum e^2$	$\frac{ e }{n}$
1	ARIMA(0,1,1)	38.289.364.690	0.04318
2	ARIMA(1,0,1)	69.169.533.908	0.06236

Fonte: BCB e SEFAZ/Ce, Elaboração IPECE

Os coeficientes estimados do Modelo 1, que foi o escolhido para a realização das previsões, são apresentados na Tabela 47. Um fato de destaque é o coeficiente da variável do Índice de Atividade Econômica do Ceará, que permite concluir que para cada 1% de crescimento da atividade econômica a arrecadação de ICMS cresce 1,42%.

Tabela 47: Coeficientes Estimados do Modelo Arima(0,1,1)

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	-0,030218	0,025055	0,025055	0.2295
FEV	-0,004899	0,040871	0,040871	0.9047
MAR	0,004529	0,036553	0,036553	0.9015
ABR	0,044060	0,033023	0,033023	0.1840
MAI	-0,004132	0,029676	0,029676	0.8894
JUN	-0,008091	0,028743	0,028743	0.7787
JUL	0,091256	0,036445	0,036445	0.0132
AGO	0,010734	0,038718	0,038718	0.7819
SET	0,052444	0,034960	0,034960	0.1355
OUT	0,037643	0,034269	0,034269	0.2736
NOV	0,038263	0,037195	0,037195	0.3051
DEZ	0,099294	0,048431	0,048431	0.0419
D(Ln(IBC(t-1)))	1,420218	0,152395	0,152395	0.0000
MA(1)	-0,851676	0,048272	0,048272	0.0000
R-squared				0.613239
Adjusted R-squared				0,580816
Durbin-Watson stat				1,7890
F-statistic				18,913
Prob(F-statistic)				00,000

Fonte: BCB e SEFAZ/Ce, Elaboração IPECE

Com os resultados estimados realizou-se o exercício de previsão, cujos valores obtidos são apresentados na Tabela 48. Deve-se lembrar, como mencionado anteriormente, que o valor da arrecadação de janeiro a abril é o valor real, assim o primeiro valor previsto é o do mês de maio. Nesse sentido, constata-se que as piores arrecadações previstas, nos cenários otimista, moderado e pessimista, deverão ocorrer nos meses de maio e junho, recuperando-se nos meses seguintes sem, entretanto, ultrapassar os valores observados no ano de 2019.

Relativamente a arrecadação anual, constata-se, ainda na Tabela 48, que mesmo no cenário de referência, ou seja, no cenário de estagnação, seria esperado uma ligeira queda na arrecadação de 2020. Nos demais cenários constata-se que a queda poderá cair cerca de R\$ 1,2 bilhão, no cenário otimista, a R\$ 2,2 bilhões, no cenário pessimista. Se for comparada com a arrecadação de anos anteriores, ver a Figura 7, constata-se que arrecadação de ICMS cairá a níveis observados no início da década de 2010.

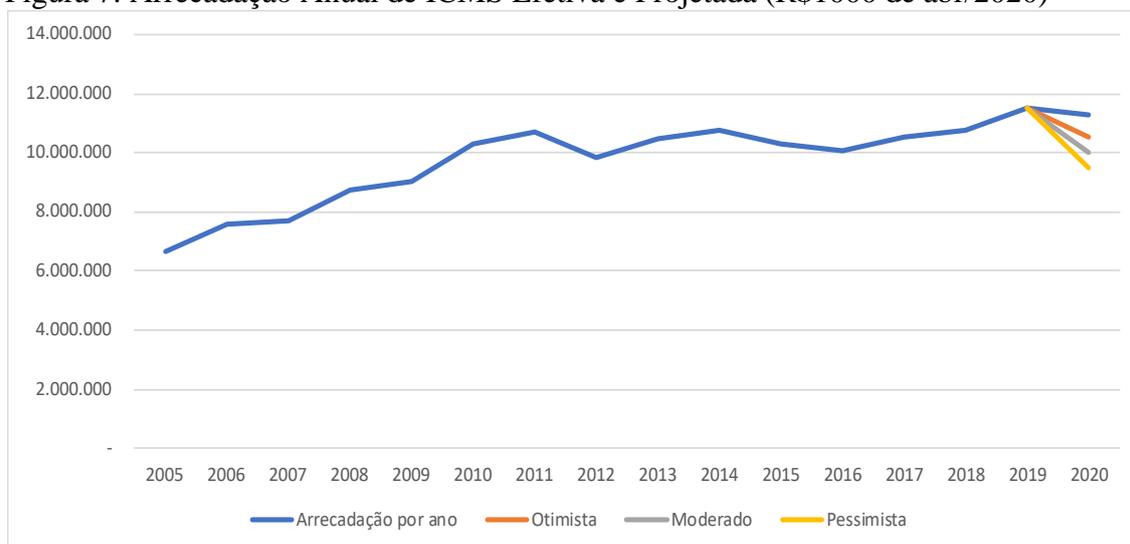
Tabela 48: Valores Previstos para a Arrecadação de ICMS do Ceará no Primeiro Semestre de 2020 (R\$ 1000 abr/2020)

Mês	2018	2019	Cenários			
			Referência	Otimista	Moderado	Pessimista
Janeiro	982.079	1.007.974	1.078.489	1.078.489	1.078.489	1.078.489
Fevereiro	825.274	892.012	880.434	880.434	880.434	880.434
Março	778.207	864.206	833.817	833.817	833.817	833.817
Abril	886.732	880.593	672.016	672.016	672.016	672.016
Mai	832.807	905.572	859.780	682.542	626.274	571.391
Junho	780.885	890.798	872.907	693.024	635.791	580.115
Julho	857.201	1.004.184	898.369	773.556	713.225	654.367
Agosto	979.653	947.327	983.151	846.515	780.552	716.122
Setembro	940.486	1.055.275	1.015.479	944.164	874.325	806.181
Outubro	915.400	979.774	993.002	923.258	855.039	788.312
Novembro	956.140	1.035.967	1.012.327	1.012.327	941.173	871.661
Dezembro	1.019.905	1.040.502	1.044.852	1.044.852	971.489	899.641
Total	10.754.768	11.504.185	11.144.623	10.384.994	9.862.624	9.352.547

Fonte: BCB e SEFAZ/Ce, Elaboração Própria.

Obs.: Os meses de janeiro, fevereiro, março e abril é apresentada a arrecadação efetiva do mês

Figura 7: Arrecadação Anual de ICMS Efetiva e Projetada (R\$1000 de abr/2020)



Fonte: BCB e SEFAZ/Ce, Elaboração Própria.

Obs.: O mês de janeiro é a arrecadação efetiva do mês

2.2.8.4. Ajuda Emergencial

Tendo em vista que os estados e diversos municípios brasileiros adotaram, em menor ou maior grau, medidas de restrição ao contato social, essa queda de receitas deverá ser verificada, em diferentes graus, em todos os entes subnacionais. Dada essa situação, foi aprovado o projeto de Lei Complementar 39/2020, em 4 de maio, que, após

aprovação parcial do Presidente da República, foi convertido na Lei Complementar 173/2020.

No referido Projeto de Lei Complementar é previsto que serão distribuídos um total de R\$ 37 bilhões aos estados, sendo R\$ 7 bilhões aplicados exclusivamente na saúde e os R\$ 30 bilhões restantes de livre aplicação. Cabendo ao Ceará um montante de R\$ 1.394 milhões, que serão transferidos em quatro parcelas mensais de, aproximadamente, R\$ 329,8 milhões, sendo obrigatório que R\$ 100 milhões sejam usados em gastos com saúde. Deve-se frisar que, conforme noticiado pela imprensa²³, a primeira parcela foi paga em junho de 2020, assim, as próximas parcelas deverão ser liberadas em julho, agosto e setembro.

Assim, considerando-se os valores previstos para a arrecadação de ICMS na seção anterior e as transferências a título de ajuda emergência é possível prever que o fluxo de caixa do Governo do Estado seja afetado da forma apresentada na Tabela 49. Deve-se destacar que os valores apresentados nas colunas 2, 3 e 4 dessa referem-se à diferença entre os valores previstos e a arrecadação de 2019 apresentados na Tabela 48. Já às colunas 5, 6 e 7 da Tabela 49 foi acrescido o valor da ajuda emergencial nos meses de junho, julho, agosto e setembro.

Tabela 49: Impacto da Queda da Arrecadação de ICMS e do Auxílio Emergencial no Fluxo de Caixa do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000 abr/2020)

Mês	Sem Auxílio Emergencial			Com Auxílio Emergencial		
	Otimista	Intermediário	Pessimista	Otimista	Intermediário	Pessimista
Jan/20	70.515	70.515	70.515	70.515	70.515	70.515
Fev/20	-11.578	-11.578	-11.578	-11.578	-11.578	-11.578
Mar/20	-30.389	-30.389	-30.389	-30.389	-30.389	-30.389
Abr/20	-47.093	-47.093	-47.093	-47.093	-47.093	-47.093
Mai/20	-223.030	-279.299	-334.182	-223.030	-279.299	-334.182
Jun/20	-197.774	-255.006	-310.683	131.976	74.744	19.067
Jul/20	-230.628	-290.960	-349.817	99.122	38.790	-20.067
Ago/20	-100.812	-166.775	-231.205	228.938	162.975	98.545
Set/20	-111.111	-180.950	-249.094	218.639	148.800	80.656
Out/20	-56.517	-124.736	-191.462	-56.517	-124.736	-191.462
Nov/20	-23.640	-94.794	-164.306	-23.640	-94.794	-164.306
Dez/20	4.350	-69.013	-140.861	4.350	-69.013	-140.861
Total	-957.707	-1.480.078	-1.990.154	361.293	-161.078	-671.154

Fonte: BCB e SEFAZ/Ce, Elaboração Própria.

²³Ver <https://portalamm.org.br/tesouro-nacional-libera-primeira-parcela-do-auxilio-emergencial-a-estados-e-municipios/>

Obs.: Os meses de janeiro, fevereiro, março e abril é apresentada a arrecadação efetiva do mês

Constata-se, de uma rápida inspeção da Tabela 49, que o auxílio emergencial seria superior a queda da arrecadação de ICMS, acumulada no ano, no cenário otimista, mas seria insuficiente tanto no cenário moderado como no pessimista, alcançando um hiato superior a R\$ 670 milhões no pior cenário.

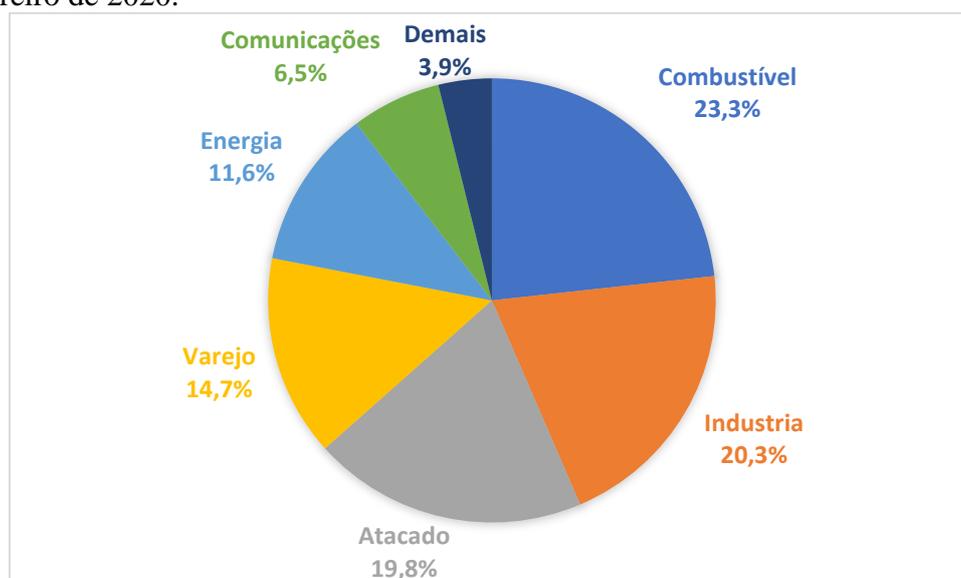
Nesse sentido, constata-se que quanto mais lenta for a recuperação econômica estadual, e por consequência da arrecadação do governo estadual, menos recursos estarão disponíveis para o financiamento das políticas públicas, o que poderá agravar a situação econômica já presenciada nesta primeira metade de 2020, tornando necessário um constante monitoramento da situação fiscal do Estado, como forma de se evitar seu deterioramento de forma acelerada. Na seção seguinte, de forma complementar a previsão realizada, buscar-se-á identificar os setores que poderão contribuir para a recuperação da arrecadação estadual de forma mais efetiva.

2.2.8.5. Elasticidade da Arrecadação de ICMS por Setor Econômico

2.2.8.5.1. Setores Econômicos

Como mencionado anteriormente, a arrecadação de ICMS do Ceará está dividida em 14 setores econômicos, entretanto, ao analisarmos a Figura 8, constata-se que apenas seis setores respondem por 96% do que foi coletado por esse imposto no período de janeiro de 2014 a fevereiro de 2020. Vale ressaltar que, durante todo esse período foram arrecadados R\$ 74,7 bilhões (a preços de dezembro de 2019).

Figura 8: Distribuição da Arrecadação de ICMS por setor no período de janeiro de 2014 a fevereiro de 2020.



Fonte: S2GPR

Obs.: Preços de dezembro de 2019, atualizado pelo IPCA.

Na Figura 8 constata-se que a arrecadação de ICMS dos setores de combustível, energia e comunicações respondem por 41,3% de toda arrecadação estadual. Destaque-se que, de uma forma geral, esses setores possuem alíquotas mais elevadas, superando o percentual de 25%, e que foram majoradas no ano de 2016 para prover recursos para o FECOP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza). Já os setores de indústria, comércio atacadista e varejista possuem alíquota máxima, para o período posterior a março de 2017, de 18%.

É importante destacar que as séries temporais tem início, por conta da disponibilidade dos dados, em janeiro de 2014 e optou-se por finalizar a análise em fevereiro de 2020, a fim de evitar que os a arrecadação de março e abril de 2020, cujos dados já estavam disponíveis na época da elaboração desta análise, influenciassem negativamente os resultados dos exercícios econométricos.

Dada a significativa concentração da arrecadação nos seis setores mencionados optou-se por restringir as análises a eles, desprezando-se os demais. Na próxima seção serão apresentados os resultados da análise econométrica.

2.2.8.5.2. Análise dos Resultados

Como mencionado anteriormente utilizar-se-á, nesse capítulo, o método exposto anteriormente, cuja primeira etapa é analisar a estacionariedade das séries que se pretende analisar, sendo usada a Figura 9 e a Tabela 50 para essa tarefa. Assim, na Figura 9 são apresentadas as séries da arrecadação dos setores mencionados anteriormente vis-à-vis o comportamento do IBC-Br.

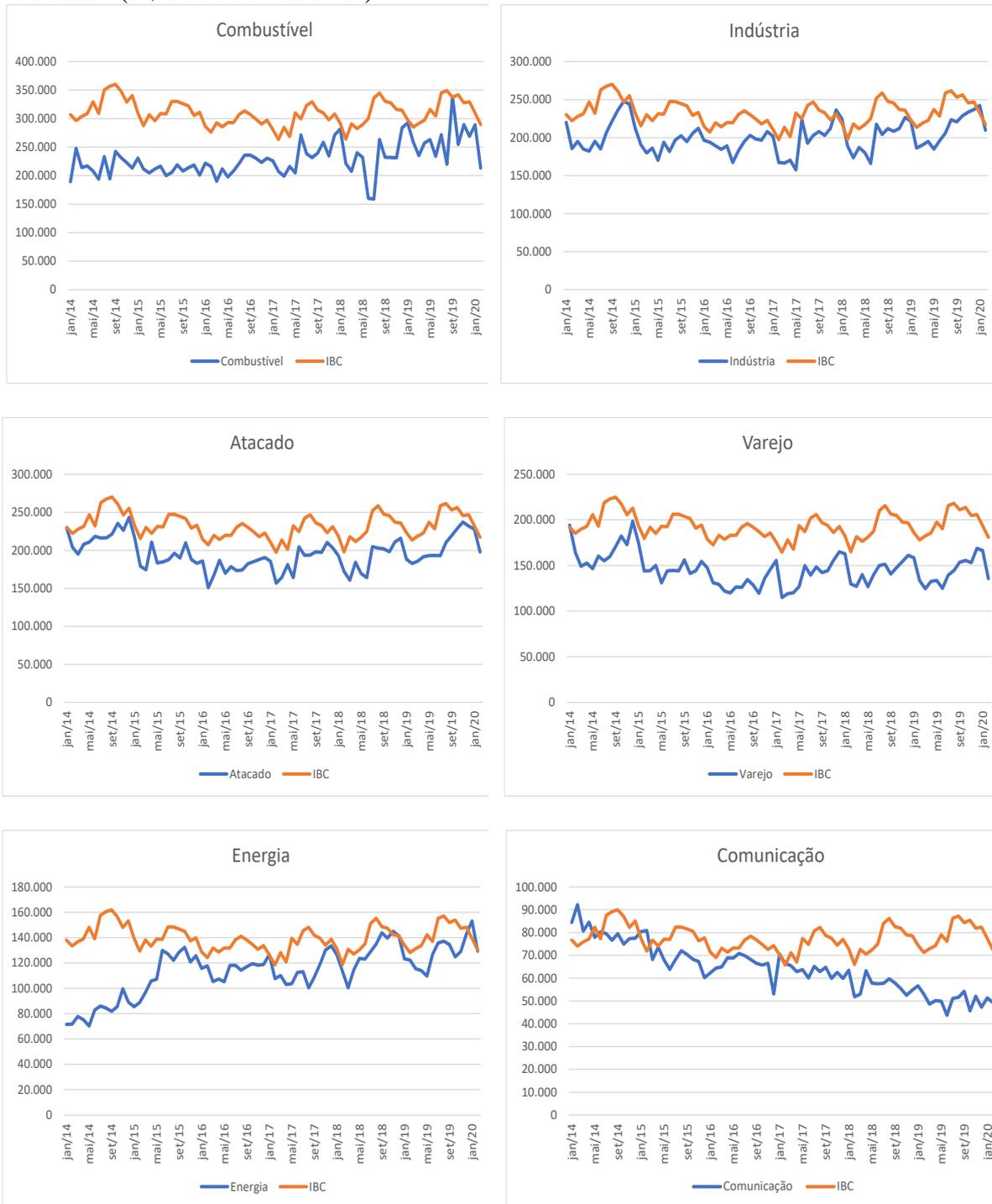
Como se pode observar o IBC-Br apresenta uma tendência de queda do início do período em análise até meados de 2017, apresentando tendência de recuperação desde então. À primeira vista, pode-se afirmar que esse é um indício de que essa série não é estacionária.

Como será destacado a seguir, a arrecadação dos diferentes setores econômicos tem comportamento diverso entre eles. Especificamente no setor de combustíveis nota-se, nos meses iniciais da série, um comportamento declinante. Entretanto, por volta de maio de 2015, aparenta ficar estável até setembro de 2017, quando se percebe tendência de seu crescimento.

Já a indústria tem comportamento mais próximo daquele observado no IBC-BR, ou seja, declina até meados de 2017 assumindo, desde então, comportamento crescente. Relativamente ao comércio atacadista e varejista constata-se o mesmo padrão de queda da arrecadação, verificado no setor industrial, até meados de 2017. Entretanto, no período subsequente, o setor atacadista, aparentemente, assume tendência de crescimento enquanto o varejista aparenta ter arrecadação estagnada.

Já os setores de energia e comunicações apresentam comportamento, praticamente, opostos entre si, dado que a arrecadação da energia cresceu até meados de 2015 e, posteriormente, estagna até o final de 2018, voltando a crescer desde então. O setor de comunicação, por sua vez, tem tendência de queda durante todo o período em análise.

Figura 9: Arrecadação de ICMS e Desempenho mensal da Atividade Econômica Cearense (R\$ 1.000 de dez/2019)



Fonte: S2GPR e BACEN
OBS.: Atualizado pelo IPCA

Do exposto acima conclui-se que há indícios de que as séries apresentadas acima não são estacionárias, porém o teste de raiz unitária ainda se faz necessário. Nesse sentido são apresentados, na Tabela 50, os resultados dos testes de raiz unitária realizados para as sete séries apresentadas na Figura 9.

Como pode-se observar na Tabela 50, os resultados do teste ADF indicam que todas as séries, são estacionárias em primeira diferença, exceto quando se considera a existência de Trend, pois tem-se que as séries de arrecadação de combustível e comunicação são estacionárias em nível. Foram realizados os testes de estacionariedade de Phillips Perron e o DF-GLS, porém como os resultados são similares ao ADF optou-se por não os apresentar.

Tabela 50: Resultado dos testes de Estacionariedade das Variáveis.

	ADF					
	Nível			1° dif		
	Intercepto	Trend	nenhum	Intercepto	Trend	nenhum
Atacado	Não	não	Não	sim	Sim	sim
Combustível	Não	sim	Não	sim	-	sim
Comunicação	Não	sim	Não	sim	-	sim
Energia	Não	não	Não	sim	sim	sim
Industria	Não	não	Não	sim	sim	sim
Varejo	Não	não	Não	sim	sim	sim
IBCc	Não	não	Não	sim	sim	sim

Fonte: S2GPR e BACEN, elaboração própria.

Dada a estacionariedade das séries, o próximo passo foi a estimação dos modelos temporais de cada uma delas, sendo os resultados apresentados na Tabela 51. Antes de iniciar a análise, deve-se destacar que foram identificados alguns outliers nas séries da arrecadação de combustível e comunicações, tendo sido acrescentadas variáveis dummies para tratá-los.

Deve-se frisar que o objetivo desse trabalho foi o de mensurar a elasticidade da arrecadação no curto prazo, ou seja, como o comportamento da atividade econômica de um mês afeta a arrecadação no mês seguinte. Dessa forma observa-se, pelos dados da Tabela 51, que apenas os setores industriais, comercio atacadista e varejista apresentam elasticidades significativamente diferente de zero.

Tabela 51: Elasticidades da Arrecadação em Relação a Atividade Econômica do Ceará.

Desc.	Combustível	Industria	Atacado	Varejo	Energia	Comunicação
$\Delta(\text{Log}(\text{ibc}_{t-q}))$	1,924	2,097*	2,038*	1,855*	-0,355	0,087
Δ Médio prazo	0,0718				0,329**	0,253
	06/2017					01/2016
Outlier	07/2018					12/2016
	08/2018					02/2018
	09/2018					
Trend						-0,008*
Fecop	-0,012				-0,030*	0,103*
Modal		-0,001	0,004	0,003		
Processo	ARIMA	ARIMA	ARIMA	ARIMA	ARIMA	ARIMA
	(2,1,5)	(0,1,1)	(2,1,2)	(1,1,12)	(1,1,1)	(0,0,2)
R2	0,50	0,607	0,573	0,432	0,249	0,925
Estatística F	3,729	25,959	12,308	8,262	3,050	63,17
Prob(F)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,011	0,000
Durbin Watson	2,032	1,971	1,922	2,011	1,869	2,011

Fonte: S2GPR e BACEN, elaboração própria.

Assim, pode-se interpretar a elasticidade desses três setores da seguinte forma, quando há crescimento de 1% da atividade econômica, no curto prazo, a arrecadação de ICMS cresce, aproximadamente, 2%. Outra observação importante é que a arrecadação de ICMS é pouco sensível a elevação de alíquotas, dado que a variável MODAL, que sinaliza o período em que a alíquota foi majorada de 17% para 18%, não foi significativa.

Por sua vez, os setores de combustíveis, energia e comunicações não apresentaram valores significativos para a elasticidade de curto prazo, nesses casos foi incluída uma variável de crescimento de médio prazo, que consiste no crescimento da atividade econômica de doze meses. Como pode ser observado na Tabela 51, apenas o setor de energia apresentou elasticidade positiva e significativa no médio prazo.

Deve-se destacar que o crescimento da atividade econômica está relacionado a capacidade de fornecimento de energia elétrica, desse modo seria esperado que a elasticidade da arrecadação e consumo de energia elétrica fosse significativa, entretanto é possível que essa relação se verifique apenas no médio e longo prazo.

Ainda sobre o setor de energia, é interessante observar que o estabelecimento da alíquota maior, em março de 2016, apresentou valor significativo e negativo. Esse resultado pode ser explicado por mudanças nos hábitos de consumo, dado que um maior valor da alíquota aumentou o preço pago pelo consumidor que, por consequência, pode ter adotado soluções que resultaram em menor consumo de energia.

Quanto ao setor de combustíveis, os valores não significativos, tanto no curto como médio prazo, podem ser considerados como um indicativo de que mudanças no comportamento do consumidor não sejam sentidas em prazos mais curtos, ou seja, mudanças de curto prazo não alteram as decisões de deslocamento das pessoas. Outro fator que pode afetar a arrecadação no setor de combustível é o valor de venda ao consumidor, dado que no período de 2014 a 2020 houve uma considerável variabilidade no preço dessa commodity²⁴.

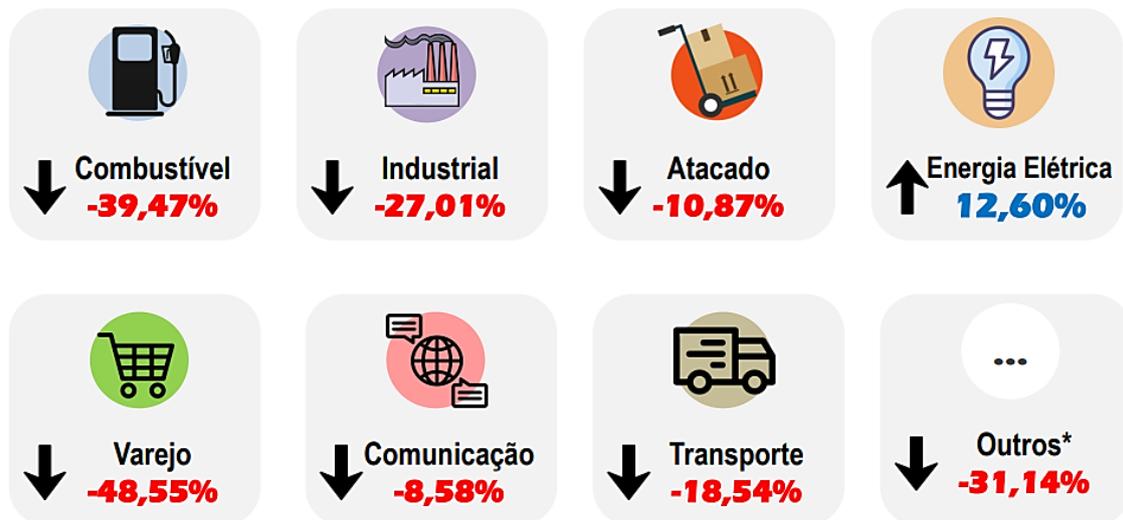
O setor de comunicações, por sua vez, somente a variável de tendência apresentou valor significativo, estando coerente com o observado na Figura 9, ou seja, apresenta tendência de queda de 0,8% por mês. É interessante observar que a atividade econômica não tende a alterar esse padrão. Deve-se pontuar que a perda de importância desse setor na arrecadação pode estar relacionada a mudanças de hábitos dos consumidores, sendo necessário estudos mais aprofundados para explicar essa hipótese. Por outro lado, o setor de comunicações foi o único que apresentou efeito positivo e significativo quanto ao aumento das alíquotas de ICMS, representado pela variável FECOP.

Por fim, observando-se os valores das elasticidades acima e o desempenho da arrecadação setorial do mês de abril de 2020, divulgado pela SEFAZ em seu Boletim de Arrecadação, ver Figura 10. Observa-se, entre os setores de maior elasticidade, uma maior queda no setor industrial e comércio varejista, muito provavelmente devido a imposição da política de isolamento social. Já o comércio atacadista foi menos impactado, provavelmente por esse setor ser fornecedor de supermercados que não foram afetados pelo isolamento social.

Nas atividades em que a elasticidade não apresentou valor significativo, constata-se que a maior queda foi observada no setor de combustíveis, dado que os consumidores devem estar realizando uma menor quantidade de viagens cotidianas em veículos particulares. Por fim, chama atenção o comportamento positivo do setor de energia elétrica.

²⁴O barril de petróleo (BRENT), em junho de 2014 estava próximo a US\$110,00, caindo para cerca de US\$ 30,00 em janeiro de 2016, segundo dados disponíveis no site www.indexmundi.com.

Figura 10: Variação da arrecadação de ICMS em abril de 2020 em Setores selecionados



Fonte: SEFAZ, 2020.

2.2.8.6. Considerações Finais

A crise sanitária, presenciada nesses no ano de 2020, se refletirá na capacidade de financiamento do setor público, especialmente dos estados brasileiros, sendo esperada uma significativa queda na arrecadação do ICMS, como foi verificado para o estado do Ceará no mês de abril. Entretanto, há diversos setores econômicos que arrecadam esse imposto, sendo possível afirmar que cada um deverá ter comportamento diferente na presença da referida crise.

Buscando antecipar parte desses efeitos foi realizado o exercício de previsão da arrecadação de ICMS para o ano de 2020, sendo constatado que a queda na arrecadação está relacionada tanto com a intensidade da queda da economia quanto com a velocidade de sua recuperação. Por outro lado, deve-se considerar que o auxílio emergencial, transferido pelo Governo Federal, amenizará os efeitos negativos dessa queda. Outra importante constatação é que, por consequência da crise sanitária, foi interrompida a tendência de crescimento, iniciada em 2016, da arrecadação de ICMS.

Em relação aos diferentes setores que arrecadam ICMS no Estado do Ceará, foi constatado que os setores de energia e combustível possuem elasticidade nula, no curto prazo, com relação a atividade econômica, sendo, inclusive, verificado um significativo crescimento da arrecadação do setor de energia em abril de 2020, relativamente a idêntico mês do ano anterior. Nesse sentido, pode-se supor que a arrecadação desses dois setores,

especialmente a do setor de combustível, retornem de forma mais rápida aos patamares anteriores à crise, na medida em que os agentes econômicos voltem a deslocar-se como nos períodos anteriores à crise.

Já nos setores indústria e comércio varejista, que apresentaram elasticidade positiva e significativa e quedas superiores a 25%, espera-se que eles retomem o nível de arrecadação pré-crise à medida que a atividade econômica vá se recuperando. Ou seja, quanto mais lenta essa retomada, mais devagar crescerá a arrecadação. O setor atacadista, com elasticidade positiva e significativa, deverá apresentar um menor espaço para a recuperação da arrecadação, dada a menor magnitude de sua queda.

Por outro lado, não se deve esperar grandes contribuições do setor de comunicações, cujo comportamento dos últimos anos indica que ele deverá continuar a perder importância relativa na arrecadação de ICMS.

É interessante observar que, neste capítulo, foi mensurada de forma subsidiária o impacto da elevação de alíquotas do ICMS em sua arrecadação, sendo constatado que há indícios de que essa medida apresenta efeito nulo no crescimento dos montantes coletados pelo fisco estadual, sinalizando que a mesma não seria adequada nesse momento de crise.

Por fim, deve-se ressaltar que uma lacuna das análises deste capítulo foi desconsiderar a elasticidade de longo prazo da arrecadação de ICMS com a atividade econômica, porém, deve-se ressaltar que esse tema será aprofundado em outros estudos.